



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES ARTES E CIÊNCIAS - CAMPUS JORGE AMADO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-  
RACIAIS**

**DEVEVEHE SAPUYÁ  
WENDEUSLELEI ALVES DE SOUZA**

**AUTOCONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR PATAXÓ HÃHÃHÃE E DE SUA  
FORMA DE ENSINAR:  
TERRITÓRIO, INDIANIDADE, ÉTNO-MATEMÁTICA E (RE)EXISTÊNCIA**

**TERRITÓRIO INDÍGENA CARAMURU CATARINA PARAGUAÇÚ- PB/BA  
ITABUNA BAHIA - OUTUBRO/2021**

## CONTRA-CAPA

### QUEM FOI O CACIQUE GERSON DE SOUZA MELLO QUE APARECE EM NOSSA CAPA

O Cacique Gerson de Souza Mello do Povo Pataxó Hãhãhãe que aparece na capa desta dissertação dedicou sua vida à luta pela posse do Território Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu, localizado nos municípios de Pau Brasil, Itajú da Colônia e Camacan - Sul da Bahia. Foi reconhecido pela capacidade de lutar pelos Direitos Originários Ancestrais de seu Povo que sofreu/sofre agressões desde os processos coloniais até a atualidade. Hostilidades advindas de um Estado genocida, etnocida e epistemicida. Seu envolvimento com a Luta pelo Território origina-se da vivência na cultura de seus ancestrais Kariri-Spuyá de Pedra Branca (BA), como também dos conhecimentos das outras etnias que compõem o Povo Pataxó Hãhãhãe. Exerceu seu cacicado desde muito jovem até ao ano de 2020 em conjunto com seu quadro de lideranças: Fernando Antônio de Souza, Aurino Fernandes da Cruz, Domingos Oliveira Rocha Pataxó, Marielma Pinheiro dos Santos, Almir Francisco dos Santos, Rosilene Santos Nonato, Edivaldolino Silva Souza, Neuzeli Rodrigues dos Santos, Robson Cruz dos Santos e Teodorio Ferreira dos Santos. Para fortalecer a Luta pelo Território se envolveu na política, filiando-se ao Partido dos Trabalhadores (PT). Exerceu quatro mandatos de Vereador no Município de Pau Brasil/BA (2005 a 2008; 2009 a 2012; 2013 a 2016 e 2016 a 2020). Em 13 de dezembro de 2001, por sua atuação ganhou o *Prêmio de Direitos Humanos da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia*, somado ao *X Prêmio Nacional de Direitos Humanos do Movimento Nacional de Direitos Humanos* recebido em 1999. Também lutou junto ao Estado Baiano pelo direito de autoconstrução da Educação Escolar Pataxó Hãhãhãe, valorizando nossa forma de ensinar, tendo como princípios a educação específica, diferenciada e intercultural. Uma educação para a formação de pessoas parentas guerreiras, na defesa dos direitos originários indígenas e do Território. Em 2020, o Cacique Gerson de Souza Mello faleceu após contrair o vírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2). Em seguida (2021) também faleceu pela mesma doença sua esposa a Parenta Maricelma dos Santos. Os dois deixaram um histórico de Luta, Existência, (Re)Existência e um legado cultural muito grande para a Comunidade Pataxó Hãhãhãe.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA**  
**INSTITUTO DE HUMANIDADES ARTES E CIÊNCIAS - CAMPUS JORGE AMADO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-**  
**RACIAIS**

**DEHEVEHE SAPUYÁ**  
**WENDEUSLELEI ALVES DE SOUZA**

**AUTOCONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR PATAXÓ HÃHÃHÃE E DE SUA**  
**FORMA DE ENSINAR:**  
**TERRITÓRIO, INDIANIDADE, ÉTNO-MATEMÁTICA E (RE)EXISTÊNCIA**

**ITABUNA - BAHIA**  
**OUTUBRO/2021**

**DEHEVEHE SAPUYÁ  
WENDEUSLELEI ALVES DE SOUZA**

**AUTOCONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR PATAXÓ HÃHÃHÃE E DE SUA  
FORMA DE ENSINAR:  
TERRITÓRIO, INDIANIDADE, ÉTNO-MATEMÁTICA E (RE)EXISTÊNCIA**

Dissertação em forma de Memorial Descritivo, Projeto de Intervenção e Produto Educacional, apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia - Instituto de Humanidades Artes e Ciências - Campus Jorge Amado.

Área de Concentração: Ensino e Relações Étnico Raciais nas Perspectivas Pós e Decoloniais.

Orientador: Casé Angatu Xukuru Tupinambá - Prof. Dr. Carlos José Ferreira dos Santos.

**ITABUNA - BAHIA  
OUTUBRO/2021**

**Catálogo na Publicação (CIP)**  
**Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)**  
**Sistema de Bibliotecas (SIBI)**

S241a Sapuyá, Dehevehe, (Wendeuslelei Alves de Souza), 1979-

Autoconstrução da educação escolar Pataxó Hãhãhãe e de sua forma de ensinar : território, indianidade, etno-matemática e (re)existência / Dehevehe Sapuyá. – Itabuna: UFSB, 2021. - 154f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia, Campus Jorge Amado, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais, 2021.

Orientador: Dr. Carlos José Ferreira dos Santos (Casé Angatu Xukuru Tupinambá).

1. Indígenas - Educação. 2. Pataxó (Povo indígena). 3. Território Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu – Sul Baiano (BA : Mesorregião). I. Título.

CDD – 370.11

**Elaborada por Raquel da Silva Santos – CRB-5ª Região/ 1922**



GOVERNO FEDERAL  
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS - PPGER  
 MESTRADO PROFISSIONAL

### Folha de Assinaturas

Defesa de Memorial, Projeto de Intervenção e Produtos Educacionais, como Produto Final do Mestrado Profissional em Ensino e Relações Étnico-Raciais/PPGER, de Wendeuslelei Alves de Souza – Dehevehe Sapuyá, intitulado *Autoconstrução da Educação Escolar Pataxó Hãhãhãe e de sua Forma de Ensinar: Território, Indianidade, Etno-Matemática e (Re)Existência*”, orientado pelo Prof. Dr. Carlos José Ferreira dos Santos - Casé Angatu, apresentado à Banca Examinadora do PPGER, em 25 de outubro de 2021.

### BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Lúcia Liberato Tettamanzy

Instituição (UFRGS/DECLAVE)

Examinador externo

Prof. Dr. Rafael Siqueira de Guimarães

Instituição(UFSB/PPGER)

Examinador Interno.

Prof. Dr. Carlos José Ferreira dos Santos - Casé Angatu

Instituição: (UFSB/PPGER E UESC/DFCH)

Orientador

ITABUNA - BAHIA  
 OUTUBRO/2021

## DEDICATÓRIA

*DEDICO ESTE TRABALHO  
AO CACIQUE GERSON DE SOUZA MELLO  
PELA SUA CORAGEM E BRAVURA AO LUTAR  
PELO DIREITO DE POSSE AO TERRITÓRIO  
INDÍGENA CARAMURU CATARINA PARAGUAÇU.*

*O CACIQUE GERSON TEVE SUA VIDA  
DEDICADA À LUTA PELA TERRA E PELOS  
DIREITOS INDÍGENAS GARANTIDOS NA  
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. PORÉM, A  
MAIORIA DESSES DIREITOS SÃO NEGADOS ATÉ  
OS DIAS DE HOJE. ELE E SUA ESPOSA,  
MARICELMA DOS SANTOS, FORAM VÍTIMAS  
FATAIS DO NOVO CORONA VÍRUS EM 2020 E  
2021.*

*AO POVO PATAXÓ HÃHÃHÃE E A TODOS OS  
OUTROS POVOS QUE PARTILHAM  
HISTÓRIAS DE EXCLUSÃO E MARGINALIZAÇÃO  
PELO OPRESSOR/COLONIZADOR.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Tubbuih/Tupá/Deus por me conceder a vida.

A minha esposa Tatiá Barbosa Muniz por me apoiar nesta jornada.

Aos meus filhos: Amael Muniz de Souza, Tami Muniz de Souza e Yasmine Muniz de Souza que prosseguiram com minha genética neste mundo onde cabe vários mundos.

Aos meus pais, Fernando Antônio de Souza e Dora Lucia Alves de Almeida por passar a maior parte de suas vidas cuidando de mim, muitas vezes, esquecendo deles mesmos.

Aos meus irmãos, Wendel Alves de Souza, Winderley Alves de Souza, Zenilda Alves de Souza, Fernanda Alves de Souza, Chirlei Alves de Souza e Cheila Alves de Souza.

Aos meus primos, em especial a Antônio Carlos Santos de Souza, por ter me ajudado nesta caminhada, quando estudava ainda a graduação.

A minha família.

A Harian Nunes de Souza por ter me auxiliado na busca das fontes de dados.

Ao meu orientador, Professor Doutor Casé Angatu Xukuru Tupinambá - Carlos José Ferreira dos Santos, por ter me orientado e me conduzindo a ver outros mundos possíveis decoloniais e anticapitalistas.

Aos titulares da Banca: Profa. Dra. Ana Lúcia Liberato Tettamanzy(UFRGS/DECLAVE) e Prof. Dr. Rafael Siqueira de Guimarães (UFSB/PPGER) por lerem meu trabalho e com certeza contribuíram para uma melhor forma de escrita, prezando memórias, atitudes e saberes de nosso povo, sempre dialogando com os conhecimentos acadêmicos.

Agradeço todas e todos professoras/professores da UFSB e de outras instituições.

Ao Chefe de Posto Wilson Jesus de Souza e a Domingos Francisco Muniz

Ao grupo de colegas de turma do PPGER que me deram momentos vividos tão importante nesta caminhada.

Às Associações Indígenas: Associação Indígena Hãhãhãe da Aldeia Bahetá (AIHAB); Associação Hãhãhãe Indígena de Água Vermelha (AHIIV),

Associação Indígena de Desenvolvimento Ambiental Rural e Sustentável(AIC). Organizações que contribuíram com a aquisição dos dados.

Ao coletivo de Professoras/Professores Indígenas Pataxó Hãhãhãe, especialmente, ao Paulo Rosa Titiah, Agnaldo Francisco dos Santos, Reginaldo Ramos dos Santos, Gildnai Gualberto Gomes, Maria José Muniz de Andrade e Margarida Pataxó Rocha de Oliveira.

À gestão atual do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru-CEAIC na pessoa de Edenísia Pereira dos Santos e Raimundo Alves dos Santos.

Ao meu amigo, Flávio Fernandes Barbosa por estar sempre à disposição para nos ajudar.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram na elaboração desta pesquisa.

Por fim, agradeço a todos os Povos Indígenas, em especial ao Povo Pataxó Hãhãhãe.

**EPÍGRAFE**

**VIVA DEUS.  
VIVA O NOSSO PAI TUPÃ.**

**VIVA DEUS.  
VIVA O HOJE E O AMANHÃ.**

**VIVA DEUS:  
QUE DEU FORÇA  
EM NOSSAS PERNAS.**

**PARA NÓS NUS CAMINHAR.  
NO RUMO DE NOSSAS TERRAS  
E NOS DEU FORÇA PARA LUTAR**

**(TOHÉ PATAXÓ HÃHÃHÃE.  
FONTE/CANÇÕES: AGNALDO  
RAMOS DOS SANTOS - AUTOR  
ASSOCIAÇÃO INDÍGENA HÃHÃHÃE  
DA ALDEIA BAHETÁ - AIHAB)**

**Fotografia/Epígrafe:** Maria, Senhora Camacã - Pataxó Hãhãhãe. **Fontes/Fotos:** SOUZA, Edmar Batista de Souza, 17/06/2021.

## RESUMO

O presente trabalho parte do princípio de que já existe uma educação escolar indígena Pataxó Hãhãhãe no Território Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu com formas próprias de ensinar. Assinala também que este processo foi/é uma autoconstrução que possui como bases a resistência, (re)existência. Conceitos inspirados nas concepções de Catherine Walsh e acima de tudo na luta pelo Território deste Povo do qual sou parte. Nossa comunidade vivenciou/vivencia uma contínua história de formação e reformulação educacional escolar, originária de maneira autônoma, comunitária, diferenciada, intercultural e decolonial, criando seus próprios acervos educacionais. A minha trajetória (individual, familiar e coletiva) aqui apresentada, bem como das pessoas indígenas que constituem a comunidade, confunde-se com esta cotidiana história, também marcada pela violência dos que são contra os nossos direitos. Por isto considero esta dissertação um *Fruto (Produto) Educacional* resultante das minhas vivências indígenas coletivas como Pataxó Hãhãhãe. Como pondera Conceição Evaristo, minha escrita é uma escrevivência porque nela estão presentes vozes de vários sujeitos do coletivo onde vivo. Os ideais coletivos de meu Povo vêm de diferentes visões de mundos das etnias que compõem o Povo Pataxó Hãhãhãe: Kariri Sapuyá, Kamakã, Baenã, Tupinambá, Pataxó e Gueren, entre outras. A ideia aqui é valorizar os modos como meu Povo vem protagonizando suas vidas e a educação escolar indígena, contribuindo com caminhos para estruturação de suportes pedagógicos e didáticos que valorizem nossa identidade, ancestralidade, cultura, luta e maneira de ensinar. Parte também do estudo da etnomatemática compreendendo nossas concepções de mundos. Discute-se aqui os conhecimentos matemáticos naturais dos Pataxó Hãhãhãe numa perspectiva decolonial. Conhecimentos expressos na delimitação do território, na produção de cerâmicas, nas confecções de artesanatos e em outras dimensões. Vale lembrar que o presente trabalho foi realizado durante a pandemia de covid-19. Sua escrita terá continuidade nas minhas vivências cotidianas como Pataxó Hãhãhãe, junto à comunidade onde vivencio a luta por direitos, dentre eles: o de autoconstruirmos uma educação escolar indigenamente decolonial, comunitária, autônoma, intercultural e diferenciada.

**Palavras-chave:** Pataxó Hãhãhãe, Educação Escolar Indígena, Territorialidade, (Re)existência, Escrevivência, Etnomatemática, Decolonialidade.

## ABSTRACT

The present work assumes that there is already a Pataxó Hãhãhãe indigenous school education in the Caramuru Catarina Paraguaçu Indigenous Territory with its own ways of teaching. It also points out that this process was/is a self-construction based on resistance, (re)existence. Concepts inspired by Catherine Walsh's conceptions and, above all, by the struggle for the Territory of this People of which I am a part. Our community has experienced/experienced a continuous history of school education formation and reformulation, originating in an autonomous, community, differentiated, intercultural and decolonial way, creating its own educational collections. My trajectory (individual, family and collective) presented here, as well as that of the indigenous people who make up the community, is intertwined with this daily history, also marked by the violence of those who are against our rights. That is why I consider this dissertation an Educational Fruit (Product) resulting from my collective indigenous experiences as Pataxó Hãhãhãe. As Conceição Evaristo ponders, my writing is a writing experience because in it there are voices from various subjects of the collective where I live. The collective ideals of my People come from different worldviews of the ethnic groups that make up the Pataxó Hãhãhãe People: Kariri Sapuyá, Kamakã, Baenã, Tupinambá, Pataxó and Gueren, among others. The idea here is to value the ways in which my People have been leading their lives and indigenous school education, contributing with ways to structure pedagogical and didactic supports that value our identity, ancestry, culture, struggle and way of teaching. It also starts from the study of ethnomathematics, understanding our conceptions of worlds. Here, the natural mathematical knowledge of the Pataxó Hãhãhãe is discussed in a decolonial perspective. Knowledge expressed in the delimitation of the territory, in the production of ceramics, in the confection of handicrafts and in other dimensions. It is worth remembering that this work was carried out during the covid-19. His writing will continue in my daily experiences as Pataxó Hãhãhãe, together with the community where I experience the struggle for rights, among them: that of self-constructing an indigenously decolonial, community, autonomous, intercultural and differentiated school education.

Keywords: Pataxó Hãhãhãe, Indigenous School Education, Territoriality, (Re)existence, Writing Experience, Ethnomathematics, Decoloniality.

## LISTA DE IMAGENS

### I - FIGURAS

Figura 01: Localização dos marcos através do Google Maps.....	107
Figura 02: Localização dos marcos através do Google Maps.....	108
Figura 03: Alguns marcos com o emplacamento região Itajú do Colônia.....	108
Figura 04: Alguns marcos com emplacamento região Rio Pardo.....	109
Figura 05: Descrição do perímetro do T.I no município de Camacan/BA.....	109
Figura 06: Descrição do perímetro do T.I no município de Itajú do Colônia/BA.....	110
Figura 07: Continuação da descrição do perímetro do T.I no município de Itajú do Colônia/BA.....	110
Figura 08: Continuação da descrição do perímetro do T.I no município de Itajú do Colônia/BA.....	111
Figura 09: Descrição do perímetro do T.I no município de Pau Brasil/BA.....	111
Figura 10: Continuação da descrição do perímetro do T.I no município de Pau Brasil/BA.....	112
Figura 11: Maracá Pataxó Hãhãhãe.....	132

### II - FOTOGRAFIAS

Fotografia Capa: Cacique Gerson Pataxó Hãhãhãe.....	Capa
Fotografia Epígrafe: Maria, Senhora Camacã - Pataxó Hãhãhãe.....	09
Fotografia 01: Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru.....	18
Fotografia 02: O Indígena Leocádio José de Souza – meu Bisavô.....	23
Fotografia 03: Antônio José de Souza.....	30
Fotografia 04: Darci Cardoso de Souza.....	31
Fotografia 05: O Indígena Leocádio José de Souza – meu Bisavô.....	32
Fotografia 06: Índios Pataxó Hãhãhãe. No lado direito, finado Zequinha.....	42
Fotografia 07: Bahetá, Índia Pataxó Hãhãhãe.....	44
Fotografia 08: Defesa do TCC/Licenciatura em Matemática –UESC.....	51
Fotografia 09: Reunião de Supervisão no Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru.....	54
Fotografia 10: Maria José Muniz de Andrade.....	59

Fotografia 11: Local onde foram as primeiras salas de aula.....	61
Fotografia 12: Professora Maria José Muniz de Andrade dando aula.....	65
Fotografia 13: Pessoas Educadoras.....	68
Fotografia 14: Professor Agnaldo Francisco dos Santos.....	70
Fotografia 15: Índia Bahetá Pataxó Hãhãhãe.....	71
Fotografia 16: Pessoas estudantes e educadoras indígenas fazendo o ritual tohé na Escola Indígena da Aldeia Bahetá.....	75
Fotografia 17: Professor Reginaldo Ramos dos Santos.....	76
Fotografia 18: Professora Margarida Pataxó Rocha de Oliveira.....	78
Fotografia 19: Antiga sala de aula na Escola Indígena.....	79
Fotografia 20: Dia de Planejamento entre educadores da escola indígena.....	80
Fotografia 21: Professora Gildnai Gualberto Gomes.....	82
Fotografia 22: Comemoração da liminar favorável à comunidade.....	84
Fotografia 23: Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru.....	91
Fotografia 24: Confecção de esteiras para uso nas retomadas.....	92
Fotografia 25: Wilson Jesus de Souza, Chefe de Posto do T.I Caramuru.....	98
Fotografia 26: Confecção de esteiras para uso nas retomadas.....	98
Fotografia 27: Marco Testemunhal.....	104
Fotografia 28: Liderança Domingos Francisco Muniz.....	105
Fotografia 29: Marco A7P-M-046G.....	106
Fotografia 30: Marco A7P-M-VX08.....	106
Fotografia 31: Paulo Rosa Titiáh (Alapity Titiáh) falando.....	115
Fotografia 32: Paulo Rosa Titiáh ensinando.....	115
Fotografia 33: Representação da pena.....	117
Fotografia 34: Amuleto de peixe.....	117
Fotografia 35: Representação Urnas Funerária.....	118
Fotografia 36: Representação folha de arruda. ....	118
Fotografia 37: Representação braço indígena. ....	119
Fotografia 38: Pingentes de sapos.....	120
Fotografia 39: Amuleto das patas do pé direito da onça.....	121
Fotografia 40: Representação de um índio dentro da Urna Funerária.....	121
Fotografia 41: Desenho indígena.....	122
Fotografia 42: Alapity Paulo Titiáh, ceramista indígena.....	122
Fotografia 43: Desenterrando os potes.....	123

Fotografia 44: Desenterrando os potes.....	124
Fotografia 45: Os potes encontrados.....	124
Fotografia 46: Urna funerária com faixa corrugada circundando a boca.....	125
Fotografia 47: Ossos dos parentes indígenas.....	126
Fotografia 48: Embalando as Urnas Funerárias para estudos.....	126
Fotografia 49: Colar de Braço - 6 etnias na luta de um só povo.....	128
Fotografia 50: Colares de Braço.....	128
Fotografia 51: Colares de Braço.....	129
Fotografia 52: Colares de Pescoço.....	129
Fotografia 53: Colares de Pescoço.....	130

### **III - IMAGENS/DOCUMENTOS**

Imagem/Documento 01: Registro de Contrato Particular de Arrendamento.....	28
Imagem/Documento 02: Registro Civil de Leocádio José de Souza.....	33
Imagem/Documento 03: Registro Civil de Maria Juliana de Jesus.....	34
Imagem/Documento 04: Carta de recomendação.....	38

### **IV - MAPAS**

Mapa 01: T.I Caramuru Catarina Paraguaçu.....	26
Mapa 02: Retomada Pataxó Hãhãhãe por região e período.....	101

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AHIAV – Associação Hãhãhãe Indígena de Água Vermelha  
AIHAB – Associação Indígena Hãhãhãe da Aldeia Bahetá  
AIC – Associação Indígena de Desenvolvimento Ambiental Rural e Sustentável  
ANAÍ – Associação Nacional de Ações Indigenistas.  
APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil  
BNCC – Base Nacional Comum Curricular  
CEAIC – Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru  
CIMI – Conselho Indigenista Missionário  
CJA – Campus Jorge Amado  
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso  
CME – Conselho Municipal de Educação de Ilhéus  
DSEI – Distrito Sanitário Especial Indígena  
FAVENI - Faculdade Venda Nova do Imigrante.  
FUNAI – Fundação Nacional do Índio  
GAMBÁ – Grupo Ambientalista da Bahia  
ISA – Instituto Socioambiental  
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
MEC – Ministério da Educação  
MNI –Mobilização Nacional Indígena  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
PNE – Plano Nacional de Educação  
PPGER – Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais  
RCNEI – Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas  
REDA – Regime Especial de Direito Administrativo  
SESAI – Secretaria de Saúde Indígena  
SPI – Serviço de Proteção ao Índio  
STF – Supremo Tribunal Federal  
T.I. – Terra Indígena  
UESB – Universidade Estadual do Sudoeste Baiano  
UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz  
UFSB – Universidade Federal do Sul da Bahia

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO: A DISSERTAÇÃO EM SUA TOTALIDADE COMO PRODUTO (FRUTO) EDUCACIONAL.....</b>	<b>18</b>
<b>I - MEMORIAL DESCRITIVO (SEMENTE) COMO PRODUTO (FRUTO) EDUCACIONAL NA FORMA DE ESCRIVÊNCIA INDÍGENA.....</b>	<b>23</b>
1.1. RETORNANDO E RETOMANDO A TERRA INDÍGENA CARAMURU CATARINA PARAGUAÇU.....	24
1.2. ANCESTRALIDADE KIRIRI-SAPUYÁ NA LUTA E IDENTIDADE PATAXÓ HÃHÃHÃE.....	30
1.3. (RE)EXISTINDO E RESISTINDO: “SE OS FAZENDEIROS VISSEM A GENTE, BOTAVAM PARA CORRER”.....	40
<b>II – PROJETO DE INTERVENÇÃO (MANEJO) COMO CONSTRUÇÃO COLETIVA E PRODUTO (FRUTO) EDUCACIONAL.....</b>	<b>44</b>
2.1. AS SEMENTES DO PROJETO DE INTERVENÇÃO (MANEJO) GERMINADAS NA FORMAÇÃO EDUCACIONAL COLETIVA.....	45
2.2. O CHÃO DA SALA DE AULA É O MESMO CHÃO DA ALDEIA ONDE ESTÃO NOSSOS SABERES.....	50
<b>III – PRODUTO (FRUTO) EDUCACIONAL: AUTOCONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR PATAXÓ HÃHÃHÃE E DE SUA FORMA DE ENSINAR.....</b>	<b>59</b>
3.1. ORIGENS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA PATAXÓ HÃHÃHÃE E A LUTA DE UMA EDUCADORA ORIGINÁRIA.....	60
3.2. MARIA JOSÉ MUNIZ DE ANDRADE AUTOCONSTRUINDO A MANEIRA DE ENSINAR PATAXÓ HÃHÃHÃE.....	64
3.3. A CONTINUIDADE DA AUTOCONSTRUÇÃO DA MANEIRA DE ENSINAR PATAXÓ HÃHÃHÃE.....	69
3.4. INÍCIO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA ALDEIA BAHETÁ E A CONTINUIDADE DA AUTOCONSTRUÇÃO DO ENSINAR PATAXÓ HÃHÃHÃE.....	71
3.5. MUNICIPALIZAÇÃO DA ESCOLA INDÍGENA (1993 A 1999): “ESCOLA PRECISANDO IR AONDE O TERRITÓRIO ESTÁ”.....	76
3.6. A LUTA PELA ESTADUALIZAÇÃO DA ESCOLA INDÍGENA PARA FORTALECER A LUTA PELO TERRITÓRIO (2000 A 2021).....	84

**IV – PRODUTO (FRUTO) EDUCACIONAL: SOMOS INDÍGENAS ESTUDIOSOS DE NÓS MESMOS – MAPEANDO NOSSOS ACERVOS EDUCACIONAIS..... 92**

4.1. NA LUTA PELO TERRITÓRIO E EM NOSSA (RE)EXISTÊNCIA TAMBÉM PRODUZIMOS CONHECIMENTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO, CARTOGRÁFICO E MATEMÁTICO..... 93

4.2. PARA PROVAR JURIDICAMENTE QUE ERÁMOS ORIGINÁRIOS DAS NOSSAS TERRAS NOS TORNAMOS ESTUDIOSOS DE NÓS MESMO E PRODUZIMOS UM ACERVO EDUCACIONAL..... 102

4.2.1. Acervo Educacional: Os Marcos..... 104

4.2.2. ACERVO EDUCACIONAL: AS CERÂMICAS PATAXÓ HÃHÃHÃE – HÃHÃM HAMPÔTXIG (TERRA DURA) DE PAULO ROSA TITIÁH..... 114

4.2.3. ACERVO EDUCACIONAL: AS URNAS FUNERÁRIAS PATAXÓ HÃHÃHÃE..... 123

4.2.4. ACERVO EDUCACIONAL: COCAR, COLAR, MARACÁ..... 127

**CONSIDERAÇÕES FINAIS: SOMOS PESSOAS EDUCADORAS PATAXÓ HÃHÃHÃE DE NÓS MESMAS..... 132**

**BIBLIOGRAFIA..... 135**

**FONTES E DOCUMENTOS OFICIAIS..... 141**

**APRESENTAÇÃO:  
A DISSERTAÇÃO EM SUA TOTALIDADE COMO PRODUTO (FRUTO)  
EDUCACIONAL**



Fotografia 01: Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 20/09/2021. Fonte: Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru

Sou Dehevehe Sapuyá (Wendeuslelei Alves de Souza), índio da etnia Pataxó Hãhãhãe, localizada na Terra Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu que fica entre os municípios baianos de Pau Brasil, Camacan e Itaju do Colônia (Bahia). Filho de Fernando Antônio de Souza e de Dora Lucia Alves de Almeida. Nasci em 18 de dezembro de 1979 no município de Porto Seguro/BA e considero que minha história se confunde com as memórias e lutas do Povo do qual sou parte.

Por isto penso que esta dissertação em sua íntegra é uma escrevivência porque, como considera Conceição Evaristo (2017), a minha história “reverbera a coletividade” originária onde experimento minhas vivências, construo minhas memórias e identidade. A sim, pondero que desde o *Memorial Descritivo (Semente)*, passando pelo *Projeto de Intervenção (Manejo)*, esta dissertação em sua totalidade é um *Produto (Fruto) Educacional* sobre aspectos das históricas vivências de meu Povo, os modos pelos quais autoconstrói sua educação escolar indígena, formas de ensinar, cria acervos educacionais e luta pelo território através de muitas resistências e (re)existências.

Até por isso, por vezes, utilizarei as palavras *Fruto(s) Educacional(is)* no lugar de *Produto(s) Educacional(is)* porque correspondem à maneira como nós indígenas tratamos os resultados de nossas ações, nascidas de nossas histórias aqui apresentadas em meu caso no *Memorial Descritivo (Sementes)*. Na mesma direção, eventualmente empregarei o termo *Projeto de Manejo* de forma análoga a *Projeto de Intervenção* porque representa o modo como denominamos nossas atuações junto à natureza para merecermos seus *frutos*. Assim, *semente(s)*, *fruto(s)* e *manejo(s)* são expressões que aqui aparecem para valorizar os saberes ancestrais e as relações que possuímos com a natureza onde *manejamos* a terra e as *sementes* que germinam oferecendo *frutos*.

A intenção é apresentar posteriormente o presente trabalho na totalidade para minha comunidade. A ideia é transformá-lo em material de apoio pedagógico e reorganizá-lo em outros formatos didáticos no sentido da formação educacional das pessoas indígenas na Escola onde leciono (Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru - CEAIC), bem como nas demais escolas de nosso Povo: Escola Indígena da Aldeia Baheté e Salas Anexas da Região do Ourinho e Água Vermelha.

Isto será feito através das minhas aulas como professor indígena, em formações, seminários, oficinas, palestras, mesas (presenciais ou não) com as/os demais colegas educadoras (es), estudantes e comunidade. Acentuo isto porque este é um dos princípios fundamentais que orientam o presente estudo: o retorno do mesmo à comunidade até porque o Povo Pataxó Hãhãhãe é base do que aqui se encontra escrito.

Assim, penso que a dissertação em sua integralidade pode ser também um roteiro/guia para outras escritas indígenas da Terra Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu. Vale lembrar que este trabalho foi realizado durante a pandemia de covid-19. Isto impediu que tantas outras vozes, memórias e histórias estivessem aqui presentes em decorrência do necessário distanciamento sanitário.

Impossibilitou que a própria banca de apresentação da dissertação fosse realizada na comunidade. Portanto, necessitei em conjunto com o orientador alterar algumas ações do *Projeto de Intervenção (Manejo)* no que diz respeito às ações presenciais.

Por isto este é um texto final para a conclusão do curso de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia - Campus Jorge Amado. No entanto, sua escrita terá continuidade nas vivências cotidianas com meu Povo.

Do mesmo modo, este estudo será apresentado em atividades externas ao nosso território no sentido de divulgar e respaldar a luta do Povo Pataxó Hãhãhãe e de outros Povos. A luta indígena por direitos é outro dos fundamentos da dissertação que aqui apresento.

Por estas inspirações e caminhos percorridos pondero que os quatro capítulos que constituem este trabalho interagem o tempo todo. Desejo que isto ofereça à dissertação em sua composição as características de um *Produto (Fruto) Educacional*.

Na primeira parte (*Memorial Descritivo – Semente – como Produto Educacional na Forma de Escrivivência Indígena*) a ideia foi apresentar uma possibilidade de escrita para as pessoas que constituem minha comunidade, relacionando percursos individuais e familiares às memórias, histórias, resistência e (re)existências de nosso Povo.

Procurei escrever demonstrando como a trajetória da minha família, assim como de outras, possibilita compreender alguns dos caminhos e descaminhos trilhados na formação do Território Indígena onde hoje eu moro. A ideia foi assinalar que *muitas* das ancestralidades dos indígenas que formam o Povo Pataxó Hãhãhãe advém de diferentes etnias e lugares da Bahia e de outros estados.

Busquei analisar como as perseguições, prisões, violências e mortes de alguns parentes que lutaram contra as espoliações de suas terras os conduziram até a Terra Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu. Para isto parti da ancestralidade de meus familiares vinculada ao Povo Kiriri-Sapuyá da Aldeia Pedra Branca até se estabelecerem no território onde vivo hoje.<sup>1</sup>

Pessoas indígenas que sofreram (ainda sofrem) duramente com os processos coloniais de exploração e expropriação de suas terras, interferindo na sua organização política/social, cultural e econômica. A exemplo do que analisa Ramón Grosfoguel, os Pataxó Hãhãhãe enfrentaram e ainda confrontam uma dinâmica de imposições colonizadoras e de colonialidade feitas pelo:

[...] “sistema-mundo capitalista, patriarcal, ocidental, cristão, moderno e colonialista” (Grosfoguel, 2011) criado a partir da expansão colonial, em 1492 (GROSFOGUEL, 2016, p. 32).

Claro que essa situação não ocorreu/ocorre sem nossa resistência e (re)existência e por isto nos mantemos em nosso território.<sup>2</sup> Portanto, nosso protagonismo permeou esse trabalho o tempo todo até porque ele é um de seus vários frutos.

*O Projeto de Intervenção (Manejo) como Construção Coletiva e Produto (Fruto) Educacional* que constitui a segunda parte da dissertação foi germinado a partir de nosso protagonismo. Neste capítulo busquei narrar e ponderar através do meu percurso e de outros parentes as dificuldades existentes para conseguir uma formação escolar no contexto da comunidade da qual sou parte.

Pondero como o contato com o conhecimento acadêmico assinalou para o ainda predomínio de concepções coloniais sobre a educação que ignoram os

---

<sup>1</sup> No Memorial Descrito escrevo com maiores descrições um pouco da trajetória desse Povo e daquela Aldeia.

<sup>2</sup> O conceito de (re)existência é aqui utilizado inspirado nas concepções de Catherine Walsh (2013 e 2009).

saberes de diferentes pessoas, comunidade e dos Povos Originários. Porém, simultaneamente, foi no contato com a formação acadêmica que encontrei outras possibilidades de relacionar sem submissões o conhecimento não indígena com os saberes e práticas originárias.

Nesta direção foi primordial quando em 2019 resolvi concorrer a uma das vagas no Mestrado Profissional no Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnicas Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia - Campus Jorge Amado – Itabuna/BA (PPGER/UFSB-CJA). Os conceitos e práticas existentes nesta formação orientaram muitas das concepções teóricas e metodológicas deste trabalho. Percebi o quanto nós Povos Originários já construímos uma educação escolar indígena, específica, diferenciada, intercultural e decolonial. Até porque o *Chão da Sala de Aula é o Mesmo Chão da Aldeia onde estão nossos Saberes*.

A terceira parte (*Produto – Fruto - Educacional: Autoconstrução da Educação Escolar Pataxó Hãhãhãe e de sua Forma de Ensinar*) objetivei narrar criticamente a história da construção da educação escolar indígena que já fazíamos em nossa Comunidade Pataxó Hãhãhãe. Foram ponderados os caminhos e descaminhos que precisamos trilhar para autoconstruirmos a nossa maneira de ensinar e como isto sempre esteve relacionado com a luta pelo território.

Na parte final da dissertação (*Produto – Fruto - Educacional: Somos Indígenas Estudiosos de Nós Mesmos – Mapeando Nossos Acervos Educacionais*) a intenção foi apresentar como a autoconstrução da nossa educação escolar e a luta pela terra produzem acervos educacionais Pataxó Hãhãhãe. Neste capítulo procurei ainda relacionar como certas áreas do conhecimento apresentadas como formais e curriculares podem interagir com os acervos educacionais que já possuímos.

**I - MEMORIAL DESCRITIVO (SEMENTE) COMO PRODUTO  
(FRUTO) EDUCACIONAL NA FORMA DE ESCRIVÊNCIA  
INDÍGENA**



Fotografia 02: O Indígena Leocádio José de Souza – meu Bisavô. Fonte: Acervo particular- Dehevehe Sapuyá. Data: entre 1960-1970.

## 1.1. RETORNANDO E RETOMANDO A TERRA INDÍGENA CARAMURU CATARINA PARAGUAÇU

---

Narrar minha trajetória e de meus familiares é de certa forma também apresentar dimensões das histórias e identidades coletivas que constituem a formação do Povo Pataxó Hãhãhãe e da nossa Terra Indígena. Portanto, como escrevi na *Apresentação*, considero que esse *Memorial Descritivo (Semente)* como escrevivência é um dos *Produtos (Frutos) Educacionais* a exemplo da dissertação em sua integralidade.<sup>3</sup>

Meu primeiro nome indígena, Dehevehe, significa Irmão Amigona língua Pataxó Hãhãhãe<sup>4</sup>. Quanto a segunda parte do nome (Sapuyá) tem relação com minha ancestralidade étnica vinculada ao Povo Kiriri-Sapuyá da Aldeia Pedra Branca que narrarei na sequência deste *Memorial*. Assim, me chamo originaria e ancestralmente: Dehevehe Sapuyá. Claro também que meu nome registro civil (Wendeuslelei Alves De Souza) tem sua história vinculada às trajetórias de minha ancestralidade, especialmente o sobrenome.

Conforme narrei anteriormente, “brotei” nesse mundo em 18 de dezembro de 1979 em Porto Seguro – BA. Regressei ao território Pataxó Hãhãhãe em 1983. Quando digo que regressei é porque considero que minhas origens são vinculadas à Terra Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu antes mesmo da minha existência física.

Naquela data de meu retorno (1983) tinha três anos e foi quando a comunidade retomou uma parte das nossas terras. Ou seja, autodemarcamos como Território Indígena a chamada Fazenda São Lucas com uma extensão de 1.079 hectares (1,99% do total da T.I. Pataxó Hãhãhãe).

Aqui vale salientar que as demais terras que formam nosso Território atual (53.150,7541 hectares – 98,01% do território) naquele momento (1983) estavam nas mãos dos que se diziam donos, especialmente fazendeiros e políticos da região. Como analisarei na sequência, esses supostos “proprietários”

---

<sup>3</sup> Sobre o conceito de escrevivência estamos partindo das reflexões de Conceição Evaristo (2017) e das ponderações geradas a partir do trabalho dela (DUARTE, 2016).

<sup>4</sup> A língua Pataxó Hãhãhãe é composta pelas línguas das etnias que compõem o povo Pataxó Hãhãhãe.

conseguiram nossas terras através de um agressivo processo de espoliações e expulsões, envolvendo violência (física e espiritual), prisões, crimes, assassinados e racismo.

Por isso falamos que realizamos retomadas e autodemarcações porque essas terras foram historicamente espoliadas. Ou seja, como salientei antes sempre protagonizamos nossas resistências e (re)existências.

Deste modo, concordamos com análises como as que seguem quando descrevem alguns dos significados possíveis das ações de retomada e autodemarcação da seguinte forma:

As retomadas (autodemarcação) das terras que fazemos, colocando nossas vidas em risco, decorrem da demora na homologação oficial do Território Originário, que demonstra a morosidade e o descaso com que o Estado e a justiça brasileira ainda tratam os Povos Indígenas. Do mesmo modo, a autodemarcação demonstra o protagonismo Tupinambá [como também Pataxó Hãhãhãe], na medida em que autonomamente construímos nossas aldeias, moradias e escolas. Fortificamos as formas tradicionais de nos relacionarmos com a natureza sagrada, consolidando a retomada do Território Ancestral (AYRA TUPINAMBÁ, 2020, p. 18).

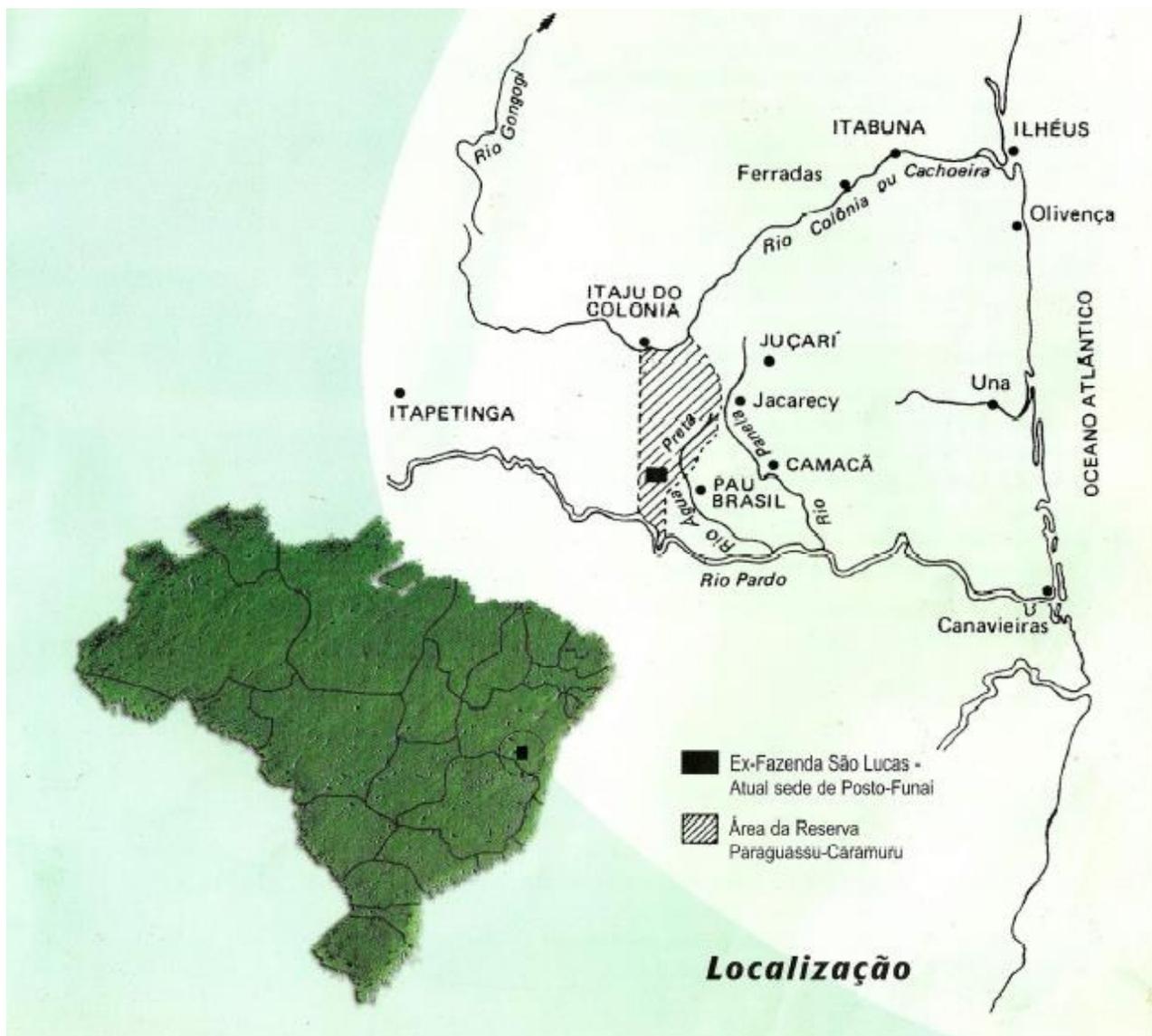
Nossas terras ficam no Território Indígena do antigo Posto Caramuru Catarina Paraguaçu, criado pela Lei Estadual do Poder Executivo do Estado da Bahia, nº. 1.916, de 9 de agosto de 1926 (BAHIA, 9 de agosto de 1926). Seus limites foram fixados pelo decreto do poder executivo deste estado em 9 de março de 1926 e demarcada entre 1936 e 1937.

O registro e homologação só veio acontecer no ano de 2018, após o Supremo Tribunal Federal (STF) anular todos os títulos das glebas de terras dentro da nossa Terra Indígena em 2 de maio de 2012. Isto ocorreu através da Ação Cível Ordinária 312 (ACO 312), como explicarei ao longo desta escrevivência (ACO 312, 2 de maio de 2012).

O Mapa a seguir possibilita localizar e dimensionar nossa Terra Indígena (T.I.) com extensão 54.229,7541 há (cinquenta e quatro mil, duzentos e vinte e nove hectares, setenta e cinco ares e quarenta e um centiares) situada no Sul da Bahia. Nossa T.I. fica localizada nos municípios baianos de Pau Brasil, Itaju do Colônia e Camacã. Nosso Território também é cercado pelos Rios: Água Preta, Pardo, Panela, Colônia ou Cachoeira. Há também alguns córregos que

circulam na T.I: Ouro, Fartura, Toca da Onça, Mundo novo, Ourinho, Água vermelha, Toucinho, Verde e Água branca.

Mapa 1–Terra Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu



Fonte/Mapa: Arquivo do Conselho Indigenista Missionário- CIMI - Regional Leste. Diocese de Itabuna-BA. Data: 2000.

Nasci fora da aldeia devido ao processo de expulsão dos Povos Originários de nossas terras. Isto ocorreu e ainda acontece com muitos indígenas dessa região, bem como pelo nordeste e em outros lugares no Brasil. Saliento isto porque muitos de meus Parentes possuem esta minha trajetória de vida.

Por essas mesmas histórias e no caso particular dos Pataxó Hãhãhãe é possível perceber que as expropriações foram em grande parte comandadas pelo antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Esse extinto órgão foi criado pelo Governo Federal em 20 de junho de 1910 (Fontes/Documentos: SPI, 20 de junho de 1910).<sup>5</sup> Em 5 de dezembro de 1967 em decorrência de várias denúncias o SPI foi substituído pela atual Fundação Nacional do Índio (ANGATU, 2019 e 2020).

Porém, até sua supressão o SPI atuou em parceria com os que desejavam espoliar terras indígenas aqui na região, especialmente a partir de 1936 justamente quando nosso território foi demarcado. Os que se diziam proprietários atuavam na expropriação territorial em nome de uma suposta política de arrendamento das terras indígenas.

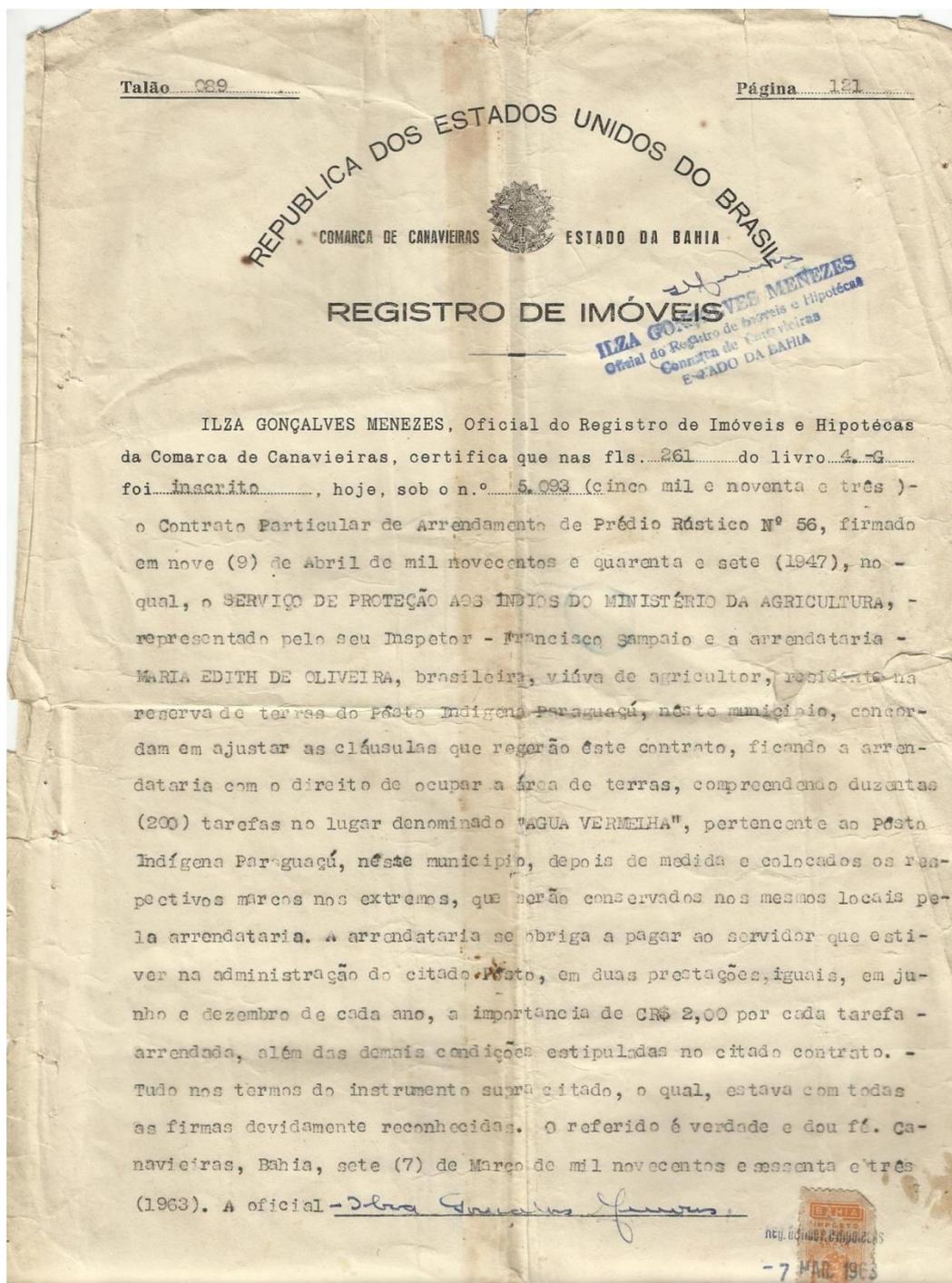
Ouvindo os mais velhos da comunidade percebe-se que ocorreram acordos entre o SPI e o governo da Bahia para obtenção de terras na área da Caramuru Catarina- Paraguaçu. Um desses acordos, como explica Maria Hilda Baqueiro Paraíso (1976 e 1984) legalizava a situação dos arrendatários e fazendeiros em terras indígenas tendo como base contratos feitos pelo próprio SPI.

Deste modo, o órgão supostamente criado para proteger indígenas aqui atuou atendendo aos interesses dos mandatários políticos e econômicos locais, estaduais e federais, arrendando as Terras Indígenas e beneficiando a espoliação feita por fazendeiros e posseiros. Alex Jamari Souza dos Santos em sua monografia na área de história, orientada pelo orientador (Prof. Dr. Casé Angatu) desta dissertação e intitulada *Posto Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu: Precedentes, Legislação e Arrendamentos – Sujeitos, Ações e Conflitos (Entre as Décadas De 1920-1960)*, analisa o seguinte:

---

<sup>5</sup> Neste trabalho separei Bibliografia de Fontes por acredita que possuem conteúdos e utilizações diferenciadas, conforme explica o orientador desta dissertação. Assim, quando as citações partirem das Fontes indicarei essa denominação e qual tipo pertencem (canções, documentos oficiais transcritos, fotografias, imagens de documentos, jornais, mapas, oralidades, entre outros) para melhor localização na parte final deste trabalho.

A situação criada permitiu com que os fazendeiros, ao longo do tempo, obtivessem a satisfação de seus intentos. Através de um acordo entre o Estado da Bahia e o SPI, em 1937, de 50 léguas quadradas as terras destinadas aos índios foram reduzidas para 36 mil hectares. Esta redução assinala que a atuação do SPI ocorria a partir da pressão política e econômica dos interesses locais, quando estavam vinculados aos interesses nacionais. A expansão da agricultura do cacau satisfazia os interesses dos fazendeiros locais, comerciantes/negociantes de Salvador e à economia brasileira (SANTOS, 2012, p. 40).



Imagem/Documento 01: Registro de Contrato Particular de Arrendamento no Posto Indígena Paraguaçu realizado com a anuência do SPI. Fonte: SANTOS, 2012, p. 62  
Data: 09 de abril de 1947.

Entretanto, além dos acordos entre o Governo da Bahia e o SPI, os arrendatários agiam com extremam violência para espoliar as Terras Indígenas como explica a pesquisadora Maria Hilda Baqueiro Paraíso:

A campanha desenvolvida pelos arrendatários – invasão armadas, ameaças aos índios, queima de roças, extorsão de dinheiro e estupros de suas filhas com o apoio de destacamento policial militar ali sediado, levou à evasão de várias famílias. Alguns índios tentaram reagir à invasão, formando um pequeno exército montados em mulas e armados de arcos e flechas esses indígenas foram presos” (PARAÍSO, 1976).

A partir de 1936, “Os arrendatários que haviam permanecidos na área do P.I, tiveram sua situação legalizada a partir de contratos padrões enviados pelo SPI” (PARAISO,1976).

Uma situação muito semelhante com a descrita por Albert Memmi em seu livro *Retrato do Colonizado Precedido de Retrato do Colonizador*. Seguindo as análises desse autor, o SPI e os que se consideravam donos de nossas terras conseguiram:

[...] não somente a criar um espaço para si como também tomar o do habitante, outorgando-se espantosos privilégios em detrimento de quem de direito (MEMMI, 2007, 42).

Deste modo, para compreender um pouco da minha história que resultou na presente dissertação faz se necessário “voltar” no tempo. Nesta direção, as memórias dos mais velhos são vigorosas fontes onde bebo a sabedoria, história e cultura ancestral. Assim nos possibilita ponderar os autores/sábios indígenas como Ailton Krenak (1992, 2018, 2019, 2020) Davi Kopenawa (2015), entre outros.<sup>6</sup>

Nesta mesma direção, Casé Angatu também nos auxilia refletir acerca das memórias indígenas da seguinte maneira:

As palavras são essenciais para as culturas e memórias indígenas e estão presentes em diferentes linguagens que não se restringem à escrita ou fala. [...]Linguagens que são advindas

---

<sup>6</sup> Entre os autores não indígenas que contribuem para ponderarmos sobre a importância da memória de nosso mais velhos destaco a obra de Éclea Bosi intitulada: *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (1994).

de memórias ancestrais inatingíveis pelas palavras escritas, por mais cuidadosas que sejam. Quando nós, índios, estamos na natureza não ficamos sozinhos. Ouvimos as palavras de nossos ancestrais e das/dos Encantadas/Encantados naturais. Os Parentes mortos e vivos emitem suas mensagens [...](ANGATU, 2020, p. 62 – 63).

## 1.2. ANCESTRALIDADE KIRIRI-SAPUYÁ NA LUTA E IDENTIDADE PATAXÓ HÃHÃHÃE

---

Escuto as palavras dos ancestrais através das falas dos anciões e da natureza, mergulhando no tempo e compreendendo minha trajetória com a do Povo do qual sou parte. Algumas dessas narrativas mais profundas advém de meus avôs paternos: Antônio José de Souza que nasceu em 12 de junho de 1931 e Darci Cardoso de Souza, nascida em 19 de outubro de 1939.



Fotografia 03: Antônio José de Souza. Fontes: AHIIV - Associação Hãhãhãe Indígena de Água Vermelha. Data: 20/12/2009.



Fotografia 04: Darci Cardoso de Souza. Fontes: Acervo particular- Dehevehe Sapuyá. Data: 10/10/2019.

Estes meus anciões nasceram em Ourinho na Terra Indígena do antigo Posto Caramuru Catarina Paraguaçu. Porém, constam em seus Registros Gerais outras localidades: Antônio José de Souza – Registro Geral nº6.392.336, expedido em 3 de maio de 1990 como natural da cidade de Ilhéus-BA; e Darci Cardoso de Souza - Registro Geral de nº 08.199.575-00, expedido em 10/06/2021 como natural da cidade de Canavieiras-BA.

Minha avó, filha de Manoel Antonio de Souza e de Olivia de Souza Cardozo, está com 82 anos e atualmente mora na cidade de Itabela/BA. Após ser expulsa do território ela não teve condições psicológicas de voltar e também se silenciou em relação às histórias vividas, devido aos traumas sofridos. Por este motivo, não tivemos informações advindas dela como fonte de dados para esta escrivência. Meu avô encantou em 9 de novembro de 2010. Numa entrevista gravada em 29 de dezembro de 2009 por Fábio Titiáh da Associação Hãhãhãe Indígena de Água Vermelha (AHIAV), avô Antônio relata como e quando seu pai Leocádio José de Souza (meu bisavô) e sua mãe Maria Juliana de Jesus (minha bisavó) chegaram a este território:

Antigamente a mensagem dessa terra, dos primeiros índios velhos que entrou na aldeia: Leocádio José de Souza, índio de Pedra Branca, que é meu pai né, e tinha João Caboco na Água Vermelha, João Saturnino da Silva que era de Pernambuco né, viviam pelas fazendas trabalhando, vivendo no cativeiro do branco. Trabalhou muito naquelas fazendas de Ilhéus pra Dominguem Badaró, tenente Crispim. Eles estavam trabalhando já nove anos nesse duro para o fazendeiro né. Soube que tinha essas terras, veio ver se tinha colocação. Chegou aqui entrou pela serra do Braço da Dúvida. Descambou. Chegou na cabeceira do córrego do ourinho e fez uma moradazinha. Brocou duas tarefas. Derrubou, sapecou. Naquele tempo chovia muito né. Então ele fez uma casinha ribussada de palha de ouricana. Tapou toda de barro. Foi lá e buscou a família. Cinco filhos...lá vivendo, comendo caça do mato muquiadinha sem sal sem farinha, sem nada. As aldeias de Pedra Branca acabaram e meu pai ficou trabalhando aqui e acolá. Depois veio para dentro dessas matarias (Fonte/Oralidade: ANTÔNIO Jose de Souza. Entrevista gravada em 29 de dezembro de 2009 por Fábio Titiáh. Fonte: Fábio Titiáh da Associação Hãhãhãe Indígena de Água Vermelha (AHIAV). Data: 29 de dezembro de 2009).

Meu Bisavô, Leocádio José de Souza, nasceu em 8 de fevereiro de 1897 na cidade de Areia localizada na Bahia. Entretanto, só teve seu registro de nascimento feito em 13 de janeiro de 1955 no Cartório da República dos Estados Unidos do Brasil na Vila de Buerarema, Terceiro Distrito do Município de Itabuna-BA, sob as folhas 587 do Livro de Número 15.



Fotografia 05: O Indígena Leocádio José de Souza – meu Bisavô. Fonte: Acervo particular- Dehevehe Sapuyá. Data: entre 1960-1970.

Talão 56      Página 46

**República dos Estados Unidos do Brasil**

Central do Registro Civil

**REGISTRO CIVIL**

ESTADO DA BAHIA  
 Vila de Buerarema  
 3º Distrito do Município de Itabuna

**NASCIMENTO N.º 10591**

Eu, **RAIMUNDA SANTANA FONTES**, Oficial do Registro Civil  
 de Buerarema na forma da Lei, etc.

Certifico que a fls. 587 do livro N.º 15 do Registro de Nascimentos,  
 foi feito hoje o assento de **Leocádio José de Souza**  
 nascido aos 8 de Janeiro de 1955 às 230 horas,  
 em cidade de Areia, Estado de Bahia

do sexo masculino de cor branca filho legítimo  
 de **Leocádio José de Souza**  
 e **Leolinda Maria de Jesus**, falecidos  
 sendo avós paternos **Leocádio José de Souza**  
 e **Leocádio Maria de Jesus**, falecidos,  
 e maternos **João Rufino de Souza**  
 e **Rosângela Rufina de Jesus**, também falecidos.

Foi declarante **D. Rosângela**  
 e serviram de testemunhas **Leocádio Maria de Souza**  
 • **Manoel Maria de Souza** e **Sadimara**

Observações:  
 Este registro foi feito no Cartório do Registro Civil de Buerarema, Vila de Buerarema, Terceiro Distrito do Município de Itabuna, Bahia, em 13 de Janeiro de 1955.

O referido é verdade e dou fé.  
 Buerarema, 13 de Janeiro de 1955

Imagem/Documento 02: Registro Civil de Leocádio José de Souza. Fonte: Terceiro Distrito do Município de Itabuna-BA, sob as folhas 587 do Livro de Número 15. Data: 13 de janeiro de 1955.

Minha Bisavó, Maria Juliana de Jesus, nasceu em 8 de outubro de 1898 também na cidade de Areia no estado da Bahia. Da mesma forma que seu marido, Leocádio José de Souza, ela somente foi registrada em dia 13 de janeiro de 1955 no mesmo Cartório da República dos Estados Unidos do Brasil na Vila de Buerarema, Terceiro Distrito do Município de Itabuna-BA, sob as folhas 587 do Livro de Número 15.

Talão 06 Página 47

**República dos Estados Unidos do Brasil**

Cidade de Itabuna Bahia  
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL  
Esmeraldo - Itabuna - B. Ba.

**REGISTRO CIVIL**  
ESTADO D. a Bahia  
Cidade de Itabuna  
3º Distrito do Município de Itabuna  
**NASCIMENTO N.º 1032**

Eu, **RAIMUNDA SANTANA FONTES**, Oficial do Registro Civil  
da cidade de Itabuna Bahia, na forma da Lei, etc.

Certifico que a fl. 531 do livro N.º 15 do Registro de Nascimentos,  
foi feito hoje o assento de Maria Juliana de Jesus  
nascida aos 9 de Janeiro de 1955 às 8 horas  
em Itabuna Bahia, filha legítima  
do sexo feminino de cor parda  
de Leocádio José de Souza e  
e Miliana de Jesus, casados,  
sendo avós paternos Joaquim José de Souza e  
e Joaquina Teófilo de Jesus, já falecidos,  
e maternos Manoel Leão de Souza e  
e Maria Rosa de Jesus, ambos falecidos.

Foi declarante a declarante  
e serviram de testemunhas Maria Juliana de Jesus  
Manoel Leão de Souza e Maria Rosa de Jesus

Observações:  
da mãe Leocádio José de Souza

O referido é verdade e dou fé.  
Itabuna de Janeiro de 1955  
Raimunda Santana Fontes

Imagem/Documento 03: Registro Civil de Maria Juliana de Jesus. Fonte: Terceiro Distrito do Município de Itabuna-BA, sob as folhas 587 do Livro de Número 15. Data: 13 de janeiro de 1955.

Fiz um grande esforço para saber como era o rosto de Maria Juliana de Jesus (minha bisavó), mas não foi possível encontrar uma fotografia sua. Os dois (Maria Juliana de Jesus e Leocádio José de Souza) tiveram nove filhos, a saber: Paulina José de Souza, Guilhermina José de Souza, Alberto José de Souza, Basílio José de Souza, Irênio José de Souza, Teodoro José de Souza, João José de Souza, Luiz José de Souza e meu avô Antônio José de Souza. Meus bisavôs chegaram no Território Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu em 1933, antes da demarcação do T.I que aconteceu em 1936-1937.

Em seus registros de nascimento não consta a etnia indígena, sendo identificados pela cor parda. Da mesma forma que meu registro de nascimento também não consta minha etnia ou identificação como indígena, mas sim a cor morena.

Essa denominação atribuída aos meus bisavôs revela uma das estratégias do opressor/colonizador em negar às pessoas originárias seus direitos ancestrais, naturais e congênitos ao território. Para isso registrar indígenas como pessoas pardas e cor morena é uma das várias tentativas de recusar a própria indianidade e o direito à terra:

[...] quando muitos tratam de Povos Originários a impressão que fica é: “para ser Índio é necessário ter conservado os traços socioculturais e genéticos existentes nos primeiros séculos da colonização”. Qualquer diferença em relação a estes traços idealizados serve como argumentação para descaracterizar a indianidade de um Povo Originário (o que chamamos de uma das vertentes do etnocídio) e, como consequência, negar o direito ao Território. [...]. Essa intenção tem marcado continuamente as formas pelas quais ocorrem as transgressões de nossos direitos, as diferenciadas maneiras de racismo e violências (ANGATU & AYRA TUPINAMBÁ, 2019, p. 235).

Como afirma Ailton Krenak, negar a indianidade dos Povos Originários foi o truque colonial para produzir o pardo, o mestiço e outras categorias de pobreza. Essas categorias ocultam as nossas identidades, nossas memórias e nossa histórias. Portanto não sou pardo, não sou moreno, sou indígena Pataxó Hãhãhãe de ancestralidade Kiriri Sapuyá de Pedra Branca.

Voltando à fala de meu avô, Antônio José de Souza, a Aldeia de Pedra Branca onde nasceu o pai dele Leocádio José de Souza (meu bisavô) e sua mãe Maria Juliana de Jesus (minha bisavó), localizava-se na seguinte espacialidade:

A antiga aldeia de Pedra Branca está situada no médio Paraguaçu, no fundo de um vale da serra do Guariru, que se caracterizava por ser úmido, contrastando com a aridez das regiões circunvizinhas, o que talvez possa explicar o interesse pelas terras da aldeia por fazendeiros vizinhos. Ela fica no município de Santa Terezinha, que se limita com os de Castro Alves, Santo Antônio de Jesus, São Miguel das Matas, Amargosa, Maracás e Itaberaba (PARAÍSO, 1985, p.14).

Meus ancestrais Kiriri-Sapuyá de Pedra Branca também sofreram os processos de exploração/expropriação/dominação e negação de sua cultura desde o século XVI. Conforme os estudos desenvolvidos por Maria Hilda Baqueiro Paraíso (1985), como boa parte dos indígenas em contato com os colonizadores, os Kiriri-Sapuyá enfrentaram alterações em suas formas de se organizar e viver.

Várias foram as formas de genocídio e etnocídio desses meus ancestrais de Pedra Branca, buscando desconstruir suas identidades, memórias e espoliar as terras tradicionais. Algumas delas foram as várias tentativas de extinção de sua aldeia ainda no século XVI e que somente ocorreu “oficialmente” no final do século XIX.

Desde então alguns dos Kiriri-Sapuyá vagaram pelo interior da Bahia e de outros estados do Brasil. Ou seja, passaram de originários de suas terras para a situação de escravizados, perseguidos e expulsos de seus territórios como aconteceu com muitos Povos Indígenas. Foi nesse contexto de expulsões e perseguições que os ancestrais Kiriri-Sapuyá, como meu Bisavô Leocádio José de Souza e minha Bisavó Maria Juliana de Jesus chegaram ao território onde hoje eu moro.

Segundo explica Maria Hilda Baqueiro Paraíso, alguns vieram por conta própria e outros trazidos pelo etnólogo Curt Nimuendajú em 1939 (PARAÍSO, 1985, p.71). Vale salientar que a estudiosa até ironiza a argumentação utilizada por Nimuendajú para trazer os Kiriri-Sapuyá para este território onde hoje vivo. Segundo ela:

[...] o argumento usado pelo etnólogo, que hoje pode ser interpretado até como ironia, era o de que, por ser área indígena demarcada, aqueles índios não voltariam a ter problemas de terras nem invasores para pressioná-los. [...] Entretanto, após a saída do etnólogo e passados 8 dias, o encarregado [do Posto] exigiu que o grupo lhe pagasse uma semana de trabalho para terem acesso à terra. Os índios recusaram-se [...] a partir daí, seus destinos confundem-se com os dos demais índios ali localizados (PARAÍSO, 1985, p. 71 – 72).

Leocádio José de Souza e Maria Juliana de Jesus (meus ancestrais paternos) viveram por muitos anos na região do Ourinho, onde foram sepultados, aqui na Terra Indígena. Meus avós nasceram e casaram-se ali.

No entanto, quando meu avô Antônio José de Souza nasceu, em 12 de junho de 1931, região do Ourinho, no T.I., fortaleceu-se uma nova onda de perseguições e espoliações das terras originárias por parte dos fazendeiros.

Como escreveu Maria Hilda Baqueiro Paraíso a partir de suas pesquisas e tratando de nosso Território:

Em 1936, violento mecanismo de pressão, caracterizado como uma “revolução comunista” pelos fazendeiros e autoridades

policiais serviu de justificativa para a invasão da área de 50 léguas quadradas, reservadas pelo Estado da Bahia, e a sua redução para 36 mil hectares. [...] O SPI iniciou o processo de arrendamento das terras da reserva. A partir daí, as questões foram-se avolumando e o órgão indigenista perdeu o controle do processo de ocupação das terras [...] (PARAÍSO, 1985, p. 71 a 74).

A partir de então os filhos de Leocádio José de Souza e Maria Juliana de Jesus, como muitos indígenas da comunidade, foram obrigados a deixarem a T.I. e buscarem um lugar melhor para sobreviver. Tiveram que ir embora para não morrerem e/ou serem presos. Guardadas as devidas diferenciações, fizeram o mesmo que meus bisavôs quando saíram de Pedra Branca.

Pelos relatos e conforme os pesquisadores como Paraíso, muitos parentes morreram e outros foram presos porque não entregaram suas terras aos fazendeiros. Como sempre, ocorreram resistências em toda região, além de nosso território.

Casé Angatu e Katu Tupinambá escrevem que em Olivença – Território Indígena Tupinambá (Ilhéus/BA), a década de 1930 também foi “um tempo de forte pressão para” os indígenas deixarem suas terras. Eles explicam que alguns indígenas como Índio Caboclo Marcelino vieram buscar apoio aqui em nosso Território no antigo Posto Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu para resistirem aos invasores. Esse movimento de resistência indígena ficou conhecido como “Revolta de Marcelino” (ANGATU & KATU TUPINAMBÁ, 2014 E 2012).

Porém, mesmo com toda resistência e (re)existência após a década de 1930:

O avanço sobre as terras da Reserva [Caramuru Catarina Paraguaçu] continuava inexorável e já no início da década de 50 atingia não só o Posto Indígena Paraguaçu como também Caramuru, tornando inviável a vida das populações indígenas ali residentes. A migração das famílias acentuava-se. Dirigiam-se, preferencialmente, para o Posto Indígenas Pataxó, em Porto Seguro, ou para a Fazenda Guarani. Em Minas Gerais (PARAÍSO, 1985, p. 71 a 74).

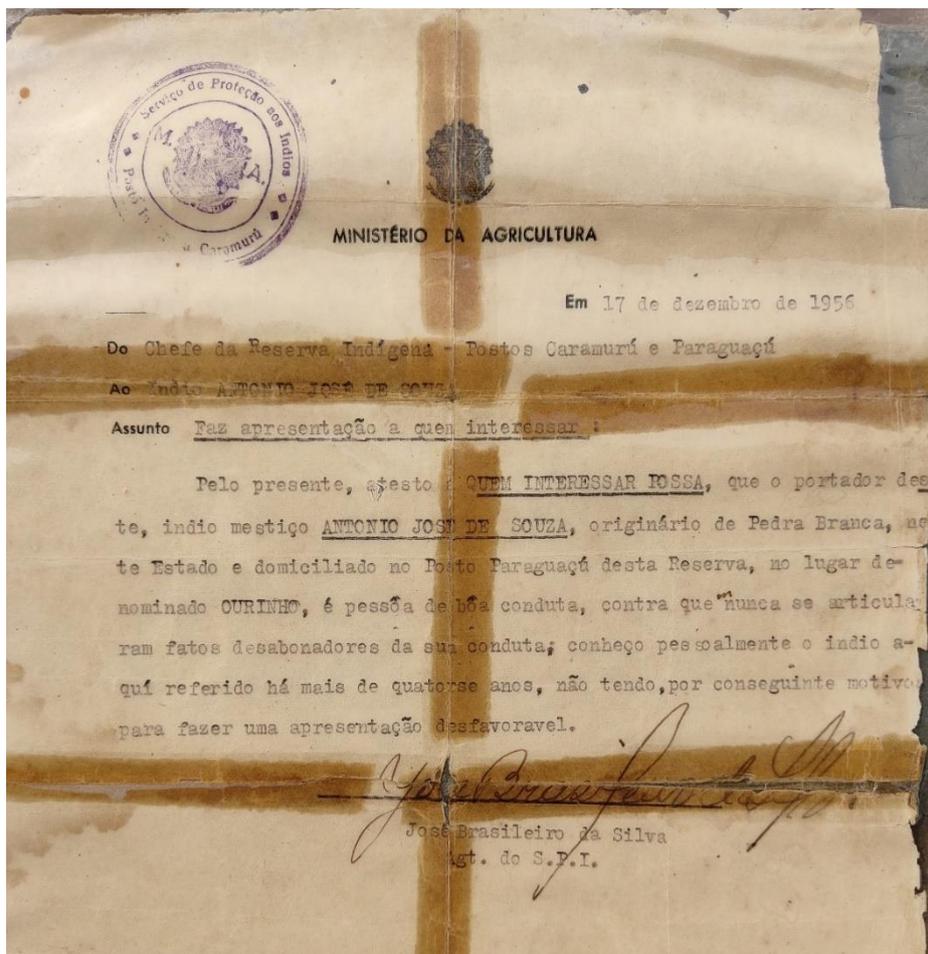
Para muitos Parentes, na época não existiam mais condições de viver no território. Meu avô Antônio José de Souza e minha avó Darcy Oliveira de Souza, estavam entre aqueles que se retiraram.

Como assinalei acima, Antônio José de Souza desde seu nascimento (12 de junho de 1931) até o ano de 1956 morou no Ourinho dentro de nossa Terra Indígena. Aqui vale reforçar que apesar disso seu documento de identidade, expedido em 3 de maio de 1990, quando já tinha 59 anos, naturalizou Antônio na cidade de Ilhéus.

Uma possível razão era que na época em que nasceu não existiam as cidades onde ficava nosso território (Pau Brasil, Camacan e Itajú do Colônia). Outro motivo não revelado é que assim também descaracterizava o vínculo com a Terra Indígena Originária.

Meu avô Antônio José de Souza casou-se com Darcy Oliveira de Souza no ano de 1953. Ela tinha apenas 14 anos e nasceu na região do Ourinho na T.I. no ano de 1939. O casal teve dois filhos, ambos nascidos no Ourinho em nossa Terra Indígena: Roque Antônio de Souza e meu pai Fernando Antônio de Souza que nasceu em 26 de junho de 1959.

Em decorrência das pressões para espoliar nossas terras, em 17 de dezembro de 1956, o chefe de Posto do Caramuru e Paraguaçu, José Brasileiro da Silva, representante do SPI, "ofereceu" uma carta de recomendação ao meu avô Antônio José de Souza para procurar outro lugar onde morar, conforme imagem que segue:



Imagem/Documento  
04: Carta de  
recomendação. Fonte:  
Comissão Técnica  
Local - CTL. FUNAI-  
PB. Data: 17 de  
dezembro de 1956.

Em 1961 meu avô Antônio com minha avó Darcy Oliveira de Souza e seus filhos foram enviados para Barra Velha. Na ocasião meu pai Fernando Antônio de Souza tinha 02 anos. Assim, desde cedo meu pai também experimentou a trajetória de ter que sair de suas terras espoliadas.

Num Arquivo de áudio do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru meu pai Fernando narra da seguinte forma a trajetória até Barra Velha:

Meu pai [Antônio José de Souza] gastou 15 dias daqui até Barra Velha de jegue. Ele tinha uma mulinha e um jeguinho. Tinha os caixotes, minha mãe montada comeu [Fernando Antônio de Souza] no colo, ou seja, no cabeçote da cela e o meu irmão [Roque Antônio de Souza] já de 6 anos, montado no jumentinho com dois caixotes de lado, ele no meio e meu pai de pé atrás (Fonte/Oralidade: FERNANDO Antônio de Souza. Fonte: Arquivo de áudio do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 06/06/2017).

Antônio José de Souza (meu avô) e Darci Cardoso de Souza (minha avó) “ não se agradaram” da localidade quando chegou em Barra Velha. Eles gostavam de trabalhar na roça e de caçar na mata. Porém, era praia o lugar onde foram morar. Ficou ali na região trabalhando para os outros.

Nesta localidade (Barra Velha) eles padeceram por anos. Sem dinheiro, teve que trabalhar no “cativeiro do branco” para adquirir o “pão de cada dia”.<sup>7</sup> Seu sogro tinha alguns lotes de terras no estado e ofereceu um pedaço de chão para ele trabalhar.

Meu avô Antônio deixou então Barra Velha para morar na região do Rio dos Frades em Itabela/Bahia. Naquele lugar foi onde seus filhos Roque de Souza e Fernando Antônio de Souza cresceram.

Meu pai Fernando narra assim aquele contexto:

Meu Pai [Antônio] lutou muito coitado. Ele não tinha uma condição financeira. Viveu de caça de pesca e da roça dele. Tupã abençoou que nós crescemos por ali. Aos 18 anos, eu [Fernando], meu pai [Antônio] e meu irmão [Roque], retornamos para esta aldeia. Foi muita luta, muita dificuldade, mas conseguimos vencer (Fonte/Oralidade: FERNANDO Antônio de Souza. Fonte: Arquivo de áudio do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 06/06/2017).

---

<sup>7</sup>“Cativeiro do branco” era forma como chamavam-se as Fazendas do Estado.

Dos filhos de meu bisavô Leocádio José de Souza, somente Antônio José de Souza e Luiz José de Souza retornaram para este território onde moro hoje. Os demais se espalharam pelo interior do Brasil. No ano de 1963, minha avó Darci separou do meu avô Antônio e foi morar na cidade de Itabela/BA, onde reside até a atualidade

Minha mãe, Dora Lucia Alves de Almeida Souza, nasceu em 12 de julho de 1957 na cidade de Prado/BA. Mulher negra subalternizada, mas resistente, casou-se com meu pai Fernando, um indígena oprimido e explorado, mas também resistente. Eles se conheceram e se casaram na cidade de Itabela/BA, antes de meu pai Fernando voltar para a terra indígena; por isso eu nasci (18 de dezembro de 1979) fora de minha terra, na cidade de Itabela/BA e fui registrado em Vale Verde distrito de Porto Seguro/BA.

Os dois tiveram sete filhos, sendo que três nasceram fora da nossa Terra Indígena e quatro aqui no território. Em outras palavras, nasci vivenciando a experiência de viver fora da Terra Indígena em decorrência da expulsão. Mesma experiência que tem marcado minha ancestralidade, conforme a narrativa feita até aqui.

Como analisa Maria Hilda Baqueiro Paraíso:

A história dos Kiriri-Sapuyá pode ser considerada como altamente representativa do processo sofrido pelos índios do Nordeste. Viveram, desde o século XVI, todas as etapas e formas possíveis de contato, exploração, expropriação, dominação e, finalmente, negação de sua identidade (PARAÍSO, 1985, p. 79).

### **1.3. (RE)EXISTINDO E RESISTINDO: “SE OS FAZENDEIROS VISSEM AGENTE, BOTAVAM PARA CORRER”**

---

Quando morava na cidade de Itabela meu pai trabalhou nas serrarias dos capixabas com seu irmão Roque de Souza. Com nove anos de trabalhos não aguentaram mais e procuraram suas terras de origem. Minha mãe Dora Lucia Alves de Almeida Souza falou o seguinte sobre aquela situação:

E com muitos tempos, começaram a resgatar o que eram seus. As terras indígenas foi saindo através das retomadas. A gente morava em Itabela, a gente soube da aldeia em Barra Velha. A gente foi lá conversar com o cacique para ir morar lá. Mas o cacique disse para a gente ter paciência. Que a terra da gente vai sair. Que é em Caramuru. Aí voltamos para traz. Ficamos esperando. E aí em 82 as terras foi liberada em Caramuru. Nós viemos para aldeia. Não deu certo, nós voltamos para traz. Em oitenta e três viemos de novo, ficamos na aldeia (Fonte/Oralidade: DORA Lucia Alves de Almeida & FERNANDO Antônio de Souza. Fonte: Manuscrito do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 2020).

Quando meus pais retornaram para o território (década de 1980) passaram por momentos difíceis. Novamente existiam conflitos intensos com os fazendeiros e governo (municipal, estadual e federal) pela posse das terras e não tínhamos casas para morar. Vivíamos em barracos cobertos de capim e como costume dizer: “foi só sofrimento”.

Aquela situação é assim narrada por minha mãe Dora Lucia Alves de Almeida Souza:

Não tinha água, nem comida. A gente comia mandioca braba no lugar de aipim. Quando chovia, ajuntava água naquelas covas de anjo<sup>8</sup>, é que a gente ajuntava e cuava para beber. A água tinha muitos micróbios, não tinha outro jeito. Na rua [cidade] ninguém podia ir, porque os índios eram muitos discriminados, o pessoal da rua [cidade] tinha a maior raiva dos indígenas. Aí a gente começou a passar fome. Foi o jeito fazer carvão para vender. O dinheiro só dava para comprar uma corda de atilápia<sup>9</sup>seca e farinha. Aí a gente assava a atilápia e fazia pirão da farinha e comia. A gente ia pegar jaca nas escondidas, porque os pés de jaca estavam nos pertences dos fazendeiros que eles diziam que eram deles, mas a terra era dos índios. Para lavar roupa tinha um córrego[pequeno riacho]que chama mundo novo, nos ia lavar roupas escondidas, porque se os fazendeiros vissem a gente lá, eles botavam para correr (Fonte/Oralidade: DORA Lucia Alves de Almeida & FERNANDO Antônio de Souza. Fonte: Manuscrito do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 2020).

Depois meus pais começaram a trabalhar com a terra, cultivando frutas, legumes, verduras e raízes: mandioca, feijão, milho, alface, jiló, couve, coentro, cebola, pimenta-doce, pimentão, feijão-de-corda, andu, fava, mangalô, aipim, mostarda, abóbora, berinjela, pepino, maxixe.

---

<sup>8</sup> Buracos feitos pela própria chuva que com o tempo acumula água.

<sup>9</sup> Espécie de peixe de água doce da família dos ciclídeos.

Comecei a trabalhar cedo quando tinha 07 anos. Ajudava regar a horta e buscar água com regador de plástico de cinco litros. Carregava na mão. Mais tarde usávamos um jegue para fazer o transporte da água que vinha muitas vezes de lagoas um pouco distante de nós.

No início não tínhamos transporte para levar os “produtos” (frutos do manuseio indígena) da roça para a feira de Pau Brasil. Tudo era levado nas costas ou na cabeça como bacias de coentro, alface e salsa. Saíamos de casa todos os sábados às 04 horas da manhã e retornávamos às 15 horas (3h da tarde), perfazendo um percurso de 14 quilômetros, de ida e volta.

Depois passamos a usar um carrinho de mão e mais adiante o marido da professora Gildnai Gualberto Gomes, José Batista de Souza (conhecido como Zequinha), comprou um veículo F1000 e passou a ajudar nos transportes das mercadorias. Meus pais (Fernando e Dora) pagavam uma pequena taxa para ajudar no combustível do carro.

Esse trabalho era feito com muito amor e carinho por Zequinha que aparece na imagem na sequência. Aquele Parente pensava muito na coletividade e em ajudar a comunidade. Por razões que não entendemos até hoje Tupã o tirou de nosso meio através de um acidente de carro em 16 de setembro de 2002.



Fotografia 06: Índios Pataxó Hãhãhãe. No lado direito, finado Zequinha. Fonte: AIC - Associação Indígena de Desenvolvimento Ambiental Rural e Sustentável. Data: 25/08/2002.

Com o passar do tempo a Fundação Nacional do Índio comprou uma caminhonete que ajudava também a transportar toda a produção agrícola da nossa Terra Indígena. Os anos se passaram e a produção melhorou. Fazíamos puba, massa de aipim, tapioca, beiju de coco.

Em alguns sábados, quando íamos vender nossos “produtos”(frutos do manuseio indígena) na feira de Pau Brasil, não conseguíamos comercializar nada porque os fazendeiros colocavam a gente para correr. Por vezes, tínhamos que deixar todos nossos produtos (frutos do manuseio) na rua.

Mesmo quando vendíamos, nossa produção era desvalorizada porque a maior parte da população da cidade de Pau Brasil ojerizava agente. Naquela cidade nossos “produtos” (frutos do manuseio) não tinham valor comercial. Acredito que isso era uma forma de racismo para depreciar nossas formas de produzir e viver.

Às vezes, os açougueiros ofereciam as ossadas de gado em troca das nossas mercadorias e aceitávamos porque não tinha outro jeito. A nossa vida era assim sofrida, mas também de (re)existência e resistência porque nunca deixamos de protagonizar nossa existência.

Ou seja, (re)existimos cotidianamente em nossas terras enfrentando as dificuldades e, ao mesmo tempo, praticando nossas tradições ancestrais, espirituais, o manejo originário que já possuímos em relação à terra e natureza. Essa (re)existência cotidiana nos deu forças para resistimos às dificuldades impostas pelos que desejavam novamente espoliar nosso território.

## II – PROJETO DE INTERVENÇÃO (MANEJO) COMO CONSTRUÇÃO COLETIVA E PRODUTO (FRUTO) EDUCACIONAL



Fotografia 07: Bahetá, Índia Pataxó Hãhãhãe com uma de nossa lanças. Como veremos no terceiro capítulo, Bahetá é exemplo de resistência e (re)existência de meu Povo, especialmente por seu manejo originário que resultou em frutos em nossa comunidade. Data: 1982. Fonte: CPI-SP, Comissão Pró-Índio de São Paulo, 22/12/2020.

## 2.1. AS SEMENTES DO PROJETO DE INTERVENÇÃO (MANEJO) GERMINADAS NA FORMAÇÃO EDUCACIONAL COLETIVA

---

Acredito que uma das essências das comunidades indígenas é a vida coletiva. O tempo todo partilhamos o que possuímos, saberes, alegrias, tristezas e lutas. Foi assim com minha formação educacional e a partir dela que brotaram e germinaram as sementes que geraram esta dissertação e seu *Projeto de Intervenção (Manejo)*.

Quando comecei a estudar não imaginava que cursaria um mestrado no PPGER/UFSB. Porém, boa parte das razões que inspiraram a procura por uma Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais e a presente dissertação tem suas raízes na maneira como ocorreu minha formação escolar. Retrospectivamente lá já estavam as bases do que penso/sinto agora e do *Projeto de Intervenção (Manejo)* que concretizei por vezes sem ter clareza do mesmo. Além disso, para muitos de nós indígenas o tempo não é linear.<sup>10</sup>

Por isto, narro aqui inicialmente essa trajetória que fundamenta vivencialmente o *Projeto de Intervenção (Manejo)* que foi praticado para esta dissertação, bem como as perspectivas futuras de sua continuidade nas vivências cotidianas com meu Povo. Seguindo a narrativa iniciada no *Memorial Descritivo (Semente)*, o tempo passou e quando tinha sete anos (1986), iniciei o Ensino Fundamental I com a professora Maria José Muniz de Andrade e o professor Agnaldo Francisco dos Santos, na Escola Indígena, dentro do nosso Território Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu.

Quando terminei a 4.<sup>a</sup> série a nossa escola na comunidade não oferecia vagas para o Ensino Fundamental II. Com outros parentes fomos obrigados a continuar os estudos no Centro Educacional Maria Santana, na cidade de Pau Brasil/BA. O Centro Educacional Maria Santana é uma escola pública municipal e está ativa até a atualidade.

Entre os anos de 1993-2003 sofremos muito para estudarmos naquela instituição. Neste período iniciamos a 5<sup>a</sup> série do Ensino Fundamental II e o término do Ensino Médio. Nós da reserva indígena não tínhamos transporte até

---

<sup>10</sup>Contribuem com essa noção percepção: KOPENAWA YANOMAMI, 2015; KRENAK, 1992, 2018, 2019, 2020; ANGATU, 2020, 2019.

o Centro Educacional Maria Santana em Pau Brasil/BA. Caminhávamos a pé, até a cidade, numa distância de 14 quilômetros, entre a ida e a volta ao território.

Além da distância não sabíamos se retornaríamos vivos para casa. Comandados pelos fazendeiros contrários à nossa presença, os pistoleiros, muitas vezes nos perseguiram na cidade e nas estradas entre o território e o município.

Lembro-me que não era raro os fazendeiros jogarem seus carros em cima da gente, tentando nos atropelar. Quando víamos faróis de carros se aproximando corríamos para dentro do mato e abandonávamos a estrada principal. Ameaçavam atirar contra nós por sermos indígenas, demonstrando todo o racismo e intolerância que sofríamos.

Somente em 2003 a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) adquiriu um ônibus para nos transportar até a escola no município de Pau Brasil. Porém, não demorou muito tempo para que as perseguições começassem de novo como assinala trecho da matéria jornalística a seguir, publicada pelo jornal Folha de São Paulo em 25 de outubro de 2003:

Um ônibus da Funai (Fundação Nacional do Índio) foi incendiado na noite de anteontem no centro de Pau Brasil, no sul da Bahia. O CIMI (Conselho Indigenista Missionário) classificou a ação de 'atentado'. O veículo era usado para levar alunos indígenas da etnia pataxó hã-hã-hãe da aldeia até a escola estadual. Segundo a Polícia Federal, dois motoqueiros não identificados atiraram coquetéis molotov no ônibus vazio, em frente à escola. A perda foi parcial (Fonte/Jornais: FSP, 25 de outubro de 2003).

Parecia mesmo que as perseguições não tinham fim. Mas como falamos: *Tupã/Tubbuih sempre nos livrou destes ataques*. Porém, nem bem tínhamos esquecido a agressão anterior e já sofríamos outro atentado mais violento ainda:

Pataxós são alvo de ataques pela segunda vez em menos de um mês, um ônibus usado no transporte de índios pataxós hã-hã-hãe foi atacado por pistoleiros no município de Pau Brasil, a 550 quilômetros de Salvador. No momento em que três homens armados invadiram o veículo o motorista estava sozinho, havia acabado de deixar um grupo de estudantes pataxó na Aldeia Caramuru e voltava para o centro de Pau Brasil. Três homens renderam o motorista da Viação Camaçari - a identidade dele não foi divulgada pela polícia - e o ameaçaram, exigindo que não transporte mais pataxós. No final de outubro um ônibus da Fundação Nacional de Apoio ao Índio (Funai) usado no

transporte de pataxós foi incendiado, provavelmente pelo mesmo grupo (Fonte/Jornais: CB,13 de novembro de 2003).

Como é possível perceber, o clima de medo era intenso. Entretanto, decidimos continuar os estudos. Não podíamos parar porque pensávamos em nós e no posterior retorno que daríamos à nossa comunidade, após formados. Isto é, já pensava que deveríamos fortalecer a educação escolar, em nossa própria comunidade para que outros parentes não sofressem as situações que vivenciávamos. Para alcançarmos esse objetivo era necessário nos formar e continuar nossos estudos.

Por isto comecei este capítulo assinalando que foi a partir dessa minha formação educacional que nasceram e germinaram as sementes do Projeto de Intervenção (Manejo) aqui apresentado e seus resultados. Reafirmo que a luta Pataxó Hãhãhãe é coletiva, por isto quando falo de meus caminhos, muitas vezes, falo também dos percursos de alguns colegas que sofreram as mesmas perseguições.

Naquele contexto o nosso amparo na hora do desespero, da amargura e do sofrimento foi a atuação da Professora Gildinai Gualberto Gomes – uma verdadeira mulher educadora e militante da causa indígena Pataxó Hãhãhãe. Ela trabalhava como coordenadora do Centro Educacional Maria Santana e nos escondia em sua casa na cidade de Pau Brasil para que os pistoleiros não nos matassem.

Ao mesmo tempo, a Professora Maria Muniz de Andrade conseguia através da FUNAI: cadernos, lápis, borrachas, camisas de fardas, calças e sapatos para nós que estudávamos no município.<sup>11</sup> Era uma alegria receber esses materiais da Professora Maria Muniz, que também era originária de nossa comunidade e a primeira professora indígena do Povo Pataxó Hãhãhãe.

Quando ainda estudava no Ensino Médio, em 1999, fui convidado pelo Professor Indígena Erlon Santos de Souza para lecionar em uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA), na sala anexa da Escola Municipal

---

<sup>11</sup>As camisas de farda escolar, calças e sapatos era o vestuário padronizado que as escolas exigiam dos alunos para adentrar ao espaço escolar e ter acesso às aulas. Isto gerava por vezes exclusões porque nem todas as pessoas estudantes possuíam essas peças de vestuário. Incontáveis vezes éramos proibidos de entrar na escola porque não tínhamos o fardamento. A consequência disto foi que muitas pessoas perdiam até o ano letivo.

Indígena Caramuru, localizada na região do Bom Jesus, em nossa Terra Indígena. Não tinha ainda a intenção de trabalhar como professor indígena, apesar de desejar lutar pelo fortalecimento de nossa Escola, para que meus parentes não sofressem o que sofremos para estudarmos.

Mas gostei daquela experiência de ministrar aula junto à EJA. Achava fascinante o que os alunos diziam a respeito dos assuntos estudados. Não vou negar que muitos estudantes também gostavam da merenda escolar e não perdiam nenhum dia de aula. Porém, também esse fato era proveitoso porque na hora da merenda “saíam” muitas conversas a respeito da conquista do Território e de projetos de autossustentação da comunidade.

Foi assim que se construiu o caminho de me tornar um educador indígena e atuar junto à educação escolar na minha comunidade, gerando em grande parte este *Projeto de Intervenção (Manejo)* e seus resultados. A inspiração veio pelo exemplo de pessoas educadoras como professora Gildinai Gualberto Gomes, professora Maria José Muniz de Andrade, professor Erlon Santos de Souza e professor Agnaldo Francisco dos Santos. Além disso, as vivências com os alunos da EJA e a trajetória que precisei seguir para estudar também influenciaram muito.

Em março de 2004 ingressei no curso de Bacharelado em Matemática da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) na cidade de Ilhéus/BA. Neste curso tive a oportunidade de conhecer as várias faces da matemática europeia e como ela se desenvolveu através dos tempos. Percebi o quanto essa matemática eurocentrada quase aniquilou os conhecimentos matemáticos de *povos culturalmente distintos* (FERREIRA, 2002) de várias regiões do planeta, inclusive de meu povo.

Como analisam Luiz Fernandes de Oliveira e Vera Maria Ferrão Candau:

(...) Quijano fala tamed da colonialidade do saber, entendida como a repressão de outras formas de produção de conhecimento não-europeias, que nega o legado intelectual e histórico de povos indígenas e africanos, reduzindo-os, por sua vez, à categoria de primitivos e irracionais, pois pertencem a “outra raça”. Essa afirmação da hegemonia epistemológica da modernidade europeia, que se traduz num racismo epistêmico ou, como afirma Grosfoguel (2007), sobre como a “epistemologia eurocêntrica ocidental dominante, não admite nenhuma outra epistemologia como espaço de produção de pensamento crítico nem científico” (OLIVEIRA e CANDAU, 05/02/2021).

As concepções da matemática europeia somadas à imposição de outros conhecimentos colonizadores fizeram com que muitos de nós indígenas perdêssemos muito de nossa língua, aspectos das culturas originárias e grande parte dos conhecimentos ancestrais que possuímos. Mas é claro que também mantivemos muito de nossa ancestralidade além da capacidade que possuímos de recuperar pela memória dos mais velhos os saberes tradicionais

Boaventura de Sousa Santos nos ajuda a entender que essas ações estavam relacionadas à uma política de epistemicídio e genocídio contra nós povos indígenas. Segundo esse pensador português:

Como consequência, um epistemicídio maciço tem vindo a decorrer nos últimos cinco séculos, e uma riqueza imensa de experiências cognitivas tem vindo a ser desperdiçada. Para recuperar algumas destas experiências, a ecologia de saberes recorre ao seu atributo pós-abissal mais característico, a tradução intercultural. Embebidas em diferentes culturas ocidentais e não-ocidentais, estas experiências não só usam linguagens diferentes, mas também distintas categorias, diferentes universos simbólicos e aspirações a uma vida melhor(SANTOS, 2010, p. 48).

Esta análise também fica clara na fala de Maura Txitxiáh, membra da Comunidade Indígena Pataxó Hãhãhãe:

Segundo Maura Txitxiáh, em entrevista ao 'Mapeando Parentes' no ano de 2012, os índios considerados "puros" inclusive seu pai e mãe (Txitxiáh e Rosalina) foram obrigados a falar a língua portuguesa, seus filhos eram proibidos de aprender a língua originária e de serem batizados com nome indígena. Além disso, depois que a criança crescia, era tirado de seus pais para trabalhar na casa das parteiras, rezadeiras e com a mulher do chefe de posto ou mandados para morar com outras famílias ricas das grandes capitais brasileiras (SANTOS, 2020, p.30).

## 2.2. O CHÃO DA SALA DE AULA É O MESMO CHÃO DA ALDEIA ONDE ESTÃO NOSSOS SABERES

---

Deste modo, quando iniciei o curso de Bacharelado em Matemática na UESC percebi que teria que fazer um grande esforço para me livrar dessas amarras do conhecimento eurocentrista. No período de 30/01/2006 a 30/01/2007 iniciei um estágio na cidade de Ilhéus/BA junto ao setor de Educação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Isto foi possível através de um acordo entre a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) núcleo regional na Bahia.<sup>12</sup>

Neste período de estágio conheci Márcia Senger, que trabalhava no setor de Educação da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, sendo também uma aliada da causa indígena. Aprendi muito com esse estágio e contato com Márcia Senger, porque todas as demandas da Educação Escolar Indígena da região sul da Bahia eram de conhecimento dela.<sup>13</sup>

Senger se dedicava muito para a resolução dos problemas educacionais advindos dos Territórios Tupinambá e Pataxó Hãhãhãe. Lembro-me que Márcia Senger conseguiu uma bolsa de estudo e passagens de ônibus para eu continuar minha jornada como acadêmico. Sou grato a ela por ter me ajudado nos momentos mais difíceis.

Em 2008, “tranquei” o curso de Bacharelado em Matemática e fiquei somente com o curso de Licenciatura na mesma área. Ingressei neste curso através das cotas indígenas. Eu precisava ter uma fonte de renda imediata e o bacharelado em matemática não me oferecia esta oportunidade. Foi neste

---

<sup>12</sup> Por mais paradoxo que pareça o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), segundo seu próprio site: “(...) nasceu da integração da indústria e a educação: com o objetivo de levar o conhecimento acadêmico as empresas”. O IEL é ligado ao: CNI, SESI, SENAI (IEL, Instituto Euvaldo Lodi. *O que é o IEL*. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/iel/institucional/o-que-e-o-iel/>. Acesso em 22/11/2020.

<sup>13</sup> Aqui vale destacar que Márcia Senger também defendeu seu mestrado junto a este programa (PPGER/UFSB) com orientação do Prof. Dr. Casé Angatu: SENER, Márcia. *Educação Infantil Indígena na Creche Oka Katuana: Afetiva entre Parentes no Ensino-Aprendizagem das Crianças Tupinambá de Olivença (Ilhéus/BA)*. Itabuna/BA: Dissertação de Mestrado Apresentado ao PPGER/UFSB, Orientação: Prof. Dr. Casé Angatu, setembro/2020.

momento que fui informado da existência de uma subárea da Educação Matemática intitulada como etnomatemática que, segundo o Professor Ubiratan D'Ambrósio, preocupava-se em:

As pesquisas em Etnomatemática consistem, essencialmente, numa investigação holística da geração [cognição], organização intelectual [epistemologia] e social [História] e difusão [educação] do conhecimento matemático, particularmente em culturas consideradas marginais(D'AMBROSIO, 2006, p.9).

Nesse sentido, meu interesse voltou-se para o assunto e fiquei fascinado pela abordagem, referências e construção de categorias próprias relativas às culturas. Como resultando, meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 2011, seguiu esse caminho da etnomatemática. Sob Orientação do Prof. Dr. Marcos Rogério Neves, o TCC ficou intitulado como: *Exploração de Conhecimentos Indígenas nas Aulas de Geometria: exemplos da cultura Pataxó Hãhãhãe* (DEHEVEHE SAPUYÁ, 2011).



Fotografia 08: Defesa do TCC/Licenciatura em Matemática –UESC. Aparecem na foto da esquerda para direita: Prof. Dr. Augusto Marcos Fagundes Oliveira, Dehevehe Sapuyá, Prof. Dr. Marcos Rogério Neves e Profa. Dra. Eliene Barbosa Lima. Fonte: Acervo particular de Dehevehe Sapuyá. Data: 2011.

Porém, não posso deixar de observar que quando estudei Licenciatura em Matemática na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) nenhuma disciplina trabalhava em alguns dos seus conteúdos as temáticas indígenas. A etnomatemática que me inspirou na formulação do TCC, apesar de possibilitar abordagens relativas à educação escolar indígena, não possui necessariamente este recorte específico,

Aqui vale lembrar que quando ingressei na UESC (2004) ainda não existia a Lei 11.645/2008 que estabeleceu:

[...] as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (BRASIL, 10 de março de 2008).

Não obstante, mesmo após a aprovação da Lei 11.645/2008 os obstáculos em sua efetivação continuaram. Como analisa Casé Angatu entre as dificuldades para a implementação dessa Lei vale observar que a mesma:

[...] não mencionou em seu texto a obrigatoriedade dos cursos superiores, especialmente os de formação de professores, em efetivar “o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena”. Aqui cabe questionarmos quantos são os cursos que possuem disciplinas e/ou conteúdos específicos sobre as Histórias e Culturas Indígenas voltados para a formação dos futuros professores? (ANGATU, 2020, p. 58).

Apesar dessa ausência de um conteúdo específico relacionando o ensino da matemática aos Povos Originários, conheci alguns professores na UESC com grandes afinidades com a causa indígena e que me auxiliarão em muito na minha caminhada, entre eles destaco: Ricardo Bentin, Flávia Cristina de Mello, João Paulo Attiê e Julles Soares. Assim, no início de 2011 terminei a Licenciatura em Matemática e continuei lecionando na área de Ciências da Natureza e Matemática para as turmas do Ensino Fundamental II, Ensino Médio e nas turmas de Educação de Jovens e adultos - EJA, do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru.

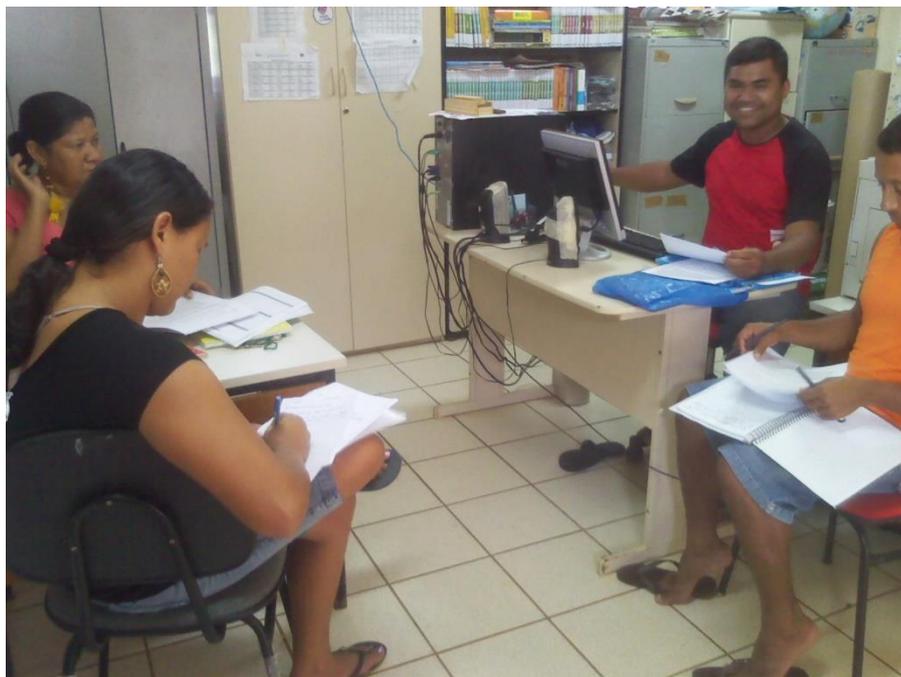
A prática educacional no chamado “chão da sala de aula que é o mesmo chão da aldeia onde estão nossos saberes”; fortaleceram ainda mais o desejo

de continuar a formação que iniciei e também foi decisiva na construção desta dissertação. Em meados de 2010 passei a exercer o cargo de coordenador do Ensino Fundamental II e Ensino Médio daquele Colégio, nas vinte horas de meu trabalho.

No ano de 2014, fui aprovado no concurso para professores indígenas da Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Ocupei o cargo de vice-diretor entre os anos de 2016 a 2018 daquela Instituição de Ensino.

Entre 2011 a 2014 participei também como supervisor bolsista, com a coordenadora Katia Silva Santos, do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID): edital conjunto nº 002/2010/CAPES/SECAD-MEC – PIBID/DIVERSIDADE, no contexto da Licenciatura Intercultural Indígena do Instituto Federal da Bahia (IFBA) - Porto Seguro/BA. Este programa tinha como foco central o diagnóstico do meio ambiente, social e cultural, identificando impactos nas comunidades indígenas. Objetivava fazer um levantamento de informações e análises que contemplava a área de Ciências da Natureza e Matemática, caracterizando problemas e dificuldades relacionadas ao meio socioambiental nos Territórios Indígenas, em especial do Território Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu.

Eu supervisionava os estudos sobre clima, condições atmosféricas, aspectos físicos, químicos do relevo e do solo. Os professores que participavam eram: Antônio Carlos Santos de Souza, Luzineth Muniz de Andrade e Edenísia Pereira dos Santos. Estudávamos também aspectos físicos e químicos da hidrografia e circulação da água. Foi assim que aprendi muito sobre o programa e também pude perceber um pouco da dinâmica do funcionamento do Instituto Federal (IFBA) de Porto Seguro Bahia.



Fotografia 09: Reunião de Supervisão no Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Da esquerda para direita – Professoras (es): Luzineth Muniz de Andrade, Edenísia Pereira dos Santos, Antônio Carlos Santos de Souza e Dehevehe Sapuyá. Fonte: Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 14/12/2011.

Fortalecido com os conhecimentos advindos das práticas na educação escolar construídos junto com as demais pessoas educadoras e com meu Povo retomei com mais força os caminhos dos estudos. A ideia era clara: fortalecer a educação escolar do Povo Pataxó Hãhãhãe.

Lembrei então de minhas pesquisas na biblioteca da UESC quando por acaso encontrei um livro denominado como *Ideias Matemáticas de Povos Culturalmente Distintos*. A leitura dessa obra organizada por Mariana Kawall Leal Ferreira, publicada em 2002, fortaleceu o meu já existente interesse em pesquisar mais sobre os conhecimentos ancestrais da minha comunidade porque:

São distintos os modos de se orientar no tempo e no espaço, contar, calcular, reconhecer e medir as formas do universo. Estão aqui representadas formas culturalmente distintas de manejar quantidades, números, medidas, formas e relações geométricas, que tem expressão na cosmologia, na organização social e nas atividades do cotidiano, como a cestaria, a tecelagem, a pintura corporal e a compra e vendas de produtos (FERREIRA, 2002, p.7).

Por essa razão, inicialmente pensava então explorar os conhecimentos indígenas nas aulas de matemática e montar um referencial contendo as diferentes formas de expressão do pensamento matemático do povo Pataxó Hãhãhãe. Realizei um trabalho de investigação sobre as diversas formas de escrita-letramento nas práticas culturais do Povo Indígena Pataxó Hãhãhãe, evidenciando as dimensões etnomatemáticas desse letramento.

Em 2018 fiz uma especialização em Educação Indígena pela Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI. A perspectiva era atuar no desenvolvimento de processos e projetos alternativos de aprendizagens para o desenvolvimento do currículo escolar indígena. O curso teve carga horária total de 750 horas e como trabalho final apresentei um artigo intitulado *Letramento nas Pinturas Corporais: Exemplos da Cultura Pataxó Hãhãhãe*, sob orientação da professora Ana Paula Rodriguês.

Porém, como bem assinala o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNE, 1998), continuei com o desejo de aprofundar este *Projeto de Intervenção (Manejo)* junto a educação escolar indígena, específica e diferenciada do meu Povo e respaldar ainda mais nossa luta. Foi quando em 2019 resolvi concorrer à uma das vagas no Mestrado Profissional dentro do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnicos Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia - Campus Jorge Amado – Itabuna/BA (PPGER/UFSB-CJA).

Essa decisão de tentar estudar no PPGER/UFSB-CJA ocorreu após ler os propósitos do curso, de sua área de concentração (*Pós-colonial idade e Fundamentos da Educação nas Relações Étnico-Raciais*), linhas de pesquisa e composição do corpo docente. Para desenvolver minha pesquisa indiquei como orientador no processo seletivo, o Prof. Dr. Casé Angatu Xukuru Tupinambá (Carlos José Ferreira dos Santos) por ser como ele mesmo diz: “originariamente decolonial e anticapitalista” (ANGATU, 22/01/2021).

Mas minha escolha foi também porque Casé é morador de uma Aldeia indígena, a saber: Aldeia Gwarĩnĩ Taba Atã –Território Tupinambá de Olivença (Ilhéus/Bahia). Além disso, compartilhamos uma mesma história de Luta de (re)existência e existência, originária diante do governo brasileiro.

Após ser aprovado, iniciei o curso no quadrimestre 2019.3 (período letivo: 16/09/2019 à 14/12/2019); cursei os componentes curriculares que seguem com

suas respectivas pessoas professoras: Estágio/Residência - Professoras Cynthia de Cassia Santos Barra e Ana Cristina Santos Peixoto; Fundamentos dos Processos de Ensino-Aprendizagem nas Relações Étnico-Raciais - Professor Rafael Siqueira de Guimaraes; Tópicos em Filosofia: Ângela Davis – Professor Guilherme Foscolo de Moura Gomes.

No quadrimestre 2020.1 estudei os conteúdos dos componentes curriculares a seguir: Políticas Públicas e Relações Raciais - Professor Milton Ferreira da Silva Júnior; Ensino e Arte na Diáspora - Professora Milena Magalhães; e Orientações e Práticas de Pesquisa V - Professor Casé Angatu Xukuru Tupinambá. Observo que a partir desses Componentes Curriculares todos os demais foram realizados online em decorrência da pandemia de covid-19.

No quadrimestre 2020.2 cursei os componentes curriculares: O livro e suas Potências: linguagem, materialidades e dispositivo pedagógico - Professoras *Cynthia de Cassia Santos Barra* e Lia Krucken; e Orientação e práticas de pesquisa I - Professor Casé Angatu Xukuru Tupinambá.

No quadrimestre 2020.3 fiz os componentes de Historiografia da População Afro-Indígena no Sul da Bahia e Orientação e Práticas de Pesquisa II - Professor Casé Angatu. No quadrimestre 2021.1 cursei Orientação e Prática em Pesquisa III, ambos os componentes feitos com o Professor Casé Angatu Xukuru Tupinambá

Após cursar os Componentes Curriculares e realizar os diálogos durante as Orientações, o presente *Projeto de Intervenção (Manejo)* consolidou-se de vez. Ganhou o reforço conceitual/metodológico, especialmente nas leituras críticas à colonialidade, presente nos próprios propósitos do Curso do PPGER/UFSB.

Foram fundamentais as discussões acerca da decolonialidade, etnicidade/raça, gênero, sexualidade, subalternidade, resistência, (re)existência, ensino, entre outros conceitos. Toda a jornada descrita até aqui foi então revisitada e ponderamos (orientando e orientador) que esta trajetória individual/coletiva já esboçava um *Projeto de Intervenção (Manejo)*. Da mesma forma, possuía seus *Frutos (Produtos) Educacionais*, faltando consubstanciar os conceituais estudados durante o mestrado às práticas existentes.

No texto “Decolonialidades Indígenas” essa análise é apresentada da seguinte forma

Somos antes de tudo indígenas obtendo títulos acadêmicos de doutor, mestre e graduado, mas sem deixarmos de lado ou em segundo plano, nossa ancestralidade e compromisso com o Povo do qual somos parte. Procuramos fortalecer os caminhos da decolonialidade a partir dos saberes/conhecimentos ancestrais, das nossas linguagens e vivências. Isto é, como forma de também fortalecer a resistência e (re)existência indígena, quilombola, negra, gênero e de todos que lutam “por um mundo onde caibam vários mundos”. Podemos até fazer arte, ciência, produzir conhecimentos e cultura, vestidos e nos espaços acadêmicos. Mas para alcançarmos certos saberes, os saberes ancestrais e das/dos Encantadas/Encantados que moram na Natureza e habitam a essência de nossos Corpos, ao menos para chegar perto destes saberes, é preciso ter a Anga Catupeí (Alma Nua/ Despida/Limpa) (ANGATU & AYRA TUPINAMBÁ, 2019, p. 232).

Portanto, o que segue na sequência deste trabalho é uma continuidade desta narrativa de manejos (intervenções) que ocorreram sendo seus frutos. Nela existem várias partes que constituem um todo: história da Educação Escolar Indígena Pataxó Hãhãhãe; dimensões de como acontece a construção do conhecimento de meu Povo; aspectos da forma como a comunidade organiza intelectualmente e socioculturalmente seus conhecimentos; a relação como os saberes ancestrais e como é ensinado e escrito; e a produção de acervos educacionais resultantes de nossa resistência e (re)existência.

O que segue além de demonstrar os “resultados” de minha atuação coletiva, assinala para possíveis caminhos e como foram trilhados. Ou seja, não existe um monopólio de construção de conhecimento e sim apontamentos para serem realizados de diferentes pessoas, maneiras e com resultados que podem ser diversos.

A ideia é disponibilizar essa dissertação na totalidade junto ao Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru e Comunidade Pataxó Hãhãhãe de diferentes formas: cartilhas, palestras, cursos, contação de história. Ou seja, desejo contribuir para que mais pessoas Pataxó Hãhãhãe façam também suas narrativas.

Insisto que o retorno deste estudo para minha comunidade só não ocorreu ainda por causa da pandemia de covid-19 que nos levou ao necessário

distanciamento sanitário. Assim como no PPGER-UFSB, as aulas no Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru e demais atividades junto à Comunidade Pataxó Hãhãhãe precisaram ser suspensas.

No Colégio as aulas foram interrompidas desde o dia 18 de março de 2020. Ficamos este período todo em isolamento social e não foram feitas nenhuma atividade/encontro com os estudantes.

Em fevereiro deste ano (2021) a Secretaria de Educação do Estado da Bahia-SEC-BA autorizou as aulas remotas com encontros online e entrega de atividades. E em 26 de julho deste mesmo ano iniciou-se a fase híbrida: os alunos revessavam entre ficar em casa e ir para escola. É interessante observar que este modelo de aula não está dando certo na nossa comunidade. Isto ocorre porque a maioria dos estudantes não possuem acesso às tecnologias digitais. Uma outra razão é que o governo não liberou o transporte para os alunos indígenas, que em sua maioria moram longe da escola.

Certamente a pandemia alterou alguns encaminhamentos que estavam previstos em nossa *Projeto de Intervenção (Manejo)* inicial, entre eles: apresentar esta dissertação já neste momento através de intervenções presenciais (formações, palestras, aulas, oficinas, pesquisas de campo, contação de histórias). Portanto, precisei em conjunto com o orientador rever o *Projeto de Intervenção (Manejo)* no que diz respeito às ações presenciais.

Por isto reforço: para o momento o que concretizei é fruto das ações que já vinham sendo efetivadas antes da pandemia junto ao Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru e Comunidade Pataxó Hãhãhãe. Este é um texto final para a conclusão do curso de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia - Campus Jorge Amado. No entanto, sua escrita terá sua continuidade nas vivências cotidianas com meu Povo. Do mesmo modo, este estudo será apresentado em atividades externas ao nosso território no sentido de divulgar e respaldar a luta do Povo Pataxó Hãhãhãe e de outros Povos. A luta indígena por direitos é outro dos fundamentos da dissertação que aqui apresento.

**III – PRODUTO (FRUTO) EDUCACIONAL: AUTOCONSTRUÇÃO  
DA EDUCAÇÃO ESCOLAR PATAXÓ HÃHÃHÃE E DE SUA  
FORMA DE ENSINAR**



Fotografia 10: Maria José Muniz de Andrade. Primeira professora indígena do Povo Pataxó Hãhãhãe. Fonte: Perfil de Maria Muniz. Data: 30/06/2020.

### 3.1. ORIGENS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA PATAXÓ HÃHÃHÃE E A LUTA DE UMA EDUCADORA ORIGINÁRIA

---

Como a ideia é que essa dissertação possibilite caminhos para novos estudos e, ao mesmo tempo, torne-se material de apoio didático para a utilização durante as práticas escolares Pataxó Hãhãhãe, procurei esboçar um pouco da história de como ocorreu a construção da educação escolar indígena em nossa comunidade.

Essa trajetória começou a partir da retomada da Fazenda São Lucas em 1982 que estava na posse de fazendeiros desde 1937, apesar de fazer historicamente parte do nosso Território. Como quase sempre ocorre por aqui os que se diziam donos adquiriram essas terras através da expulsão dos parentes que lá moravam.

Como escrevi no primeiro capítulo desta dissertação (*I - Memorial Descritivo – Semente – Como Fruto Educacional na Forma de Escrivência Indígena*) isso ocorreu através da política de arrendamento das terras indígenas, adotada pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em combinação com o governo do Estado da Bahia, principalmente a partir de 1936, contraditoriamente numa época em que o nosso território foi demarcado. Da mesma forma como também apresentei anteriormente: um processo marcado por violência contra nós indígenas.

Após a retomada da Fazenda São Lucas (1982) foi quando a Escola Indígena foi criada. Quando os fazendeiros invadiram nosso território, eles construíram várias casas de empregados, sedes de fazendas e currais para o gado. Na fazenda São Lucas existiam quatro casas, uma sede e um curral. Numa dessas casas a comunidade indígena reservou para ser uma sala de aula. Depois, com o tempo, quando a escola se tornou municipal, algumas dessas outras casas também foram usadas em prol da educação.



Fotografia 11: Local onde foram as primeiras salas de aula, ao lado membros do povo Pataxó Hãhãhãe. Fonte: Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Ano: 1982.

Após esse começo, costumo apresentar a trajetória da Educação Escolar Indígena Pataxó Hãhãhãe em três períodos que se relacionam: de 1982 a 1993, quando era da competência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); de 1993 a 1999, quando se vinculou à Secretaria Municipal de Educação do Município de Pau Brasil; e de 2000 a 2021, quando se tornou da responsabilidade da Secretaria de Educação do Estado da Bahia – SEC/BA.

Em 3 de outubro de 1984, a professora Maria José Muniz de Andrade deu início aos trabalhos da educação escolar indígena Pataxó Hãhãhãe no Território Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu. Quem faz essa narrativa é a própria Maria José Muniz de Andrade, também conhecida como: Maya Tupinambá Hãhãhãe, Maria Muniz e Dona Maria. No transcorrer do texto que segue utilizarei destas diferentes formas para me referir à essa histórica e fundamental educadora de nossa comunidade.

A professora Maya Tupinambá Hãhãhãe conta que quando chegou nesta comunidade passou por momentos difíceis e perigosos. Não esperava que a luta

pelo território, pelo direito à saúde e por uma educação específica e diferenciada fosse tão complicada.<sup>14</sup>

Segundo a educadora indígena nos conta, seu desejo era que a escola funcionasse conforme a realidade da comunidade. Mas era difícil fazer um trabalho comunitário, bilíngue e intercultural na escola indígena. Parte das dificuldades encontradas era porque Maya Tupinambá Hãhãhãe havia recém-chegado na aldeia.

Filha de Lucília Francisca Muniz e Manoel Pereira de Andrade a educadora nasceu na Terra Indígena Pataxó Hãhãhãe como ela mesma conta ao explicar sobre seu nome indígena: “Maya Tupinambá Hãhãhãe porque sou do tronco Tupinambá, mas nasci na Comunidade Pataxó Hãhãhãe” (MAYA TUPINAMBÁ HÃHÃHÃE, Diferentes Datas).

Porém, foi expulsa de seu território — região de Água Vermelha — em 1958, quando ainda tinha apenas nove anos. Como analisamos nos capítulos anteriores, as expulsões de indígenas no período decorreram da política de arrendamento realizada pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

Os pais de Maria José Muniz de Andrade, conforme suas narrativas, foram morar na cidade de Jacareci-BA. Viveram naquele lugar por um ano, mas com muito sofrimento, fome e miséria. Seu pai não conseguia trabalho. Depois das dificuldades que passaram em Jacareci, uma tia sua por parte de pai, convidou a família para ir a um povoado de Itajú do Colônia, chamado Palmira, na Bahia, para tentar a sorte de conseguir uma atividade que gerasse renda.

Chegando lá, seguindo o que narra Maya Tupinambá Hãhãhãe, sofreram um pouco até arrumar trabalho. As coisas melhoram quando um irmão dela arrumou quatro jegues para trabalhar e sustentar a família. Quando morava na

---

<sup>14</sup> Para tornar a leitura mais fluída não irei a todo momento citar nominalmente às duas fontes onde obtive os relatos advindos de Maria José Muniz de Andrade. Até porque uma parte dessas falas foram registradas em minha memória nos diálogos que realizei (ainda realizo) em minhas vivências com Maya Tupinambá Hãhãhãe. Assim, quando o texto se basear nas falas dessa educadora indígena as duas referências encontram-se na parte final desta dissertação dedicada as Fontes e denominada como Oralidades: **a**) MAYA TUPINAMBÁ HÃHÃHÃE, Maria José Muniz de Andrade. *Carta Memória / Minha História*. Fonte: Arquivo do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 29/04/2009; **b**) MAYA TUPINAMBÁ HÃHÃHÃE, Maria José Muniz de Andrade. *Diálogos com Maya Tupinambá Hãhãhãe, realizados por Dehevehe Sapuyá*. Fonte: Diálogos registrados na Memória do Autor desta dissertação (Dehevehe Sapuyá) em suas vivências com Maya Tupinambá Hãhãhãe. Data: Diferentes Datas.

aldeia, conta a Anciã, seus familiares tinham a roça de milho, feijão, batata, inhame. Além disso, existiam os peixes do Rio do Ourinho. Percebe-se que era outra forma de viver, manuseando a natureza.

Depois da saída da aldeia, Maria Muniz fez seus estudos fora com os não índios. A primeira escola que estudou era particular e localizada na cidade de Palmira, mantida por um amigo da família. Mas nessa escola ela não conseguiu se formar.

Lendo e ouvindo seus relatos a educadora assinala que quando cresceu e começou a trabalhar, retomou os seus estudos. Na época, em 1974, surgiu um curso denominado APROL (curso supletivo para professores que não terminaram seus estudos) oferecido pelo governo. Ela realizou esse curso e para isso estudava quinze dias em casa e quinze dias na escola. Conforme conta Maya Tupinambá Hãhãhãe, neste tempo já era casada e tinha filhos, por isso enfrentava várias dificuldades para se formar porque precisava trabalhar e cuidar da família.

Em 1982, finalmente Maria José Muniz de Andrade concluiu sua formação em magistério. Neste mesmo ano, consoante o que escrevemos no início deste capítulo, a comunidade ocupou uma pequena parte do seu território denominada Fazenda São Lucas com 1079 hectares de terras e invadida pelos fazendeiros desde 1937.

Ainda conforme pondera Maya Tupinambá Hãhãhãe, na época o cacique Nelson Saracura propôs colocar uma professora indígena para ensinar os alunos. Conversou com o indígena Nailton Muniz de Andrade, perguntando se ele não tinha uma pessoa conhecida formada. Nailton disse que “tinha sua irmã, mas ensinava para não índios fora da aldeia”.

Cacique Nelson Saracura pediu então para buscar Maria Muniz que aceitou a proposta de trabalhar com seu povo, para assegurar os costumes, línguas, crenças, tradições e os direitos originários sobre as nossas terras. Foi quando então (março de 1984) criou-se a Escola Indígena Pataxó Hãhãhãe aqui no Território Caramuru Catarina Paraguaçu, na antiga fazenda São Lucas.

No ano de 1984, após dois anos de sua chegada na Terra Indígena, Maya Tupinambá Hãhãhãe foi contratada como auxiliar de ensino e após três meses de experiência recebeu a categoria de professora do 1º grau. Ao chegar aqui, encontrou a professora Altair e o professor Clodoaldo com sete meses de

trabalho, mas tiveram de abandonar a escola por não se adaptarem à realidade sofrida e vivenciada pela comunidade. Os alunos ficaram sem aulas, como relata Dona Maria Muniz.

A luta para efetivar a educação escolar indígena Pataxó Hãhãhãe neste começo não foi nada fácil, porque a comunidade encontrava-se defasada em relação ao ensino. Não tinha nada como por exemplo: material didático pedagógico, merenda, água potável, móveis e nem banheiros. A prioridade era mesmo a luta pelo território até porque sem ele não existiria a escola.

Os pais dos alunos não tinham condições de comprar roupa escolar, caneta e nem lápis para seus filhos estudarem. Maya Tupinambá Hãhãhãe ensinava com os pés no chão para se igualar com seus alunos. Trabalhou pedindo apoio material nas cidades da região: Itabuna, Itapé, Jussari, Ilhéus, Eunápolis.

Segundo a educadora, considerava-se como *professora pedinte* para que a escola se formasse:

Lutei pela melhoria de nossa escola. Pois, ao chegar nesta comunidade eu trabalhava em algumas casas velhas, embaixo das árvores. Os meus alunos se sentavam em bancões e mesas feitas por alguns pais desta comunidade. Uma Certa vez fui ao lixo, onde a prefeitura jogava as carteiras velhas, peguei para os meus alunos se sentarem (Fonte/Oralidade: MAYATUPINAMBÁ HÃHÃHÃE, Maria José Muniz de Andrade. *Carta Memória / Minha História*. Fonte: Arquivo do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 29/04/2009).

### **3.2. MARIA JOSÉ MUNIZ DE ANDRADE AUTOCONSTRUINDO A MANEIRA DE ENSINAR PATAXÓ HÃHÃHÃE**

---

Nessa época de início da Escola Indígena Pataxó Hãhãhãe a educadora Maria José Muniz de Andrade morava na região do Salgado - região que fica na própria antiga fazenda São Lucas e que possui este nome por causa do rio assim denominado. Conforme Maya Tupinambá salienta todo dia subia e descia a ladeira a pé para ir para a escola. A região do Salgado fica em uma baixada,

enquanto a escola fica em um morro. A distância da casa da educadora até a escola era de aproximadamente 1,5 quilômetro. Deixava sua casa às seis horas da manhã e voltava às 18 horas da tarde. Eram várias as turmas, em diferentes estágios de aprendizagem.

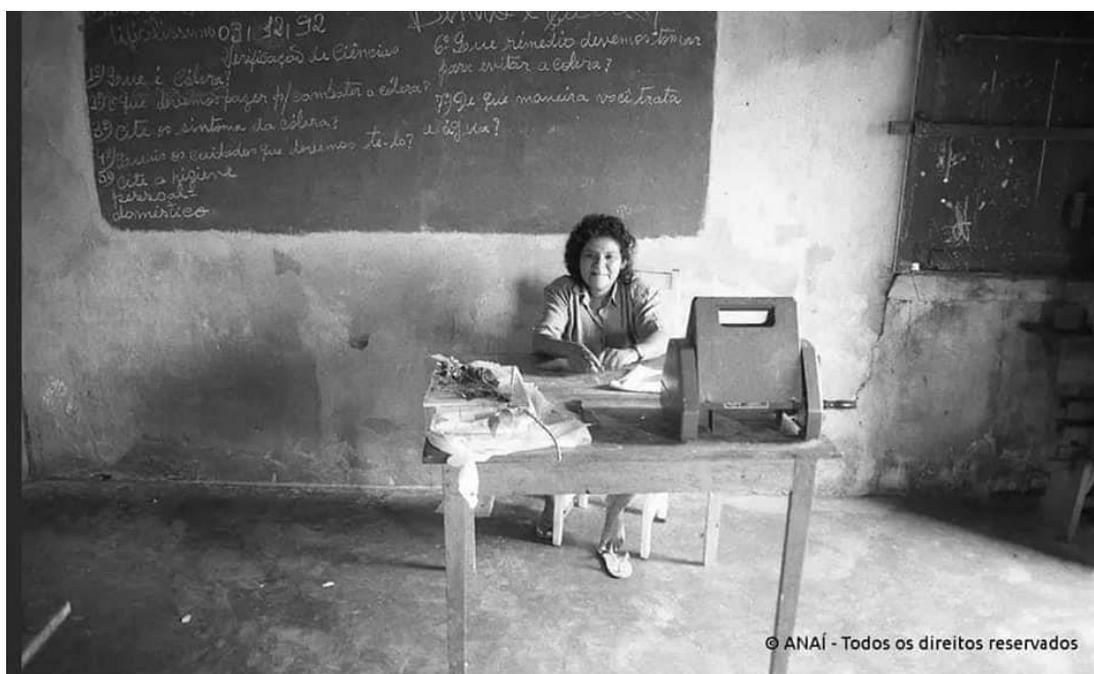
A professora começou ministrando aulas para oitenta alunos. Depois dos três primeiros anos, o número de alunos aumentou para 160 e em seguida, já estava ministrando aula para duzentos alunos.

Os ensinamentos eram dados por horário: a primeira turma entrava 7 horas da manhã e saía às 9 horas; a segunda turma entrava 9 horas e saía 11 horas; e a terceira turma entrava 11 horas e saía 13 horas. Mas não parava por aí porque a quarta turma entrava 13 horas e saía as 15 horas, a quinta e última turma entrava às 15 horas e saía às 17 horas.

Mesmo com toda essa labuta a educadora ainda tinha que varrer a sala e preparar a merenda:

[...] eu tinha que fazer a merenda para todos em fogão a lenha que era transportada pelo meu esposo Leonel de Jesus Ribeiro e pelo meu filho Reginaldo de Andrade Ribeiro que sempre compartilhou com a comunidade (Fonte/Oralidade: MAYATUPINAMBÁ HÃHÃHÃE, Maria José Muniz de Andrade. *Carta Memória / Minha História*. Fonte: Arquivo do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 29/04/2009).

Era um fogão feito na frente da escola. Maya Tupinambá Hãhãhãe ensinava e ao mesmo tempo “mexia kaptxuai” (panela).



Fotografia 12: Professora Maria José Muniz de Andrade dando aula sobre a cólera. Fonte: Associação Nacional de Ações Indigenistas – ANAÍ. Data: 1992.

Maria Muniz explica que os ingredientes da merenda escolar eram levados pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e às vezes recebia doações da Diretoria Regional de Educação e Cultura (DIREC) — Bahia. As indígenas, Maria Isabel Alves da Costa e Helena Muniz de Andrade viram o sofrimento da professora e se comoveram com a situação, dispostas a ajudar na preparação dos alimentos.

Segunda a professora discorre, com o passar dos anos algumas mães foram ajudar na confecção das merendas e na limpeza das salas. Também os alunos maiores organizavam e faziam a limpeza da escola.

As atividades eram “passadas à mão” nos cadernos dos alunos. Maya Tupinambá Hãhãhãe revela que dormia as duas horas da manhã, preparando cadernos para chegar com atividades para aulas do dia seguinte.

Os “trabalhos escolares de contagem” eram feitos com pedras e pedrinhas recolhidas junto ao rio próximo da escola. Mas, também se catava sementes de milho, feijões, outras sementes e folhas de plantas que eram guardadas. Assim, ensinava-se aos alunos as contas de somar, subtrair (na época chamada de diminuir), dividir e multiplicar.

Foi dessa forma que ela ensinou seus primeiros alunos e, como a educadora manifesta: “sentia que estava fazendo um trabalho diferenciado com o meu povo” (MAYA TUPINAMBÁ HÃHÃHÃE, diferentes datas). Lembro-me bem de quando eu tinha sete anos e fui pela primeira vez à escola. Lá estava Dona Maria com seu jeito peculiar de ensinar. Ensinava os costumes e tradições de meu povo. Colocava nossos saberes em diálogo com os conhecimentos ditos científicos, usando sempre os materiais que encontrava na natureza como elemento pedagógico em suas aulas.

A professora Maria José Muniz de Andrade adoeceu quando completou seis anos de trabalho. Foi hospitalizada por quatro meses devido a um fortíssimo cansaço físico, sendo mesmo submetida ao balão de oxigênio. A situação de saúde ficou tão grave que não sabia onde estava, nem conseguia falar e caminhar. Ficou oito meses sem entrar na sala de aula para se recuperar e voltar a lecionar.

Após a este incidente a professora Maria Muniz enviou documentos para a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) solicitando que contratasse alguém para lhe ajudar nos trabalhos em sala de aula. A FUNAI atendeu a seu requerimento

e logo enviou a professora Alcione Pimentel, recém-formada em magistério. As duas professoras trabalharam juntas por um tempo, mas Alcione Pimentel não se adaptou à comunidade e pediu transferência para trabalhar na FUNAI, em Eunápolis.

A educadora indígena ficou sozinha novamente, mesmo considerando que a FUNAI não pagava a quantidade de horas de trabalho desempenhado. De acordo com Maya Tupinambá Hãhãhãe, o pagamento era baseado em 20 horas, correspondente a uma turma de alunos. Porém, como apresentamos acima a carga horária era bem maior.

Mesmo assim a autodeterminação indígena não deixou de funcionar, da mesma maneira com que fazemos as retomadas das terras para auto demarcarmos o território em decorrência da omissão do estado. A professora explica que solicitou a alguns alunos que já estavam mais tempo na escola que ajudassem nos trabalhos de sala de aula.

Com a continuidade dos trabalhos, ela conseguiu um mimeógrafo, guardado até hoje como lembrança da luta pela educação escolar Pataxó Hãhãhãe. Depois comprou uma máquina datilografada para trabalhar e começou a melhor estruturar a escola. A FUNAI também doou alguns livros, no entanto, a maioria era de outros povos indígenas do norte, diferentes do nosso contexto. O governo do estado também doou alguns livros. O Bispo Dom Paulo Lopes de Farias, quando esteve no comando da Diocese de Itabuna-BA (de 1983 a 1985), fazia campanha para arrecadar livros e cadernos para nossa comunidade indígena.

Após dois anos que concluíram a 4.<sup>a</sup> Série do Ensino Fundamental I em 1987 alguns estudantes indígenas se propuseram a trabalhar voluntariamente para ajudar a professora Maya Tupinambá Hãhãhãe na construção da nossa educação escolar. Foram eles: Agnaldo Francisco dos Santos, Margarida Pataxó Rocha de Oliveira, Luzineth Muniz de Andrade, Luciene Muniz de Andrade, Edilson Jesus de Souza, Havailson Francisco dos Santos, Reginaldo Ramos dos Santos, José Reinilton Muniz Lima, Leonice Pataxó Hãhãhãe e Josenias Trajano da Silva.

Quando completou oito anos de trabalho na comunidade a Professora Maria Muniz buscava contratações para os alunos. Em 1989 foi contratada pela primeira vez para trabalhar como professor pela prefeitura de Pau Brasil,

Aginaldo Francisco dos Santos. Mesmo assim, a demanda ainda era grande e precisava de mais pessoas para trabalhar na escola.



Fotografia 13: Pessoas Educadoras: Aginaldo Francisco dos Santos, Margarida e Maria José Muniz de Andrade na Escolar Indígena Pataxó Hãhãhãe. Na foto aparecem as crianças da Escola. Data: Década de 1980. Fonte: SOUZA, 2019.

Diante de tantas dificuldades a educadora fez outra tentativa agora junto à prefeitura da cidade de Itajú da Colônia, conseguindo em 30 de abril de 1991 que aquela municipalidade contratasse quatro funcionárias para ajudar na comunidade: Luzineth Muniz de Andrade, Helena Muniz de Andrade, Luciene Muniz de Andrade para trabalharem na Escola Indígena do Caramuru e Reginaldo Ramos dos Santos para lecionar na Aldeia Bahetá, perto da cidade de Itajú.

Segundo explica a educadora Maria Muniz, ocorreram melhorias com essas contratações. Porém, a cada ano aumentava o número de alunos e as salas de aula se tornaram superlotadas. Outra vez a professora conversou com o prefeito de Pau Brasil e o mesmo contratou mais três funcionárias: Margarida Pataxó Rocha de Oliveira, Maria de Fátima Rocha de Oliveira e Maria Inês Lima dos Santos.

Por isto considero Maria José Muniz de Andrade - Maya Tupinambá Hãhãhãe como um exemplo da resistência e (re)existência do Povo Pataxó Hãhãhãe. Do mesmo modo, os educadores que surgiram com ela e os que vieram posteriormente e mantiveram vivas as sementes da construção da Educação Escolar Indígena de meu Povo. Sementes que germinaram através de nosso manuseio (intervenção) e com a força da natureza deram seus frutos educacionais (produtos educacionais).

### **3.3. A CONTINUIDADE DA AUTOCONSTRUÇÃO DA MANEIRA DE ENSINAR PATAXÓ HÃHÃHÃE**

---

Para Agnaldo Francisco dos Santos, falar do processo de Educação do Povo Pataxó Hãhãhãe é dialogar sobre sua própria educação.<sup>15</sup> Chegou aqui na Terra Indígena quando tinha 15 anos, depois também de seus familiares serem expulsos de suas terras.

Estudou 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> Série do Ensino Fundamental I no município de Itabela/BA, 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> Série do Ensino Fundamental I na Aldeia com a professora Maria José Muniz de Andrade. Fez uma parte do Ensino Fundamental II no município de Pau Brasil/BA e outra parte no município de Eunápolis/BA. Estudou o Ensino Médio, modalidade Magistério, no Centro Educacional Maria Santana no município de Pau Brasil/BA.

Mas para ele, sua formação difere de seus estudos. Se formou na comunidade quando participou de projetos comunitários importantes na Aldeia. Um exemplo neste sentido foi a constituição de um projeto comunitário

---

<sup>15</sup> Do mesmo modo que explicamos em relação às falas de Maria José Muniz de Andrade, para tornar a leitura mais fluída não irei a todo momento citar nominalmente a fonte de onde estão as narrativas de Agnaldo Francisco dos Santos. Desta maneira, quando o texto se basear nas falas desse educador indígena a referência encontra-se na parte final desta dissertação dedicada as Fontes e denominada como Oralidades: AGNALDO Francisco dos Santos. *Arquivo de Áudio*. Fonte: Arquivo de Áudio do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 2020.

internacional da igreja católica de apoio à nossa luta onde ele e o professor indígena Edilson Jesus de Souza foram responsáveis pela administração.

Também participou de muitos cursos com o Movimento Sem Terra (MST) e alguns cursos teóricos sobre o filósofo e revolucionário socialista alemão Karl Marx. Fez outros cursos voltados aos estudos da coletividade. Essas formações foram realizadas em conjunto com a luta do dia a dia aqui na aldeia.

De 1987 a 1989 ministrou aulas de forma voluntária na Comunidade Pataxó Hãhãhãe até porque a comunidade não tinha dinheiro para pagar o professor. Como não possuía salário sobrevivia da sua roça com plantações de milho, feijão, mandioca, batata. Para ajudá-lo um grupo de cinco ou seis pais de alunos da Escola Indígena se reuniam uma vez por semana no sentido de fazerem a limpeza da roça e os trabalhos de plantio.



Fotografia 14: Professor Agnaldo Francisco dos Santos. Atualmente é morador da Aldeia Tupinambá na Serra do Padeiro no município de Buerarema/BA. Data: 07/06/2020. Fonte: Acervo Particular de Dehevehe Sapuyá.

Como apresentamos no tópico anterior, o professor Agnaldo em 1989 foi contratado como professor leigo pela prefeitura de Pau Brasil/BA. Em 1992, Agnaldo Francisco dos Santos e Margarida Pataxó Rocha de Oliveira concluíram o curso de magistério no Centro Educacional Maria Santana no Município de Pau Brasil/BA. A partir de então nossa Comunidade passou a contar com três

professores habilitados a ensinar no Território Indígena Caramuru. O educador Agnaldo explica que:

Em 1982 vários professores vieram dar aula aqui na comunidade no objetivo de conseguir um vínculo com a Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Na época não exigia concurso público e um contrato, por indicação dos políticos, já era suficiente para se tornar um servidor efetivo federal. Alguns foram contratados como servidores públicos federais, mais com cinco ou seis meses de trabalho, iam embora alegando que os indígenas estavam lhes perseguindo. A escola não era institucionalizada ainda e não tinha um alinhamento pedagógico definido. Esses professores abandonavam as turmas de alunos e só com os trabalhos da professora Maria José Muniz de Andrade que conseguia terminar o ano letivo (Fonte/Oralidade: AGNALDO Francisco dos Santos. *Arquivo de Áudio*. Fonte: Arquivo de Áudio do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 2020).

### 3.4. INÍCIO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA ALDEIA BAHETÁ E A CONTINUIDADE DA AUTOCONSTRUÇÃO DO ENSINAR PATAXÓ HÃHÃHÃE



#### BAHETÁ

Foi uma raiz muito forte, uma raiz de esperança.

Foi uma das índias conquistadas no mato... Ela foi um grande exemplo de vida para toda a comunidade.... Uma conselheira, uma orientadora...ela nos ensinava a respeitar a natureza, fazer nossos remédios do mato, caçar, a pescar e o nosso idioma. Ajudava nas retomadas, sempre orientava para que todos os indígenas voltassem ao território. Todos nós a tínhamos como bisavó. Morreu em 1992, resistiu 120 anos. Morreu de cólera. A FUNAI que “cuidava” da saúde dos índios na época não fez muitos esforços contra a epidemia que matava os índios (Fonte/Livros e Textos Produzidos Pelo Povo Pataxó Hãhãhãe: POVO PATAXÓ HÃHÃHÃE, 2004, p. s/n).

Fotografia 15: Índia Bahetá Pataxó Hãhãhãe. Data: s/d. Fonte: CIMI Regional Leste. Diocese de Itabuna/BA

Começo este tópico com esta foto e relato sobre à Índia Bahetá porque simboliza muito a nossa resistência e (re)existência na conquista de nossos direitos, território e fortalecimento da indianidade Pataxó Hãhãhãe. Como observei anteriormente, a nossa educação indígena antecedente e é a base para nossa educação escolar, como fazia Bahetá cotidianamente, nos educando em nossa ancestralidade.

Esta nossa anciã era uma educadora originária de nossa (re)existente indianidade e na luta pela territorialidade. Como narra o texto, Bahetá era: “raiz; exemplo de vida; conselheira; orientadora; ensinava a respeitar a natureza, fazer nossos remédios do mato, caçar, a pescar e o nosso idioma; ajudava nas retomadas; orientava a volta ao território” (Fonte/Livros e Textos Produzidos Pelo Povo Pataxó Hãhãhãe: POVO PATAXÓ HÃHÃHÃE, 2004, p. s/n).

Por isto também que após a morte física de Bahetá sua memória ficou viva para todos nós Pataxó Hãhãhãe. Um exemplo disto é que a comunidade onde morava foi denominada como Aldeia Bahetá. Foi naquela aldeia que também surgiu a Escola Indígena da Aldeia Bahetá.

Em 1999, o indígena Reginaldo Ramos dos Santos conta que teve “um sinal de Tupã” que o iluminou para ser professor.<sup>16</sup>Naquela época ele só concluía a 5.<sup>a</sup> série do Ensino Fundamental II, mas sua Comunidade que ficava no lugar que denominamos Aldeia Bahetá (localizada no município de Itajú do Colônia) precisava de professores.

As dificuldades e os desafios foram imensos, porque naquela Aldeia não tinha escola. Com a professora Maria José Muniz de Andrade e o cacique da época chamado Piba, Reginaldo realizou uma grande luta para fundar em 1999 uma escola em sua Aldeia.

Uma das grandes dificuldades era ter um professor indígena com Ensino Médio para ensinar aos estudantes. Naquela época (1999) o professor Reginaldo Ramos dos Santos não tinha o Ensino Médio, mas tinha conhecimento, vivência na nossa cultura e na luta indígena.

---

<sup>16</sup> Sobre as narrativas de Reginaldo Ramos dos Santos valem as mesmas observações feitas em relação às falas de Maria José Muniz de Andrade e Agnaldo Francisco dos Santos. A referência do relato desse parente encontra-se na parte final desta dissertação dedicada as Fontes e denominada como Oralidades: REGINALDO Ramos dos Santos. *Arquivo de Áudio*. Fonte: Arquivo de Áudio do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 2020.

Na minha compreensão isto fez com que ele enfrentasse todas as dificuldades. Neste sentido reafirmo que a autoconstrução da educação escolar indígena Pataxó Hãhãhãe e de sua forma de ensinar está profundamente relacionada com a luta pelo território, nossa indianidade e (re)existência.

Como fala Reginaldo Ramos dos Santos, era um tempo muito difícil:

O escorpião a todo momento vivia ali conosco e a gente dando aula e muitas vezes os alunos sendo picado. Tínhamos dificuldade de água, de material pedagógico, dificuldade de estar implantando/fortalecendo a cultura indígena, porque os meninos vinham de uma escola que só falava mal de índio, que é a escola do homem branco. E a maior entre elas era a questão da cultura mesmo. E foi um pedido, uma luta da comunidade na época por conta que a nossa educação escolar indígena não existia (Fonte/Oralidade: REGINALDO Ramos dos Santos. Arquivo de Áudio. Fonte: Arquivo de Áudio do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 2020).

Acompanha-se na fala do educador Reginaldo que quando aquela escola indígena foi criada os alunos não queriam participar do tohé (nome que damos aos nossos cantos e danças rituais indígenas) e da vivência na língua indígena. Como ele mesmo explica, assim se comportavam porque até então estudavam nas “escolas de branco” (formal como nos referimos às escolas não indígenas).

Numa escola indígena os conteúdos, didáticas, metodologias e sentidos são outros como bem assinala o *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas* — RCNEI (BRASIL, 1998). A educação indígena feita por pessoas educadoras originárias como Bahetá antecede e é a base da educação escolar indígena.

Como pondera Ayra Tupinambá:

A escolarização [indígena] seria um instrumento para capacitar mais ainda as/os Parentes no sentido da reivindicação dos direitos de cidadania e de indianidade, valorização e fortalecimento cultural. O Decreto nº 6.861 de 27 de maio de 2009, que dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e sua organização, diz o seguinte: “Art. 1º A educação escolar indígena será organizada com a participação dos povos indígenas, observada a sua territorialidade e respeitando suas necessidades e especificidades” (Fonte: BRASIL, 27 de maio de 2009. In: AYRA TUPINAMBÁ, 2020, p. 99).

Mesmo a temporalidade escolar numa escola indígena é outra porque tem relação com a luta pelo território e fortalecimento da indianidade pela (re)existência de nossa ancestralidade. O professor Reginaldo conta que quando ocorriam as retomadas de terras no sentido de autodemarcamos nosso território as aulas eram suspensas. Como a cidade de Itajú do Colônia era próxima daquela aldeia a comunidade indígena local sofria grandes ameaças.

Como analisamos antes, nossa região se localiza numa área de conflitos e a proximidade de algumas comunidades com as cidades locais fazem com que as pessoas indígenas fiquem mais exposta ainda às agressões físicas e racismo. Este é caso da Aldeia Baheté e sua Escola Indígena.

O trecho da matéria jornalística a seguir permiti dimensionar um pouco dessa pressão:

Desde o início das retomadas indígenas, Pau Brasil, Itajú do Colônia e Camacan, cidades que abrangem a terra indígena, foram invadidas por pistoleiros, na maior parte das vezes tratados como seguranças das fazendas. São estes jagunços, com armas de grosso calibre, conforme revelou matéria do jornal Folha de S. Paulo na edição do dia 21 de abril [2012], que vão para o confronto com os indígenas. [...] Desde a primeira retomada dos Pataxó Hãhãhãe, estes 'seguranças' já executaram em emboscadas mais de 30 lideranças do povo. Como ainda restam áreas não retomadas, os pistoleiros ficam pela cidade, ameaçando moradores, ou buscando se entrincheirar nas fazendas em posse dos invasores (CIMI, 23/04/2012).

Assim, a Escola Indígena da Aldeia Baheté sofria pressões externas à comunidade em relação à sua identidade indígena. Além disto era preciso enfrentar as precárias condições de funcionamento da escola. O professor Reginaldo conta que com os alunos buscava água no rio para lavar a escola e fazer merenda, bem como apanhavam a lenha para cozinhar.

Era o professor que fazia de tudo para ver a escola funcionando bem, para que a escola não fechasse com ameaças dos prefeitos que eram fazendeiros com terras dentro do território Indígena, com processo de ação ACO 312 onde a gente procurava junto ao Supremo Tribunal Federal e a FUNAI para anular todos os títulos dados aos fazendeiros (Fonte/Oralidade: REGINALDO Ramos dos Santos. Arquivo de Áudio. Fonte:

Arquivo de Áudio do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 2020).

Todos esses fatores dificultaram o início do trabalho pedagógico naquela escola. Porém, após mais de 20 anos de sua criação a Escola Indígena da Aldeia Bahetá hoje tem outros professores, merendeiras e zeladores. Possui energia elétrica e os escorpões são bem difíceis de serem encontrados.

Ainda persistem alguns problemas: para realizarem o Ensino Fundamental I, Fundamental II e Médio, as crianças e adolescentes ainda precisam estudar em escolas em Itajú do Colônia que negam as especificidades dos povos indígenas. Isto é, agem de forma racista e às vezes violenta em relação à nossa indianidade.



Fotografia 16: Pessoas estudantes e educadoras fazendo o ritual tohé na Escola Indígena da Aldeia Bahetá. Data: 2016. Fonte: CIMI Regional Leste. Diocese de Itabuna/BA



Fotografia 17: Professor Reginaldo Ramos dos Santos. Data: 02/05/2021.  
Fonte: Arquivo do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru.

Hoje o professor Reginaldo Ramos dos Santos afirma que as retomadas foram a grande escola para as crianças do território. O educador encarou a missão com apoio dos pais e está atuando na educação até os dias atuais. Também atuou por muito tempo como cacique da aldeia Bahetá. Aprendeu muito na comunidade e tem ensinado tudo que aprendeu.

### **3.5. MUNICIPALIZAÇÃO DA ESCOLA INDÍGENA (1993 A 1999): “A ESCOLA PRECISANDO IR AONDE O TERRITÓRIO ESTÁ”**

---

A partir de 1989 a Comunidade Indígena Pataxó Hãhãhãe iniciou uma relação social com a cidade de Pau Brasil. Esse relacionamento era mediado pela educação escolar indígena. Em 1996 a comunidade começou a participar das eleições municipais e, mesmo assim, foi eleito um prefeito opressor das causas indígenas.

Porém, as pessoas educadoras da comunidade conseguiram criar uma escola municipal na Terra Indígena, saindo da competência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). A razão que fez professores e a comunidade pedirem a municipalização da escola indígena foi porque a demanda era grande e o número de funcionários, pequeno.

Até então a maioria (professores, merendeiras e serviços gerais) trabalhava de forma voluntária e a escola não tinha um corpo docente definido. Outro fator importante era que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) só matinha como professora efetiva, Maria José Muniz de Andrade e não tinha interesse de contratar outras pessoas educadoras.

A primeira diretora indígena foi Margarida Pataxó Rocha de Oliveira. Segundo seus depoimentos, Margarida desejava trabalhar na educação escolar indígena desde criança. O tempo passou e a vocação persistiu na sua mente.<sup>17</sup>

Antes mesmo da atuação da professora Maria José Muniz de Andrade, Margarida já conversava sobre sua vocação de atuar na educação como professora com alguns professores que vinham trabalhar no nosso território. Quando Margarida concluiu a 4.<sup>a</sup> série com a professora Maya Tupinambá Hãhãhãe, aquela educadora também percebeu essa vocação.

Margarida continuou seus estudos no Ginásio, como era denominado na época. Fez a 5.<sup>a</sup>, 6.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> séries e logo já começou a trabalhar em sala de aula. Esse trabalho foi voluntário e durou 4 anos. Após esse período, foi contratada pelo então prefeito José Acácio Chaves Cardoso, do município de Pau Brasil. Esse prefeito acompanhava a trajetória dos estudantes indígenas que saíam da aldeia para estudar naquela cidade.

Conforme o que conta Margarida Pataxó, num certo momento o prefeito José Acácio Chaves Cardoso perguntou a Margarida se ela tinha interesse de trabalhar na educação como professora. A resposta era um sim. O prefeito fez um desafio: “se conseguir ser aprovada no final do ano eu lhe contrato como professora!” No final de 1992, Margarida Pataxó Rocha de Oliveira foi aprovada

---

<sup>17</sup> Acerca das narrativas de Margarida Pataxó Rocha de Oliveira valem as mesmas observações feitas em relação às falas de Maria José Muniz de Andrade e Agnaldo Francisco dos Santos. A referência do relato dessa parenta encontra-se na parte final desta dissertação dedicada as Fontes e denominada como Oralidades: MARGARIDA PATAXÓ Rocha de Oliveira. *Arquivo de Áudio*. Fonte: Arquivo de Áudio do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data:10/10/ 2020.

em seus estudos, mas a vergonha a impediu de procurar o prefeito para a sua contratação.

Somente em maio de 1993 ela resolveu procurar o prefeito. No mesmo dia foi firmado um contrato de carteira assinada como professora, consolidando um desejo antigo seu de atuar na educação. Na época, foram contratadas outras pessoas para atuarem em sala de aula, mesmo sem formação em magistério.



Fotografia 18: Professora Margarida Pataxó Rocha de Oliveira.  
Data:15/01/2014.Fonte: Arquivo do Colégio Estadual da Aldeia Indígena

Margarida conta que no período que atuou em sala de aula passou por vários momentos difíceis. Porém, enquanto o prefeito José Acácio Chaves Cardoso era vivo, a situação era contornável na escola indígena. Depois de seu assassinato (24/10/1996) as coisas pioraram e começou a faltar de tudo. À época, quando a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) representada pela professora Maria José Muniz de Andrade, a escola ainda tinha algumas coisas.

Muitas vezes o município comprava merenda para as escolas da cidade e não incluía a escola indígena. O secretário de educação de então (1997) afirmava não ter autorização do prefeito para a compra de merenda para a escola indígena.

Sendo assim, Margarida Pataxó Rocha de Oliveira foi diretora de uma escola que no início não tinha sala de aula e não tinha quase nada. Neste período, foi solicitado ao chefe de Posto Indígena, Miguel Pereira Silva, um

espaço para a escola na Sede da FUNAI localizada em nossa reserva. Foram concedidas duas salas, um quartinho e um espaço no fundo. Nessa sala de fundo foi montada a secretaria da escola. Na época os secretários da escola contratados pelo município de Pau Brasil eram: Edvaldo de Jesus Santos Pataxó e Mara de Fátima Rocha de Oliveira.



Fotografia 19: Antiga sala de aula na Escola Indígena Pataxó Hãhãhãe. As cadeiras foram trazidas de um lixão próximo à cidade de Pau Brasil. Data: 1999. Fonte: Arquivo do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru.

Todavia, Margarida Pataxó adquiriu conhecimentos sobre gestão escolar e isto lhe possibilitou fazer parceria com alguns gestores de Pau Brasil/BA. Uma dessas pessoas parceiras foi a professora e diretora Arleide Nunes da escola municipal Bernadeth do município de Pau Brasil/BA que ao adquirir material para a sua unidade escolar, dividia com a escola indígena. Na maioria das vezes, mandava papel de ofício, matriz e mimeógrafo.

O professor indígena Agnaldo Francisco dos Santos, citado num dos tópicos anteriores, salienta que a escola indígena ao se municipalizar, saiu da competência da FUNAI:

Foi a primeira vez que a escola tomou um direcionamento, um corpo pedagógico, a educação nasceu nas entranhas da luta e foi forjada com sua ideologia no projeto de povo (Fonte/Oralidade: AGNALDO Francisco dos Santos. *Arquivo de Áudio*. Fonte: Arquivo de Áudio do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 2020).

Ou seja, a nossa escola começou a ter um corpo de funcionários com normas e regras que regem o estatuto do magistério do município de Pau Brasil. A educação continuou nos moldes indígenas, respeitando os princípios étnicos, culturais e a temporalidade de meu povo.

Por exemplo, as sextas-feiras não tinham aulas porque as crianças ajudavam os pais nas colheitas das verduras e hortaliças para vender na feira no dia seguinte. Quando ocorriam retomadas as aulas eram dadas nas localidades onde o povo estava lutando.



Fotografia 20: Dia de Planejamento entre pessoas educadoras da escola indígena. Data: 03/03/1997. Fonte: Arquivo do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru.

Os alunos eram educados para compreender e lutar contra o projeto racista e colonialista que era direcionado contra nós das comunidades indígenas. A história ensinada aos alunos era baseada nos sofrimentos e enfrentamentos que os mais velhos vivenciaram.

Eram relatadas de forma contextual as mortes de nossas lideranças e a luta pela reconquista do território. O objetivo era fazer o aluno internalizar e compreender o desejo de retomar a terra e realizarmos a nossa autodemarcação territorial.

Novamente o educador Agnaldo Francisco dos Santos contribui para compreendermos os propósitos da nossa educação escolar indígena Pataxó Hãhãhãe:

Depois de 1996, com a escola já municipal, foi ampliando o número de professores, o número de alunos aumentou, alguns estudantes indígenas foram para as universidades. Nesta época houve uma mudança no cenário político do Brasil depois da promulgação da constituição federal de 1988, o país passou a respeitar a pluralidade étnico cultural das comunidades indígenas, que antes não era respeitada, o Ministério da Educação- MEC, passou a respeitar e a compreender a educação diferenciada, como educação de fato, que antes não era. Houve a criação de alguns conselhos indígenas no Brasil, como o NEEI na Bahia. Houve a criação do curso de Magistério de Educação Escolar Indígena-nível Ensino Médio para os professores que não tinha habilitação e que estavam em sala de aula fazendo trabalhos voluntários. Na turma desse curso, havia professores formados e professores não formados e foi a partir dele que se organizou um movimento de luta pela educação, logo depois formou o Fórum de Educação Indígena que agregou todas as escolas indígenas da Bahia; o reflexo era fortalecer os alunos e a cada dia os alunos iam se fortalecendo e foram entrando nas universidades (Fonte/Oralidade: AGNALDO Francisco dos Santos. *Arquivo de Áudio*. Fonte: Arquivo de Áudio do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 2020).

Em 1997, a professora/coordenadora Gildinai Gualberto Gomes chegou na nossa Terra Indígena. Veio trabalhar na coordenação da escola Municipal Indígena Caramuru durante a gestão de Margarida Pataxó Rocha de Oliveira. Chegando aqui, encontrou uma escola onde os professores ainda tinham muitas dificuldades em elaborar planos de aulas e outras questões inerentes ao fazer pedagógico:

Gildinai Gualberto Gomes faz a seguinte ponderação:

Os professores neste período não tinham formação e eram considerados leigos, só Margarida e Agnaldo que tinha Ensino Médio. O planejamento escolar era como se fosse uma capacitação. Eram trabalhados conteúdos e a metodologia. Neste período o professor ainda estudava na cidade de Pau Brasil, embora tivesse muitos conflitos com fazendeiros. Uns

tinham a 4.<sup>a</sup> série do Ensino Fundamental I e outros possuíam 6.<sup>a</sup>, 7.<sup>a</sup> e 8.<sup>a</sup> série do Ensino Fundamental II (Fonte/Oralidade: GILDINAI Gualberto Gomes. *Arquivo de Áudio*. Fonte: Arquivo de Áudio do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 2020).

A professora Gildinai Gualberto Gomes atuou na coordenação da escola de 1997 até o ano de 2005. Outras pessoas como Edvaldo de Jesus Santos Pataxó e Virgílio Alberto Soares Pinto, primeiro diretor não indígena, atuaram também na gestão da escola municipal indígena.



Fotografia 21: Professora Gildinai Gualberto Gomes.  
Data: 19/03/2021. Fonte: Arquivo do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru.

Porém, como explica a educadora Margarida Pataxó os rumos institucionais da Escola Indígena Pataxó Hãhãhã precisaram novamente serem modificados. Ela diz que:

Depois as coisas mudaram no município [1996], cada vez ficou pior para nós indígenas. Travamos a nossa luta para estadualizar a escola indígena. (Fonte/Oralidade: MARGARIDA PATAXÓ Rocha de Oliveira. *Arquivo de Áudio*. Fonte: Arquivo de Áudio do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 2020).

A necessidade de alterar os rumos institucionais da nossa escola também ocorria à medida que as demandas da comunidade aumentavam. Nos períodos das retomadas territoriais os professores e professoras eram sempre orientados/orientadas para irem atrás dos alunos. Para o Professor Flávio Fernandes Barbosa: “a escola tem que ir aonde o território está.” Ele proferiu esta fala nas reuniões pedagógicas da Escola Indígena Caramuru a partir do ano de 1999, em decorrência dos conflitos territoriais existentes e da necessidade de educarmos nossos alunos que estavam todos envolvidos com a luta da Terra.

Pensando desta maneira a nossa escola indígena deslocou em 2002o professor Nilton Batista de Souza para atuar em uma turma multisseriada na região da Iracema, dentro de nosso território. Naquela região ocorreu retomadas na Fazenda Milagrosa que estava nas mãos dos fazendeiros, mesmo sendo parte de nosso território. Logo se montou uma sala de aula multisseriada para atender alunos daquela região. Depois os Pataxó Hãhãhãe conquistaram a região de Água Vermelha, entre 2001 e 2002, e outra turma da pré-escola ao quinto ano foi montada ali naquela região.

Como pondera nosso educador indígena Agnaldo Francisco dos Santos:

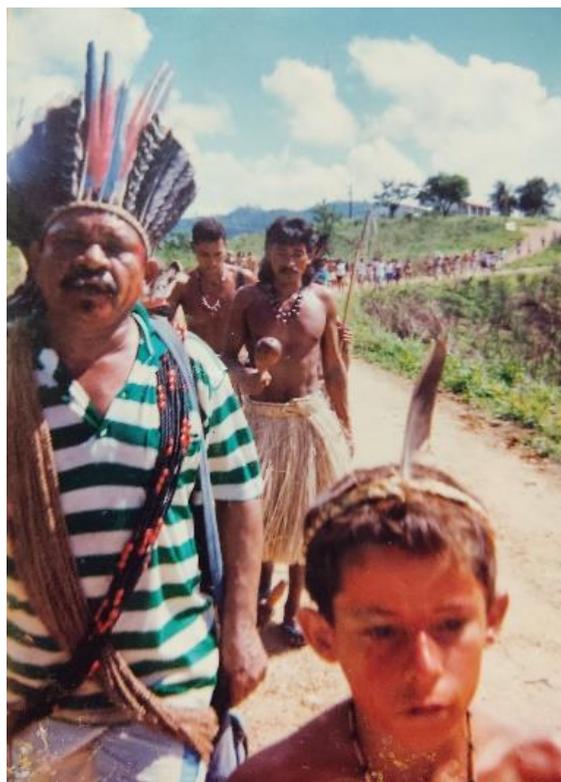
Há muitas histórias de professores que fundaram a escola dentro de retomadas, a professora Gildnai Gualberto Gomes chegou aqui, dava aula em Pau Brasil e veio por meio do povo, e começou a dar aula em retomadas. O pessoal nosso tudo dava aulas em retomadas. Fazia uma retomada, ali tinha 10 alunos, 20 alunos, e o professor ia para lá dar aula, a importância da educação para o povo foi isso. A escola institucionalizava a nossa retomada (Fonte/Oralidade: AGNALDO Francisco dos Santos. *Arquivo de Áudio*. Fonte: Arquivo de Áudio do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 2020).

O território expandia cada vez mais ao findar da década de 1990 e nascia a esperança de viver num mundo melhor. Pensávamos que iríamos ter condições de desenvolver projetos coletivos autossustentáveis para garantir a soberania alimentar e nutricional para a comunidade.

A escola acompanhava esse avanço e foi uma estratégia pensada ampliar seu alcance pelo território como bem salienta o professor Agnaldo Francisco: “a importância da educação para o povo foi isso. A escola institucionalizava a nossa retomada” (Fonte/Oralidade: AGNALDO Francisco dos Santos, 2020). Além

disso, na época não tinha transporte escolar para que as crianças e jovens pudessem vir até a escola sede.

A fotografia a seguir demonstra o quanto a escola indígena estava sintonizada com a ideia de retomada territorial, autodemarcação e reconhecimento de nossas terras. Na imagem aparecem pessoas estudantes, educadoras e lideranças caminhando da escola sede para a região de Bom Jesus e a Paraíso para fazer ritual de agradecimento em comemoração a uma das liminares favoráveis à nossa comunidade no dia 15 de novembro de 1999.



Fotografia 22: Comemoração da liminar favorável à comunidade Indígena. Data: 15/11/1999. Fonte: Arquivo do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru.

### **3.6. A LUTA PELA ESTADUALIZAÇÃO DA ESCOLA INDÍGENA PARA FORTALECER A LUTA PELO TERRITÓRIO (2000 A 2021)**

---

Novos horizontes apontavam no final dos anos de 1990 para a estadualização de nossa escola em decorrência da decadência da

municipalização da Escola Municipal Indígena Caramuru. Da mesma forma, o aumento das demandas da comunidade e necessidade de respaldar nossa luta pelo território crescia, bem como o acirramento dos conflitos dentro e fora do território.

Uniram-se então as/os professoras/res, caciques, lideranças, pais de alunos, apoio de caciques/lideranças de outras aldeias, professores de outras escolas indígenas, Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAÍ) e Universidade Federal da Bahia (UFBA), através de professores que já tinham contato com a comunidade.

Em conjunto travamos a luta pela estadualização da Educação Escolar Indígena da Terra Indígena Caramuru Catarina Paraguassú. A educadora Gildinai Gualberto Gomes descreve da seguinte forma aquele período:

Em 1997 ,1998 e 1999 houve um conflito territorial muito grande. Com a morte de policiais, os professores não poderiam ir estudar mais em Pau Brasil. Por isso, Agnaldo Francisco dos Santos, Gerson de Souza Mello, Margarida Pataxó Rocha de Oliveira, eu e os demais professores, decidimos implantar um colégio estadual e mudar de entidade mantenedora. Porque com o município não tinha mais condição de os estudantes continuarem seus estudos, por causa dos conflitos da terra. Queimaram uma Kombi, queimaram um ônibus, depois jogaram pedras em outro, que fazia os transportes dos alunos indígenas. Era inviável ir estudar em Pau Brasil (Fonte/Oralidade: GILDINAI Gualberto Gomes. *Arquivo de Áudio*. Fonte: Arquivo de Áudio do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 2020).

Porém, quando o projeto de construção do nosso Colégio Estadual seria implantado, o mesmo foi desviado para a Aldeia de Coroa Vermelha, localizada fora de nosso território, entre os municípios de Santa Cruz de Cabrália e Porto Seguro. O colégio teria o nome de Galdino em homenagem ao nosso grande líder indígena Galdino Jesus dos Santos, assassinado em 20 de abril de 1997 em Brasília por cinco jovens do plano piloto.

Margarida Pataxó explica da seguinte forma o que ocorreu:

O pessoal de Coroa Vermelha se apresentou como parente de Galdino, o colégio foi construído em Coroa Vermelha. Veio pra aqui, mas não chegou aqui. “A luta continuou. Conseguimos outro colégio que foi construído aqui na T.I. Caramuru (Fonte/Oralidade: MARGARIDA PATAXÓ Rocha de Oliveira. *Arquivo de Áudio*. Fonte: Arquivo de Áudio do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 2020).

Finalmente no ano de 2000 iniciou-se a construção do nosso colégio. Foi registrado pela Portaria 5666 no Diário Oficial da Bahia em 12/07/2000. No dia 21/05/2005 o registro ficou como Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru Paraguaçu, possuindo o CNPJ: 01.946.109/0001-89.

Encravado no coração da terra aonde Galdino Jesus dos Santos viveu, Pau Brasil, sul da Bahia, a referida unidade de ensino tornou-se estadual em 2000 e teve em 2005 o nome cadastrado no Censo Escolar como Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru Paraguaçu. Isso porque desde então (2005) passou a abrigar também a modalidade de ensino médio, mesmo permanecendo no mesmo prédio que foi construído tão somente para atender o ensino fundamental (Fonte/Oralidade: MARCOS BISPO SANTOS. Fonte: Manuscrito do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data:2012).

O local de construção foi devidamente consultado à comunidade indígena que teve seus princípios étnicos e culturais respeitados nesse processo. Contribui com essa compreensão o artigo *Etnomapeamento na Reserva Indígena Caramuru Paraguaçu*, publicado na *Revista Espacialidades* dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UFRN:

Uma vez aprovado o projeto, o desafio foi o de escolher o local da construção. A decisão dos líderes recaiu sobre um local de grande importância para a comunidade no processo de retorno para este território. Ficou decidido que a escola seria construída no local do antigo curral existente frente à sede da antiga Fazenda São Lucas, que tinha sido o centro da ocupação na retomada de 1982. Os indígenas relatam que no curral se assentaram várias famílias antes da construção de suas casas, tendo sido, a partir de então, espaço de várias atividades históricas para a comunidade Etnomapeamento na reserva indígena Caramuru Paraguaçu (SOUZA, 2020, p.96).

Ainda, no ano de 2000, a pessoas da equipe gestora com os professores conseguiram implantar o Ensino Fundamental I. O professor Agnaldo Francisco dos Santos contribuiu muito nesse processo e com a coordenação trouxe professores não indígenas do município de Pau Brasil para implantar o Ensino Fundamental.

Isto foi necessário porque a escola tinha poucos professores habilitados em magistério, bem como era carente de profissionais em outras disciplinas. Porém, o estado não reconheceu logo essa modalidade de ensino. A educadora Gildnai Gualberto Gomes narra a seguir aquele contexto:

Depois a professora Eliana veio representando o estado e verificou a situação em que se encontrava a escola indígena. Viu que era tudo muito precário, as salas eram improvisadas. As atividades começaram em março e só no dia 14 de julho do ano 2000 que o estado reconheceu a escola. A equipe Gestora foi chamada a atenção pelo estado porque a escola não deveria ser daquela forma. Nós sabíamos que não deveria ser daquela forma, mas foi uma maneira de chamar atenção do Estado para assumir a educação escolar indígena, pois era muito conflito naquela época. A ex-procuradora-geral da República Federativa do Brasil, Raquel Elias Ferreira Dodge, esteve aqui na reserva em uma dessas épocas de conflitos. Chegando aqui ela viu as condições precárias da escola, ela falou para o cacique Gerson de Souza Mello que iria construir essa escola. Quando a escola se estadualizou nós não tínhamos diretor. O diretor tinha que ser um profissional de fora que tivesse vínculo com o estado (GILDINAI Gualberto Gomes. *Arquivo de Áudio*. Fonte: Arquivo de Áudio do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 2020).

A unidade de ensino foi inaugurada em 25 de agosto de 2002. De acordo com o artigo *Etnomapeamento na Reserva Indígena Caramuru Paraguaçu*:

Com ela [unidade de ensino] pronta, conseguiram implantar o Curso Educação de Jovens e Adultos (EJA) - Estágio IV e V, turmas seriadas de 5ª a 8ª séries e, em 2005, o Ensino Médio, quando a escola passou a ser denominada Colégio Estadual da Aldeia Caramuru Catarina Paraguaçu. Hoje o Colégio atende diferentes modalidades de ensino: Educação Infantil; Ensino Fundamental I e II; Ensino Médio; EJA e Estágio IV, V, VI e VII. Possui um quadro de funcionários composto por 99% de indígenas, atendendo um alunado de diferentes faixas etárias em turmas seriadas e multisseriada (SOUZA, 2020, p.96).

Neste período, a professora/coordenadora Gildinai G. Gomes desenvolveu um papel crucial no envolvimento dos professores indígenas Pataxó Hãhãhãe junto à Secretaria de Educação do Estado da Bahia-SEC-BA. Trabalhando na coordenação das escolas indígenas do extremo sul, Gildinai possuía grande afinidade pela causa indígena do território Caramuru Catarina Paraguaçu, especialmente em relação aos povos de origens das etnias Kamacãs.

A participação dos professores indígenas nas reuniões com os representantes da antiga Diretoria Regional de Educação e Cultura (DIREC) se dava de forma indireta, tendo a coordenadora Gildinai como mediadora desse processo. Nós indígenas éramos malvistas nessas reuniões. O racismo institucional era/é muito forte, chegando ao ponto de a professora Gildinai G.

Gomes travar muitas “brigas” com a DIREC para defender professores indígenas.

Margarida Pataxó diz o seguinte:

O secretário de Educação do estado da Bahia, pronunciou que não tinha que dar satisfação nenhuma para os povos originários em relação à sua educação, chegando ao ponto de proferir que quem tinha que responsabilizar por esse processo era a Fundação Nacional do Índio - FUNAI. A situação ficou tão agravante, que Gildinai Gualberto Gomes, teve que pedir afastamento do Estado para trabalhar com a gente aqui. Aí nós continuamos com a nossa luta em busca de mais coisas: Que o estado reconhece a escola aqui como escola indígena, que o estado reconhecesse os profissionais da educação como profissionais indígenas (ORALIDADE: MARGARIDA PATAXÓ Rocha de Oliveira. Arquivo de Áudio. Fonte: Arquivo de Áudio do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 2020).

Havia um consenso de que quando a escola fosse reconhecida como escola indígena, os professores também seriam reconhecidos como professores indígenas. Isso não aconteceu:

Quando a gente conseguiu a aprovação, o registro de fato né para a escola indígena, foi que a gente ficou sabendo que tínhamos que travar uma outra luta com o estado para o reconhecimento dos professores como professores indígenas e a gente viu quanto tempo tínhamos perdido, uma vez que a gente deveria ter lutado pelas duas coisas ao mesmo tempo. (ORALIDADE: MARGARIDA PATAXÓ Rocha de Oliveira. Arquivo de Áudio. Fonte: Arquivo de Áudio do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 2020).

A partir daí a comunidade travou com outros Povos da Bahia uma nova luta com o estado em busca de melhoria na educação, exigindo a criação da categoria professor indígena. Criou-se então uma equipe de professores com representantes Pataxó Hãhãhãe, Pataxó do extremo sul, Tupinambá de Olivença, Kiriri, Tuxá, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAÍ) e Fundação Nacional do Índio (Funai). Nesta época a professora Irene representava o setor de Educação da FUNAI e sua contribuição foi primordial nesse processo, tendo como resultado a criação do Núcleo de Educação Escolar Indígena da Bahia (NEEI).

Com o aumento do território devido aos processos de retomadas, o Povo Pataxó Hãhãhãe se espalhou para ocupar essas terras. Com isso houve muitas

dificuldades para os alunos continuarem seus estudos e surgiu a demanda para adquirir transporte escolar para o Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru.

Foram várias lutas e envolvimento de várias pessoas. Sempre acontecia reunião com a comunidade para escolher os representantes de alunos, pais, professores e de lideranças, quando precisava ir um grupo a Salvador ou a Brasília para viajar em busca dessas melhorias.

Nesse processo de luta conjunta o professor Agnaldo Francisco dos Santos, com alguns outros professores, desenvolveu habilidades para lidar com a política partidária e setores do governo estadual e federal. Naquele contexto precisávamos do apoio de deputados, de pessoas que tramitassem na Secretaria de Educação (SEC) e na Assembleia Legislativa da Bahia. Eram demandas da educação escolar indígena não só do Povo Pataxó Hãhãhãe, mas para todos os Povos Originários da Bahia.

Desde a criação do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru, suas diretorias foram compostas pelos seguintes professores: Virgílio Alberto Soares (Primeiro Diretor não índio), Maria dos Anjos, Marcos Bispo Santos, Margarida Pataxó Rocha de Oliveira, Flávio Fernandes Barbosa, Erlon Santos de Souza e Edenísia Pereira dos Santos.

No entanto, depois que o Supremo Tribunal Federal anulou os títulos das fazendas na Terra Indígena através da Ação Civil Ordinária (ACO) 312 em 02/05/2012 e o Povo Pataxó Hãhãhãe conseguiu ser contemplado, sinto que muito de nossa noção de Povo ficou abalada. O nosso território foi mal dividido e os interesses particulares sobrepuseram ao coletivo.

Gradualmente o projeto colonialista do governo afetou em alguns parentes as memórias históricas Pataxó Hãhãhãe. Como consequência a nossa educação escolar indígena foi perdendo muito de sua identidade.

A fala a seguir do educador indígena Agnaldo Francisco dos Santos apresenta uma análise bem crítica do que ocorreu após reconquistarmos nosso território:

Hoje em dia, os professores não conseguem materializar a educação escolar indígena porque não conseguem materializar um projeto de povo, desde 2012 que conseguimos rever o território de volta, mas não conseguimos uma boa didática, um bom plano para fazer a distribuição do território. Foi feito de

maneira injusta para muitas famílias e tinha que contemplar todo mundo de forma igualitária. Não foi bem balanceada essa distribuição. Como a educação é o reflexo da comunidade, do povo, como em 1985, 1986, 1990, 1992, 2000 a educação representava este projeto de povo, ela fortalecia as retomadas, a ideologia fortalecia o aprendizado para fortalecer a luta. Hoje como não temos mais um projeto de povo, a educação ficou meia solta, apesar dos desejos de muitas lideranças de conseguir tentar colocar um projeto de agricultura, de pecuária ser o projeto de povo. Mas não conseguimos ainda isso. A vida na aldeia ficou muito particular, cada qual cuidando de sua vida. Avançamos muito em quantidade e qualidade individual, mas perdemos na qualidade coletiva (Fonte/Oralidade: AGNALDO Francisco dos Santos. *Arquivo de Áudio*. Fonte: Arquivo de Áudio do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 2020).

No entanto, para o mesmo Agnaldo Francisco dos Santos que fez a fala acima, a educação ainda é o caminho para: fortalecer a diversidade cultural; autonomia dos Povos Indígenas; ancestralidade; saberes tradicionais; memória de nossas lutas. Segundo o educador Agnaldo, através da educação vamos conseguir reconstruir e socializar um projeto de Povo.

Na atualidade parte dos professores que constituem a Comunidade de Educadores Indígenas busca pedagogias alternativas para melhorar a qualidade da educação escolar indígena no sentido do que nos diz o professor Agnaldo Francisco dos Santos. Os educadores indígenas recorrem a formações específicas que nem sempre são disponibilizados pela SEC/BA, para atuarem num projeto societário de Povo, valorizando costumes, línguas, crenças e tradições.

Comunidades como a nossa, sofreu duramente com os processos de colonialidade do ser, do saber e de nossa cosmologia, como analisa Catherine Walsh (2013 e 2009). Decolonizar pensamentos e ações presentes em minha comunidade é hoje um dos principais objetivos que norteiam os trabalhos de alguns dos educadores indígenas que fazem parte de minha comunidade. Como escrevi logo na apresentação desta dissertação quero com alguns dos meus parentes educadores indígenas romper com a dinâmica do:

[...] “sistema-mundo capitalista, patriarcal, ocidental, cristão, moderno e colonialista” ( Grosfoguel, 2011) criado a partir da expansão colonial, em 1492 (GROSFOGUEL, 2016, p. 32).



Fotografia 23: Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 20/09/2021. Fonte: Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru.

**IV – PRODUTO (FRUTO) EDUCACIONAL: SOMOS INDÍGENAS ESTUDIOSOS DE NÓS MESMOS– MAPEANDO NOSSOS ACERVOS EDUCACIONAIS**



Fotografia 24: Confeção de esteiras para uso nas retomadas. Nas esteiras para a retomada na Iracema. Povo kamakã. Fonte: Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data:24/05/2002.

#### **4.1. NA LUTA PELO TERRITÓRIO E EM NOSSA (RE)EXISTÊNCIA TAMBÉM PRODUZIMOS CONHECIMENTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO, CARTOGRÁFICO E MATEMÁTICO**

---

Viva Deus, viva o nosso pai Tupã.  
Viva Deus, viva o hoje e o amanhã.  
Viva Deus que deu força em nossas pernas,  
Viva Deus, para nós nus caminhar,  
Viva Deus, no rumo de nossas terras,  
Viva Deus, que nos deu força pra chegar  
(Fonte/Canções: TOHÉ Pataxó Hãhãhãe.  
AGNALDO Ramos dos Santos –  
Autor Associação Indígena Hãhãhãe da  
Aldeia Bahetá - AIHAB)

Esta música ritual é cantada por nós saudando a conquista da Terra Indígena Pataxó Hãhãhãe. Como já apresentei anteriormente a Reserva Indígena Caramuru Catarina Paraguassú foi criada pela Lei Estadual do Poder Executivo da Bahia, nº. 1.916, de 9 de agosto de 1926 (BAHIA, 09 de agosto de 1926), estabelecendo 50 léguas quadradas para abrigar diversas famílias de etnias diferentes expulsas de seus territórios ancestrais:

O educador indígena Pataxó Hãhãhãe Reginaldo Ramos dos Santos escreve:

O meu povo tem em seu contexto uma história de luta e sofrimento, marcada durante todos esses anos pela sua bravura e resistência pela segurança e proteção de suas terras, costumes, tradição e língua. A formação do povo pataxó hãhãhãe é o resultado da mistura de várias famílias, entre as quais estão Baenã, Hãhãhãe, Kamakã, Tupinambá, Kariri-Sapuyá, Guerén e Mongoió, que se reconhecem internamente como pertencentes a estes grupos étnicos. Ao longo da vida foram expulsos de suas terras, perseguidos por fazendeiros e políticos da região e obrigados a viverem em um espaço limitado (SANTOS, 29 de dezembro de 2020, p. s/n).

Segundo a Ação Cível Originária 312 (ACO, 312) de 2 de maio de 2012, o processo de demarcação territorial Pataxó Hãhãhãe foi efetuado “por equipe supervisionada pelo Engenheiro Alfredo de Amorim Coelho. O relatório final foi apresentado em 1938” (ACO,312, 2 de maio de 2012).

Porém, se ficamos só com a leitura dos documentos oficiais não conseguimos dimensionar o processo de luta que envolve cada conquista. Ao

mesmo tempo, é notória a perversidade de alguns que estavam à frente dos órgãos públicos e dos fazendeiros locais - comedores de terras, como afirma Davi Kopenawa em *A queda do Céu* (2015).

A memória e oralidade são duas de nossas principais fontes históricas. Através da memória e das narrativas que aparecem em falas e em nossas canções conseguimos construir nossa própria história que por vezes não é a mesma que está nos livros didáticos e acadêmicos.

A fala a seguir do indígena Gerson de Souza Mello demonstra o que estou querendo salientar. Na fala o parente relata as perseguições que nossos ancestrais sofreram, a ação dos órgãos públicos e a resistência originária:

A situação de nós povo Pataxó Hãhãhãe, vivíamos em uma terra de cinquenta léguas em quadras, depois de 1936, o SPI começou pegar o nosso povo que falava o idioma, os índios que vieram do mato e eles amarravam no pé de pau e começava bater no índio pra ele falar o português....foi uma situação muito difícil e o nosso povo foi expulso da terra, alguns povo da gente foi morar no estado para não morrer de fome, senão eles matavam, os pistoleiros dos fazendeiros procurava o nosso povo aqui igualmente procurava caça, invadia a aldeia, matavam as crianças, botava fogo nas casas da gente que era tudo de palha encostada no chão,... e isso nosso povo teve de correr para não morrer. (Fonte/Oralidade: GERSON DE SOUZA Mello. Fonte: PODCAST - Língua, Território e Sociedade/UFSB. Data: 2016).

Por isto acredito que as escolas indígenas precisariam ter centros de memórias orais – eis aqui uma proposta para as escolas nos Territórios Pataxó Hãhãhãe. Em 1936, o nosso território foi reduzido para 36 mil hectares de terras pelo Acordo nº. 1.471, de 7 de maio de 1937, lavrado em audiência pública na sede do Posto Indígena Caramuru, entre o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e o Governo do Estado da Bahia.

A partir de 1937, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) tentando “resolver” o problema dos não indígenas que ocupavam e exploravam nossas terras, adotou o sistema de arrendamento das terras onde vivíamos. O que estava ruim ficou ainda pior como falamos por aqui:

Ao recusar o mal, o colonizador de boa vontade nunca consegue alcançar o bem, pois a única escolha que é lhe permitida não é entre o bem e o mal; ele fica entre o mal e o mal-estar (Fonte/Oralidade: DOMÍNIO POPULAR Frase de. Fonte: Domínio Popular. Data: 2007).

Este ditado reflete bem a atuação do SPI (e posteriormente FUNAI) em relação às terras aqui em nosso território. Ao alegarem que estavam protegendo os interesses indígenas e detendo o avanço de não indígenas no território, cediam nossas terras.

Porém, como também manifesta uma das canções de nossos rituais:

Nós balança,  
 nós balança  
 mais não cai,  
 quando vai cair  
 tem meu Tupã  
 pra segurar  
 (Fonte/Canção: TOHÉ  
 Pataxó Hãhãhãe.  
*Tem Meu Tupã*. Fonte:  
 Povo Pataxó Hãhãhãe.  
 Data: s/d)

Foi exatamente assim como aparece na canção ritual que aconteceu com nosso Povo: Balançamos! Mas não caímos! O sofrimento veio à tona, provocado pelos 396 seres “maléficos” (fazendeiros) que invadiram o território contra nossa gente. A partir de 1937, com o acordo entre o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e o Governo da Bahia, arrendaram nossas terras.

Ao mesmo, como desejo demonstrar nesta dissertação, uma de nossas canções rituais permite construirmos uma narrativa histórica sobre o passado e a luta pelo território. Em outras palavras, nos tornamos protagonistas da história e da narrativa histórica. Assim, as canções do Tohé, somadas às falas das/dos parentes já constituem um material didático e pedagógico de grande valor para a educação escolar Pataxó Hãhãhãe.

Voltando à história do nosso território, nos anos posteriores ao acordo entre o SPI e o Governo da Bahia, os fazendeiros empregaram todo esforço possível para espoliar nossas terras e expulsar nosso povo. Utilizaram da coação, torturar, pressão psicológica, criminalização, aprisionamento e assassinato.

O trecho a seguir de um Relatório feito em 1976 possibilita perceber um pouco da difícil situação que vivíamos. O título do documento é: *Relatório Sobre a História e Situação da Reserva dos Postos Indígenas Caramuru e Catarina Paraguassu apresentado à Fundação Nacional do Índio*.

Os indígenas dos PIs [Postos Indígenas] Caramuru e Paraguassu constituem o grupo mais abandonado e sofredor da Bahia. Os Tupiniquim, Kariri e Sapuyá para ali levados quando da extinção de suas aldeias, são um conjunto de populações que vem se deslocando pelo Estado desde o século passado, expulsos por frentes agrícolas; e nem dentro dessa Reserva conseguiram estabilizar sua situação. Perderam as terras, suas benfeitorias e muitas vezes até filhos que morreram de fome quando das expulsões e queima de suas roças. Os Pataxó-Hãhãhã e Baenã, após sofrerem violenta perseguição por parte das frentes agrícolas pastoris e militares durante os séculos XVIII, XIX E XX, até a década de 1930, finalmente foram confinados aos PIs Caramuru e Paraguassu, onde sofreram os mais variados tipos de violentação - perda da liberdade e cultura, estupro de suas mulheres e filhas, maus tratos-prisões, espancamentos, castigos, etc. (PARAÍSO, 1976).

Ao ler este *Relatório*, percebo um pouco da violência que nossos ancestrais sofreram. Alguns parentes foram obrigados a submeterem-se às condições de trabalho análogas à da escravidão em suas próprias terras para na sequência serem expulsos do território.

Como já assinalei em outros momentos desta dissertação a situação começa a modificar a nosso favor em 1982. Para isto protagonizamos a retomada de uma área de 1079 hectares na reserva indígena e denominada Fazenda São Lucas. Em 1984/1985 fizemos uma retomada na região do Panelão, na Fazenda Providência. Mas não houve êxito porque a violência contra meu povo foi enorme.

Fazíamos as retomadas e o governo do Estado da Bahia imediatamente enviava forças policiais contra nós em abundância: 500 policiais, chegando à 1000 policiais. As ações de “reintegração de posse” eram violentas e muitas vezes mulheres grávidas eram espancadas, levando à morte crianças ainda em formação. Os policiais não tinham nenhuma compaixão.

As áreas de retomadas eram perigosas por causa da violência contra nós. Apesar de existir uma decisão judicial dizendo que retirada de indígenas da terra só seria possível através de liminar, o que mandava mesmo era a violência e ameaças. Porém, mesmo com a necessidade de liminar os fazendeiros conseguiam as mesmas de maneira rápida e fácil até porque a justiça local sempre foi ligada as que se dizem donos da terra.

Entretanto, não desistimos e continuávamos fazendo retomadas porque sabíamos que sem este nosso protagonismo o estado e a justiça demorariam

para agir. Esse processo chamamos de autodemarcação territorial visto que o estado e a justiça demoram em suas decisões que nem sempre são favoráveis a nós indígenas.

Os policiais nos retiravam da retomada, nós saíamos e depois voltávamos nas madrugadas dos dias seguintes. Por isto que uma das canções que cantamos em nossos rituais diz o seguinte:

Oh vamos, vamos minha gente  
que uma noite não é nada  
ô quem chegou foi Pataxó  
no rompê da madrugada  
vamo vê se nós acaba  
com resto da empreitada  
(Fonte/Canções: TOHÉ  
Pataxó Hãhãhãe. *Vamos, Vamos  
Minha Gente*. Fonte: Povo Pataxó  
Hãhãhãe. Data: s/d)

Com as retomadas as decisões a nosso favor demoravam. Porém, imagine se não tivéssemos protagonizadas a nossa luta pelas terras e feito as retomadas? Certamente a demora seria bem maior ou até mesmo correríamos o perigo de termos decisões contrárias a nós.

Foi com essa resistência que conseguimos reconquistar a terra através das ocupações. Em 1999 as retomadas se intensificaram e isto ocorreu por causa da nossa sabedoria. Aquela data iniciavam-se os preparativos para as comemorações oficiais dos 500 anos de “descoberta do Brasil”. Percebemos que naquele contexto os Povos Originários, especialmente aqui na Bahia, chamariam a atenção porque também programávamos os “Outros Quinhentos” contrapondo a ideia oficial de descobrimento e a necessidade de valorizar os direitos indígenas.

A partir daí ocorreram as ocupações na região do Paraíso e Iracema, envolvendo cinco fazendas. Ocupamos também a região Milagrosa. Entre 2001 a 2003 iniciamos as retomadas nas regiões de Água Vermelha e Ourinho.



Fotografia 25: Wilson Jesus de Souza, Chefe de Posto do T.I Caramuru. Fonte: Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru.

A partir daí os fazendeiros começaram a se enfraquecerem nas suas organizações e começaram a chamar a Fundação Nacional do Índio para negociar. A FUNAI aproveitou o ensejo da época e começou a negociar através de pagamentos de benfeitorias. A gente ocupava a fazenda e a FUNAI vinha e negociava com o fazendeiro pagando suas benfeitorias. A gente conquistamos boa parte da terra nessa condição: Ocupando e a FUNAI indenizando as benfeitorias dos fazendeiros. Isso quebrou a força deles, porque ia diminuindo o número de fazendeiros dentro da terra indígena, e os que ficavam, estavam fracos, porque quem saía eram os pequenos e os pequenos eram usados pelos grandes para confrontar com os índios. Tudo isso foi uma luta de conquista (Fonte/Oralidade: WILSON JESUS de Souza – Chefe de Posto do T.I. Caramuru Catarina Paraguaçu. Fonte: Arquivo de Áudio do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 2020).

Em 2004, iniciamos novas retomadas das fazendas que estavam no



Fotografia 26: Confecção de esteiras para uso nas retomadas. Nas esteiras para a retomada na Iracema. Povo kamakã. Fonte: Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 24/05/2002.

território. Avançamos desde então para a região de Rio Pardo e do Toicinho que era parte de nosso território. Entre 2008 a 2012, houve as ocupações em massa da terra indígena. Os jovens indígenas tiveram a atitude heroica de ocupar várias áreas que estavam nas mãos dos fazendeiros. Os caciques e lideranças foram dando apoio moral, buscando a justiça para apoiar a luta e assim foi.

A própria FUNAI enviou para nossa Terra Indígena várias equipes que ficavam entre seis meses a um ano para ajudar no monitoramento do território. Foi com base nessas ocupações, entre 2010 a 2012 que forçamos o Supremo Tribunal Federal a jogar a Ação ACO-312/BA, votando a nosso favor.

02/05/2012  
 PLENÁRIO  
 AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 312 BAHIA  
 RELATOR : MIN. EROS GRAU  
 REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. LUIZ FUX  
 AUTOR(A/S)(ES) :FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI  
 PROC.(A/S)(ES) :PROCURADOR-GERAL FEDERAL  
 LIT.ATIV.(A/S) :UNIÃO  
 ADV.(A/S) :ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO  
 ASSIST.(S) :COMUNIDADE INDÍGENA PATAXÓ HÃ HÃ HÃE  
 [...]  
 1) AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA. AÇÃO DE NULIDADE DE TÍTULOS DE PROPRIEDADE SOBRE IMÓVEIS RURAIS SITUADOS NO SUL DA BAHIA EM RESERVA INDÍGENA.  
 2) CONFLITO GRAVE ENVOLVENDO COMUNIDADES SITUADAS NA RESERVA INDÍGENA DENOMINADA CARAMARUMU-CATARINA-PARAGUAÇU. AÇÃO JUDICIAL DISTRIBUÍDA EM 1982 IMPONDO A OBSERVÂNCIA DO REGIME JURÍDICO CONSTITUCIONAL DA CARTA DE 1967 PARA DISCIPLINAR A RELAÇÃO MATERIAL SUB JUDICE [...] (STF, 02 de maio de 2012. p. 01 e 02)

Quando o STF jugou essa ação nós indígenas ainda não tínhamos ocupado todo o território. Porém, a partir da vitória que tivemos após o julgamento do dia 2 de maio de 2012, realizamos todas as ocupações em nosso território. Retiramos finalmente quase todos os fazendeiros que ainda estavam na Terra Indígena. Porém, os conflitos ainda continuavam em relação aqueles fazendeiros que não queriam sair de nossas terras.

Em 2014 a FUNAI mandou então uma equipe para fazer todos os levantamentos de benfeitorias nas fazendas daqueles que ainda não tinham negociado a retirada. Logo após o levantamento das benfeitorias os fazendeiros tinham que sair. Para retirar aqueles que não aceitavam o acordo a FUNAI contou com o apoio da Polícia Federal, até porque era uma ordem judicial direta do Supremo Tribunal Federal.

O mapa na sequência, mostra as retomadas que tiveram êxito por ciclos históricos. Nossa comunidade, com a pesquisadora Jurema Machado A.de Souza, professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB,

participou da construção do mapa a partir das narrativas e apontamentos das localizações apresentadas pela comunidade.

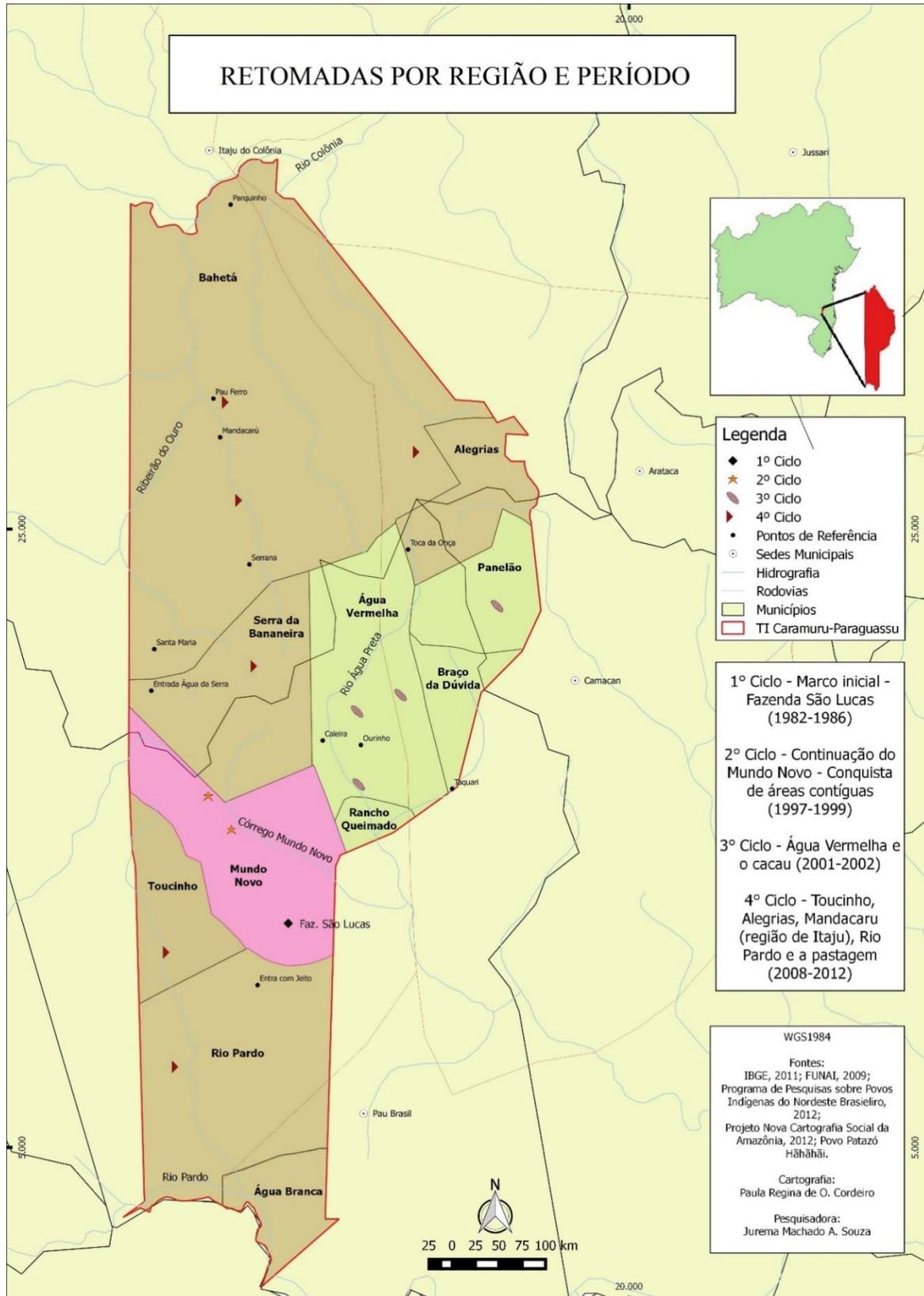
Este mapa é um material didático pedagógico que utilizamos durante as aulas que realizamos. Nele conseguimos abordar assuntos referentes a cartografia, geografia, história e matemática.

No campo da matemática relacionada à experiência escolar indígena, segundo o Referencial Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), esta área de conhecimento estabelece uma estruturação de pensamentos e ações que no fazer pedagógico do professor indígena dialoga com outras áreas de conhecimentos. Isso possibilita a conquista da autonomia e autonomia dos Povos Originários.

Por exemplo, sabendo dos limites (perímetros) e a área do Território Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu, os caciques e lideranças Pataxó Hãhãhãe tem a possibilidade de fazer um planejamento territorial e ambiental com mais acuidade.

Assim, conhecer os limites, clima, vegetação e solo permite que se desenvolva dentro do T.I.: áreas contíguas de preservação ambiental, pastos para criação de animais e áreas destinadas ao cultivo de plantas, dentre outras demandas existentes.

Mapa 02: Retomada por região e período.



Mapa 2: Retomada Pataxó Hãhãhãe por região e período. Fonte: Arquivo do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 2012.

## **4.2. PARA PROVAR JURIDICAMENTE QUE ERÁMOS ORIGINÁRIOS DAS NOSSAS TERRAS NOS TORNAMOS ESTUDIOSOS DE NÓS MESMOS E PRODUZIMOS UM ACERVO EDUCACIONAL**

---

A luta que precisamos realizar na justiça nos tornou estudiosos de nós mesmos. Para provarmos que pertencíamos ao nosso território constituímos conhecimentos e produzimos diferentes materiais que também servem como pedagógicos e didáticos. Reitero que já possuímos Frutos (Produtos) Educacionais que foram (são) construídos cotidianamente através de nossa resistente e (re)existente indianidade e também na luta que travamos na esfera jurídica institucional.

O caminho que esta dissertação assinala é reconhecer essa produção como Frutos (Produtos) Educacionais e organizá-la como material didático, pedagógico e no planejamento indígena escolar. A luta na esfera jurídica que passo a apresentar agora vem desde abril de 1982 e começamos por nos conhecermos.

Quando entramos na fazenda São Lucas (1982) o fazendeiro entrou na justiça pedindo a reintegração de posse. Nós recorremos reivindicando não só aquela fazenda como também os cinquenta e quatro mil e duzentos e vinte e nove hectares, setenta e cinco ares e quarenta e um centiares (54.229,7541 ha) de terras, perfazendo um perímetro de cento e trinta e um mil, cento e setenta e cinco metros e trinta e cinco centímetros (131.175,35 m), sendo o total que soma hoje o tamanho do território.

Mesmo com recurso nosso, a decisão do juiz, em 1982, negou a liminar de reintegração de posse contra nós. O fazendeiro da fazenda São Lucas entrou com uma Ação para nos retirar da sua suposta fazenda junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI), por sua vez, entrou com recurso através de uma ação chamada Ação Cível Ordinária ACO-312/BA. A FUNAI pedia a nulidade de títulos das fazendas dentro da nossa Terra Indígena. No entender da FUNAI, como de fato ocorreu e apresentamos aqui, essa terra foi demarcada desde 1936,1937,1938. Portanto, não cabia liminar e sim uma ação

que anulasse todos os títulos dados pelo governador do Estado da Bahia aos fazendeiros.

E essa ação foi a que prevaleceu no Supremo Tribunal Federal-STF em 2 de maio de 2012. No entanto, no início essa ação ACO-312/BA andou muito lenta, até porque a primeira ação do STF foi notificar todos os fazendeiros que estavam na Terra Indígena para que eles pudessem se manifestar. Isso levou tempo, cerca de 30 longos anos.

Além disso, naquela época tinha as manobras políticas do Governador do Estado da Bahia (Antônio Carlos Magalhães) e dos políticos que impediam que essa ação pudesse estar tramitando rápido no STF. Como sempre os deputados da bancada ruralista e seus aliados sempre foram fortes politicamente.

Essa ação passou por diferentes fases: fase 1 - notificação de todos os fazendeiros; fase 2 - fase dos fazendeiros se manifestarem contra a ação apresentando provas, já que, segundo eles, os títulos das terras eram válidos, uma vez que havia sido o governador do estado quem tinha concedido. Portanto, a terra era deles. Esta fase demorou muito tempo.

Uma terceira fase foi a que nós indígenas precisávamos apresentar provas de que as terras eram realmente Terras Indígenas. Foi por causa disto que nos especializamos em estudos sobre nós mesmos:

Tivemos que correr muito atrás das provas, correr atrás de cemitérios da época antiga, dos nossos velhos que foram enterrados na época. Tivemos que correr atrás de documentos no museu do índio em Rio de Janeiro, documentos antigos. E isso também levou tempo porque cada documento que a gente achava, aparecia outros. O Supremo exigia mais provas. Mais a prova final que a gente precisou, Tupã mostrou a gente, que foi aqueles potes ancestrais que foram retirados lá na água vermelha. Aquilo ali foi gerado uma perícia antropológica feito pela ANAÍ, e essa perícia foi entregue no gabinete de cada ministro lá no Supremo. E foi isso que garantiu a prova final e que garantiu o julgamento por unanimidade (Fonte/Oralidade: WILSON JESUS de Souza – Chefe de Posto do T.I. Caramuru Catarina Paraguaçu. Fonte: Arquivo de Áudio do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 2020).

Como escrevi no tópico anterior, nossa resistência cotidiana fazendo retomadas e enfrentando a violência dos que se diziam donas das nossas terras foi fundamental. Foram muitas lutas e perdas durante o processo. Um exemplo disto foi o caso do parente Galdino Jesus dos Santos, liderança Pataxó Hãhãhãe

assassinado em Brasília (19/04/1997). Só não escreverei sobre este nosso parente neste momento porque o que ocorreu com ele mereceria uma dissertação inteira sobre o assunto. Mas fica aqui registrada minha grande admiração à Galdino Jesus dos Santos Pataxó Hãhãhãe.

#### 4.2.1. Acervo Educacional: Os Marcos

Uma das provas que precisávamos apresentar, até por exigência do próprio Supremo Tribunal Federal (STF) era encontrar os marcos colocados entre 1936-1938 no território que delimitavam nossa terra como reserva indígena. E essa exigência do STF surgiu porque os fazendeiros diziam que esta terra não tinha demarcação e/ou que muitas fazendas não estavam em área demarcada.

O próprio STF em 1997 enviou para a reserva uma equipe de profissionais para fazer todo o reavivamento dos rumos dessa terra. Só neste processo foram quase três anos de trabalho que envolvia perícia dos limites.

Através de uma caderneta de campo que a comunidade indígena conseguiu no Museu do Índio (Rio de Janeiro), conseguimos encontrar todos os piquetes (são peças geralmente de ferro e concreto colocadas no terreno com a finalidade de demarcar pontos) da época da primeira demarcação de 1938.



Fotografia 27: Marco Testemunhal que confirma que ocorreu ali uma medição. O marco testemunha, portanto, é temporal e de localização. Foto/Fonte: Kairo Khrystyan de Souza Barbosa. Data: 19/04 2021.

Esses piquetes, também conhecidos como marcos testemunhais, constituem hoje um dos acervos educacionais que possuímos para a educação escolar indígena. Através deles podemos trabalhar conteúdos de história, geografia, geologia e matemática no estabelecimento dos limites territoriais.

Em 1997, Domingos Francisco Muniz foi convidado pelas lideranças para participar do avivamento e alinhamento do perímetro da área do T.I. Caramuru Catarina Paraguaçu. Foi escolhido pela comunidade para defender os interesses indígenas. Os relatos e relatórios deste trabalho permitem um detalhado georreferenciamento do nosso território, bem como um estimulante material didático escolar.<sup>18</sup>



Fotografia 28: Liderança Domingos Francisco Muniz. Fonte: Acervo do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 18/12/2018.

Em 2004 foi realizada outra perícia: a perícia de plotagem (localização). Naquela perícia os objetivos do Supremo Tribunal Federal era verificar as terras reivindicadas pelos fazendeiros que estavam nos limites da terra indígena apurada através dos marcos. O STF mandou mais uma equipe para a aldeia que ficou 02 anos fazendo a plotagem das fazendas. Nessa perícia verificou-se que

---

<sup>18</sup> Em decorrência da extensão dos relatos e por ainda não termos transformado os mesmos em material didático, optamos por não os apresentar aqui.

as fazendas que faziam limites com a terra indígena, parte delas estava dentro e parte fora da terra indígena.

Assim que o Supremo Tribunal Federal julgou a ação de nulidade de títulos a nosso favor, a FUNAI de imediato enviou uma equipe para fazer a demarcação física do território, colocando os marcos nos limites feitos em 1997. Emplacou-se os marcos, conforme imagens que seguem, realizou-se limpeza dos rumos e colocou-se novos piquetes. Ou seja: uma grande vitória de nosso Povo porque assim oficializou-se a territorialização da terra demarcada.



Fotografia 29: Marco A7P-M-046G. Fonte: Acervo do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data:19/04/2021.



Fotografia 30: Marco A7P-M-VX08. Fonte: Acervo do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data:19/04/2021.

Em 2019, ocorreu uma outra vitória no sentido de garantir nossos direitos: a FUNAI registrou as nossas terras em três cartórios aqui da região. Registrou e homologou 54.229 hectares de terra indígena nos cartórios de Itororó-BA, de Pau Brasil-BA e Camacan-BA.

Hoje a nossa terra indígena está demarcada. Não tem mais pendências judiciais, jurídicas. Estamos aí com nossa vitória nas mãos, mas ainda com muito ressentimento das perdas que tivemos, de mortes trágicas que os fazendeiros fizeram, com as maldades que fizeram contra o nosso povo. Mas os nossos velhos têm um ditado: O importante foi a vitória que nós tivemos e nossos guerreiros que se foram com certeza está satisfeito porque a Luta que eles deixaram para a gente cumprir, a gente cumpriu. (Fonte/Oralidade: WILSON JESUS de Souza – Chefe de Posto do T.I. Caramuru Catarina Paraguaçu. Fonte: Arquivo de Áudio do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 2020).

Como bem analisa o parente Wilson Jesus de Souza a vitória custou muito sofrimento e vidas de parentes que foram mortos. Por isto também tornar nossa história de resistência e (re)existência como um dos fundamentos da educação escolar indígena, é fundamental.

Com o documento da terra na mão, localizamos quase todos os marcos com o auxílio do Google Maps. Quase todos, porque alguns marcos possuem erros de digitação em suas respectivas coordenadas. Algo que não sabemos se é proposital (?)

As figuras fazem parte de nosso acervo educacional possibilitando analisar geografia, georreferenciamento, matemática, cartografia, história e as ferramentas que podemos obter pela informática e internet.

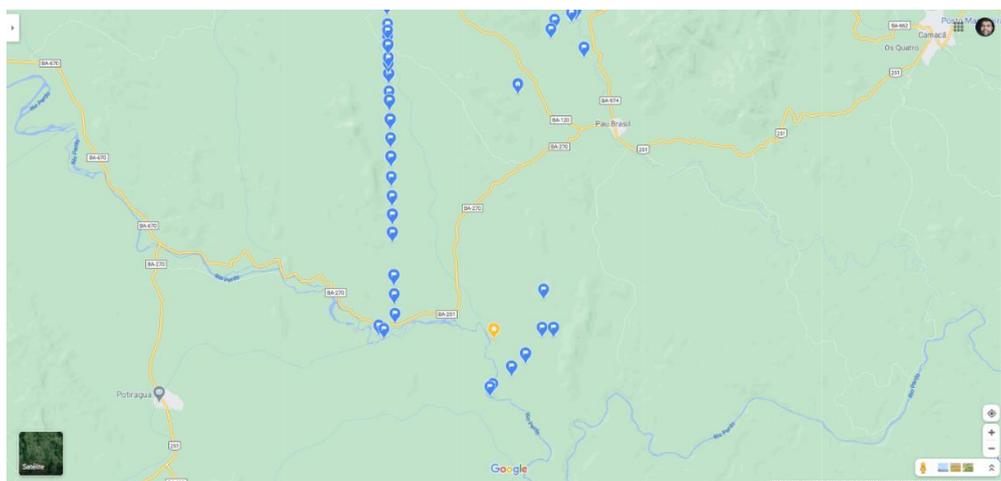


Figura 01: Localização dos marcos através do Google Maps. Fonte: Google Maps. Data:10/01/2021.

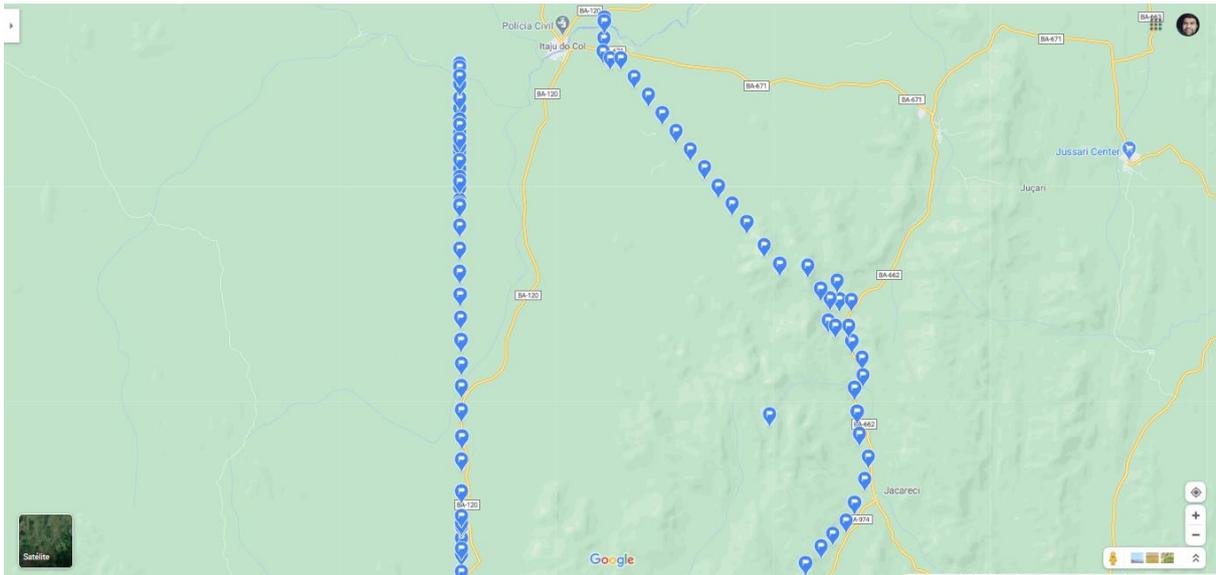


Figura 02: Localização dos marcos através do Google Maps. Fonte: Google Maps.  
Data:10/01/2021.

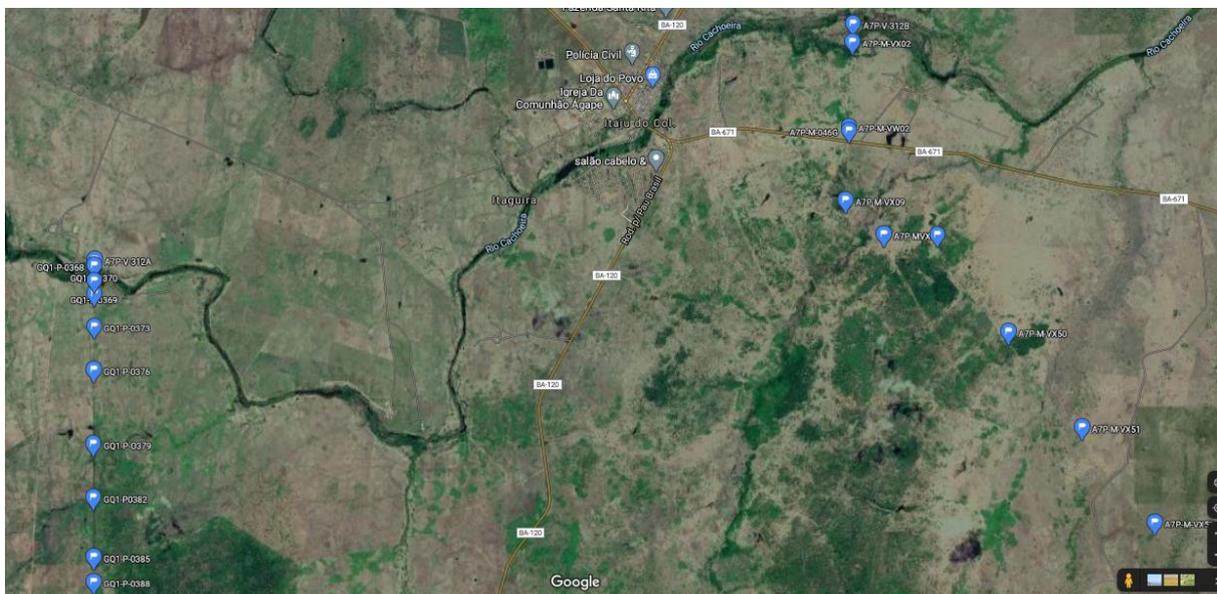


Figura 03: Alguns marcos com o emplacamento região Itaju do Colônia. Fonte: Google Maps.  
Data: 11/01/2021.

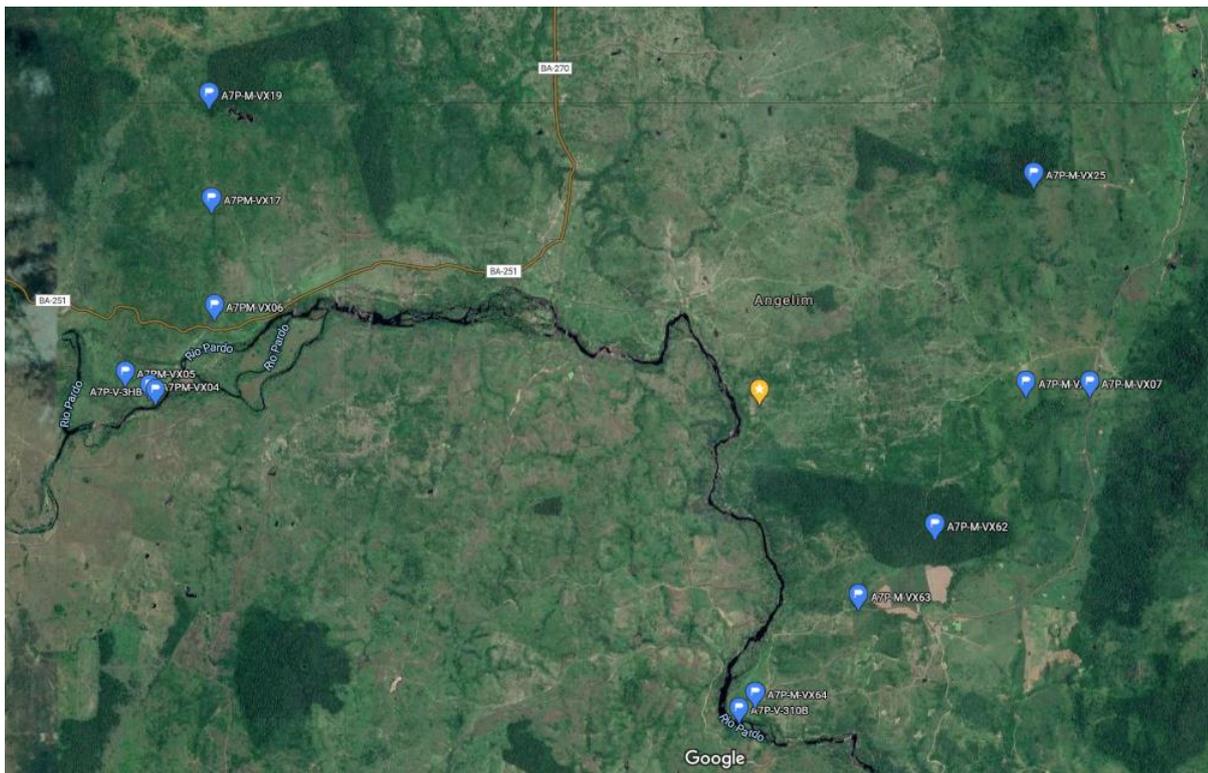


Figura 04: Alguns marcos com emplacamento região Rio Pardo. Fonte: Google Maps. Data:11/01/2021.

Como assinala anteriormente, o Território Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu faz limite com três municípios: Pau Brasil, Camacan e Itaju do Colônia. No município de Camacan/BA, o T.I. tem área/superfície de 2.426,1818 há (dois mil e quatrocentos e vinte e seis hectares, dezoito ares e dezoito centiares), com um perímetro de 25.336,51 m (vinte e cinco mil trezentos e trinta e seis metros e cinquenta e um centímetros).

marco **A7P-M-VX32** 15°16'17,1321"S e 39°36'09,3985"WGr, limite entre a divisa municipal de Itajú do Colônia e Camacan, segue pelos marcos: **A7P-M-VX39** 15°16'41,6058"S e 39°36'08,5363"WGr, **A7P-M-VX41** 15°17'01,4565"S e 39°36'20,6181"WGr, localizado no lado esquerdo da Estrada Palmira/Jacareci, confluência com a Estrada do Panelão, **A7P-M-VX33** 15°17'33,669r"S e 39°36'16,9589"WGr, **A7P-M-071G** 15°18'04,8390"S e 39°36'13,6039"WGr, **A7P-M-070G** 15°18'37,0102"S e 39°36'09,8241"WGr, **A7P-M-045G** (SAT) 15°19'09,3540"S e 39°36'06,0692"WGr, **A7P-M-069G** 15°19'42,3972"S e 39°36'21,0293"WGr, **A7P-M-047G** (SAT) 15°20'08,1292"S e 39°36'33,1329"WGr, **A7P-M-072G** 15°20'26,4056"S e 39°36'52,2476"WGr, **A7P-M-073G** 15°20'44,2499"S e 39°37'09,6327"WGr, **A7P-M-063G** 15°21'08,1574"S e 39°37'32,3892"WGr, situado na divisa municipal entre os municípios de Camacan e Pau Brasil, seguindo então pela divisa municipal entre os municípios citados, até atingir ao Ponto **PIMICP** 15°17'37,18"S e 39°38'24,87"WGr, caracterizado como divisa municipal entre os municípios de Itajú do Colônia, Camacan e Pau Brasil, seguindo então pelo limite municipal entre Itajú do Colônia e Camacan, até atingir o ponto **A7P-M-VX32**, início da descrição deste perímetro; Base cartográfica utilizada na elaboração deste memorial descritivo: **MI-2187 - SD.24-Y-D-II** e **MI-2231 - SD.24-Y-D-V** - Escala 1:100.000 - DSG - 1987. A Oficiala *Franci de Almeida Midej*

Figura 05: Descrição do perímetro do T.I no município de Camacan/BA. Fonte: 1ºOfício do Registro de Imóveis e Hipotecas-Camacan-Bahia. Matrícula nº 5347 de 10 de dezembro de 2018.

No município de Itajú do Colônia, o T.I. tem área/superfície de 25.997,1602 ha (vinte e cinco mil novecentos e noventa e sete hectares dezesseis ares e dois centiares). Com perímetro de 104.037,32 (cento e quatro mil, trinta e sete metros e trinta e dois centímetros)

Partindo do marco **A7P-M-VX02**, de coordenadas geográficas 15°08'20,6253"S e 39°42'25,8708"WGr, situado na beira de uma estrada vicinal, segue pela referida estrada, sentido geral sul até o Marco **A7P-M-VW02**, de coordenadas geográficas 15°08'43,5767"S e 39°42'26,8377"WGr, situado na faixa de domínio de uma estrada municipal de acesso a cidade de Itajú da Colônia à Palmira; daí, segue pela referida estrada, sentido geral sul até o Marco **A7P-M-046G**, de coordenadas geográficas 15°08'44,6625"S e 39°42'26,8832"WGr, daí segue atravessando a referida estrada até o Marco **A7P-M-VX09**, de coordenadas geográficas 15°09'03,4328"S e 39°42'27,7606"WGr; daí, segue por várias linhas secas passando pelos seguintes marcos, com suas respectivas coordenadas geográficas: **A7P-M-VX10** 15°09'12,6299"S e 39°42'17,1833"WGr, **A7P-M-VX11** 15°09'12,8632"S e 39°42'02,2013"WGr, **A7P-M-VX50** 15°09'39,1678"S e 39°41'42,4435"WGr, **A7P-M-VX51** 15°10'04,9564"S e 39°41'21,9628"WGr,

Figura 06: Descrição do perímetro do T.I no município de Itajú do Colônia/BA. Fonte: Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas Títulos e Documentos e das Pessoas Jurídicas-Comarca de Itororó. Matrícula nº 6906, livro ficha 53, pasta 09, em 08/11/2018.

**A7P-M-VX52** 15°10'30,6055"S e 39°41'01,6850"WGr, **A7P-M-VX53** 15°10'56,4184"S e 39°40'41,1772"WGr, **A7P-M-VX54** 15°11'21,9783"S e 39°40'20,5784"WGr, **A7P-M-VX55** 15°11'47,8321"S e 39°40'00,0604"WGr, **A7P-M-VX56** 15°12'13,9208"S e 39°39'39,6875"WGr, **A7P-M-VX57** 15°12'39,2475"S e 39°39'19,3096"WGr, **A7P-M-VX58** 15°13'04,8428"S e 39°38'58,1585"WGr, **A7P-M-074G** 15°13'38,2857"S e 39°38'32,8335"WGr, **A7P-M-VW50** 15°14'04,6890"S e 39°38'10,1803"WGr, **A7P-M-VW05** (SAT) 15°14'07,1188"S e 39°37'29,1503"WGr, **A7P-M-VX65** 15°14'39,2094"S e 39°37'10,3057"WGr, **A7P-M-VW11** 15°14'28,2367"S e 39°36'46,0330"WGr, situado na margem direita de um igarapé sem denominação, formador do Ribeirão Água Preta; daí, segue por linhas secas, passando pelos seguintes marcos, com suas respectivas coordenadas geográficas: **A7P-M-VW12** 15°14'55,0154"S e 39°36'25,3109"WGr, **A7P-M-VW07** 15°14'54,8258"S e 39°36'42,9755"WGr, **A7P-M-050G** 15°14'53,2636"S e 39°36'56,6479"WGr, **A7P-M-049G** 15°15'24,6252"S e 39°36'59,0618"WGr, **A7P-M-048G** 15°15'32,4145"S e 39°36'48,9465"WGr, **A7P-M-VW06** (SAT) 15°15'32,4122"S e 39°36'29,5087"WGr; situado ao lado da estrada de acesso as cidades de Palmira e Pau Brasil; daí, segue por várias linhas secas acompanhando a referida estrada, passando pelos seguintes marcos com suas respectivas coordenadas geográficas: **A7P-M-VX38** 15°15'53,5249"S e 39°36'24,4333"WGr, **A7P-M-VX32** 15°16'17,1321"S e 39°36'09,3985"WGr, deste segue pelo limite municipal do município de Itajú do Colônia com o município de Camacan, seguindo a divisa municipal, até o Ponto PIMICP 15°17'37,18"S e 39°38'24,87"WGr, caracterizado como divisa municipal entre os municípios de Itajú do Colônia, Camacan e Pau Brasil, seguindo então pelo limite municipal entre Itajú do Colônia e Pau Brasil até o Ponto PMICBR 15°21'59,78"S e 39°45'50,98"WGr, situado a margem de uma estrada municipal e limite entre os municípios de Itajú do Colônia e Pau Brasil; seguindo então até o marco **A7P-M-VW38** 15°21'52,2875"S e 39°45'54,4346"WGr, situado na faixa de domínio da estrada que liga as cidades de Pau Brasil e Itajú do Colônia; daí, segue margeando a citada estrada, até o marco **A7P-M-VW39**, de coordenadas geográficas 15°21'19,9969"S e 39°45'54,6016"WGr; daí, segue por várias linhas secas, passando pelos seguintes marcos com suas respectivas coordenadas geográficas: **A7P-M-VW45** 15°20'55,7056"S e 39°45'54,5477"WGr, **AOK-M-2486** 15°20'47,2270"S e 39°45'54,5958"WGr, **AOK-M-2485** 15°20'33,4031"S e 39°45'54,7269"WGr, **AOK-M-2484** 15°20'16,3146"S e 39°45'54,7132"WGr, **AOK-P-0454** 15°20'16,0484"S e 39°45'54,7142"WGr, **AOK-M-2483** 15°20'15,7884"S e 39°45'54,7168"WGr, **AOK-M-2482** 15°20'12,4395"S e 39°45'54,7139"WGr, **AOK-M-2481** 15°20'11,7490"S e 39°45'54,7368"WGr (no trecho compreendido entre os marcos **AOK-M-2486** e **AOK-M-2481** confronta-se com a Fazenda Hiassú), **A7P-M-VW43** 15°20'01,2588"S e 39°45'54,5771"WGr, **A7P-M-058G** 15°19'26,4076"S e 39°45'54,6110"WGr, **A7P-M-060G** 15°18'41,1655"S e 39°45'54,4965"WGr, **A7P-M-059G** 15°18'08,6489"S e 39°45'53,9029"WGr, **A7P-M-VW14** (SAT) 15°17'30,9604"S e 39°45'54,3814"WGr (situado na faixa de domínio da estrada que liga as cidades de Pau Brasil e Itajú do Colônia), **A7P-M-VW17** 15°16'57,3353"S e 39°45'54,4304"WGr, **A7P-M-VW18** 15°16'25,4602"S e 39°45'54,4741"WGr, **A7P-M-VW19** 15°15'52,4861"S e 39°45'55,3245"WGr, **A7P-M-VW20** 15°15'20,3184"S e 39°45'56,1168"WGr, **A7P-M-VX13** 15°14'47,6269"S e 39°45'56,5526"WGr, **A7P-M-VX12** 15°14'15,3261"S e 39°45'57,0488"WGr, **A7P-M-052G** 15°13'42,2520"S e 39°45'57,3378"WGr, **A7P-M-VX14** 15°13'09,8993"S e 39°45'57,1588"WGr, **GQ1-P-0422** 15°12'41,5562"S e 39°45'57,1951"WGr, **GQ1-P-0421** 15°12'38,9946"S e 39°45'57,1748"WGr, **GQ1-P-0418** 15°12'33,5248"S e 39°45'57,1453"WGr, **GQ1-P-0415** 15°12'16,8010"S e 39°45'57,2522"WGr, **GQ1-P-0412** 15°12'07,9175"S e 39°45'57,3297"WGr, **GQ1-P-0409** 15°12'01,0571"S e 39°45'57,2047"WGr, **GQ1-P-0406** 15°11'50,2533"S e 39°45'57,2251"WGr, **GQ1-P-0403** 15°11'36,9082"S e 39°45'57,1850"WGr, **GQ1-P-0400** 15°11'26,4517"S e 39°45'57,1814"WGr, **GQ1-P-0397** 15°11'17,3658"S e 39°45'57,0498"WGr, **GQ1-P-0394** 15°11'07,2990"S e 39°45'57,0242"WGr, **GQ1-P-0391** 15°10'58,7224"S e 39°45'57,0861"WGr, **GQ1-P-0388** 15°10'46,7112"S e 39°45'57,0814"WGr, **GQ1-P-0385** 15°10'40,0203"S e 39°45'57,0603"WGr, **GQ1-P-0382** 15°10'23,9778"S e 39°45'57,1141"WGr, **GQ1-P-0379** 15°10'09,4209"S e 39°45'57,1347"WGr, **GQ1-P-0376** 15°09'49,3582"S e 39°45'57,0480"WGr, **GQ1-P-0373** 15°09'37,6729"S e 39°45'56,9939"WGr, **GQ1-P-0370** 15°09'28,7180"S e 39°45'56,9144"WGr.

Figura 07: Continuação da Descrição do perímetro do T.I no município de Itajú do Colônia/BA. Fonte: Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas Títulos e Documentos e das Pessoas Jurídicas-Comarca de Itororó. Matrícula nº 6906, livro ficha 53, pasta 09, em 08/11/2018.

GQ1-P-0369 15°09'25,2382"S e 39°45'56,9220"WGr, GQ1-P-0368 15°09'21,1091"S e 39°45'56,9346"WGr, A7P-V-312A, de coordenadas geográficas aproximadas 15°09'19,5"S e 39°45'56,8"WGr, situado na margem direita do Rio Colônia (no trecho compreendido entre os marcos GQ1-P-0422 e A7P-V-312A confronta-se com a Fazenda Manaus); daí, segue pelo referido rio, a jusante, até o ponto A7P-V-312B, de coordenadas geográficas aproximadas 15°08'15,8"S e 39°42'25,7"WGr, situado na sua margem direita; daí, segue por linha seca até o marco A7P-M-VX02 (SAT), início da descrição deste perímetro. PROPRIETÁRIO

Figura 08: Continuação da Descrição do perímetro do T.I no município de Itajú do Colônia/BA. Fonte: Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas Títulos e Documentos e das Pessoas Jurídicas-Comarca de Iitororó. Matrícula nº 6906, livro ficha 53, pasta 09, em 08/11/2018.

No município de Pau Brasil-Ba, o T.I. tem **área/superfície** de 25.806,4121 (vinte e cinco mil oitocentos e seis hectares, quarenta e um ares e 21 centiares). Com **perímetro** de 100.204,78 m (cem mil duzentos e quatro metros e setenta e oito centímetros).

metros e setenta e oito centímetros); **DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO**: Partindo do Ponto PIMICP 15°17'37,18"S e 39°38'24,87"WGr, caracterizado como divisa municipal entre os municípios de Itajú do Colônia, Camacan e Pau Brasil, segue então pelo limite municipal entre Camacan e Pau Brasil, na direção sul, até o Marco A7P-M063G 15°21'08,1574"S e 39°37'32,3892"WGr, ponto que caracteriza o limite municipal com a terra indígena, segue por linha seca até o marco A7P-M-VX48 15°22'48,8990"S e 39°37'42,6023"WGr, A7P-M-VX49 15°22'20,7572"S e 39°37'50,7924"WGr, A7P-M-VX47 15°22'52,0504"S e 39°37'58,7292"WGr, A7P-M-VX43 15°3'24,1945"S e 39°38'06,460r"WGr, A7P-M-VX44 15°23'32,4055"S e 39°38'17,9370"WGr, STF-M-0210 15°23'33,6729"S e 39°38'19,7268"WGr, A7P-M-VX45 15°3'51,6074"S e 39°38'44,9556"WGr, A7P-M-VX46 15°24'09,8238"S e 39°39'06,5772"WGr, A7P-M-VX37 15°24'30,4209"S e 39°39'39,0864"WGr, A7P-M-VX34 15°24'46,7200"S e 39°40'16,7222"WGr, A7P-M-VX35 15°24'50,0838"S e 39°40'24,607r"WGr, situado na faixa de domínio de uma estrada vicinal de acesso a cidade de Pau Brasil, daí, atravessa a referida estrada até o marco A7P-M-VX31, de coordenadas geográficas 15°24'50,3643"S e 39°40'25,2645"WGr, situado na faixa de domínio da referida estrada; daí, segue por várias linhas secas passando pelos seguintes marcos com suas respectivas coordenadas geográficas: A7P-M-VX36 15°25'02,7928"S e 39°40'53,9298"WGr, A7P-M-VX01 (SAT) 15°25'18,7361"S e 39°41'01,2455"WGr, A7P-M-068G 15°25'50,6943"S e 39°41'02,2439"WGr, A7P-M-067G 15°6'19,1824"S e 39°41'03,0774"WGr, A7P-M-066G 15°26'51,1723"S e 39°41'03,8373"WGr, A7P-M-065G 15°7'23,7907"S e 39°41'04,7423"WGr, A7P-M-064G 15°7'56,1231"S e 39°41'05,7458"WGr, A7P-M-062G 15°28'33,0119"S e 39°41'07,6494"WGr, A7P-M-VW13 (SAT) 15°29'38,6482"S e 39°41'08,6648"WGr, A7P-M-VX27 15°30'01,7167"S e 39°41'09,305r"WGr, A7P-M-VX28 15°30'33,9786"S e 39°41'10,2168"WGr, A7P-M-VX29 15°31'06,7898"S e 39°41'11,233r"WGr, A7P-M-VX30 15°31'39,4896"S e 39°41'12,19774"WGr, A7P-M-VX26 15°32'11,7979"S e 39°41'13,0975"WGr, A7P-M-VX25

Figura 09: Descrição do perímetro do T.I no município de Pau Brasil/BA. Fonte: 1º Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas-Camacan-Bahia. Matrícula nº 5348 de 10 de dezembro de 2018.

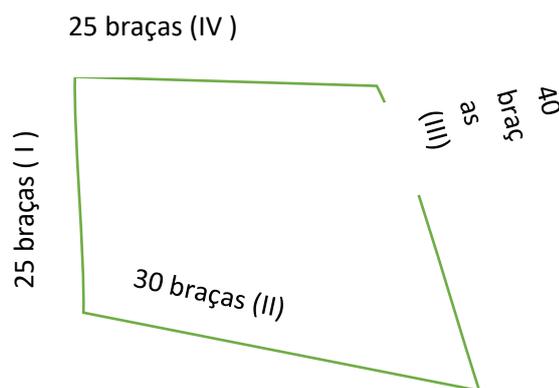
15°32'44,6187"S e 39°41'13,9629"WGr, **A7P-M-VX24** 15°33'16,8913"S e 39°41'4,9247"WGr, **A7P-M-VX08** 15°33'49,5399"S e 39°41'16,3865"WGr, **A7P-M-VX07** 15°33'49,6305"S e 39°40'56,0570"WGr, situado na faixa de domínio de uma estrada; daí, segue por várias linhas secas passando pelos seguintes marcos com suas respectivas coordenadas geográficas: **A7P-M-VX62** 15°34'33,7804"S e 39°41'45,6331"WGr, **A7P-M-VX63** 15°34'55,8744"S e 39°42'10,0911"WGr, **A7P-M-VX64** 15°35'26,2085"S e 39°42'43,2076"WGr, daí, segue por linha seca até o ponto **A7P-V-310B**, de coordenadas geográficas aproximadas 15°35'31,0"S e 39°42'48,5"WGr, situado na margem esquerda do Rio Pardo; daí, segue pela margem do referido rio, a montante, até o ponto **A7P-V-3HB**, de coordenadas geográficas aproximadas 15°33'51,9"S e 39°45'55,5"WGr; situado na margem esquerda do Rio Pardo; daí, segue por várias linhas secas, passando pelos seguintes marcos com suas respectivas coordenadas geográficas: **A7P-M-VX04** 15°33'50,4261"S e 39°45'57,3529"WGr, **A7P-M-VX05** 15°33'46,3708"S e 39°46'05,0946"WGr, **A7P-M-VX06** 15°33'25,6433"S e 39°45'36,5735"WGr, **A7P-M-VX17** 15°32'52,4627"S e 39°45'37,4334"WGr, **A7P-M-VX16** 15°32'19,8386"S e 39°45'38,2036"WGr, **A7P-M-VX19** 15°31'48,0432"S e 39°45'39,0044"WGr, **A7P-M-VW32** 15°31'07,0330"S e 39°45'40,8754"WGr, **A7P-M-055G** 15°30'35,9659"S e 39°45'40,8350"WGr, **A7P-M-VW30** 15°30'04,5399"S e 39°45'41,7895"WGr, **A7P-M-VW28** 15°29'31,5471"S e 39°45'42,6118"WGr, **A7P-M-VW29** 15°28'57,3858"S e 39°45'43,7317"WGr, **A7P-M-054G** 15°28'25,3737"S e 39°45'44,3878"WGr, **A7P-M-053G** 15°27'53,0168"S e 39°45'44,7032"WGr, **A7P-M-VW2S** 15°27'20,5220"S e 39°45'45,9186"WGr, **AOK-M-G198** 15°27'05,7220"S e 39°45'46,6050"WGr, **AOK-MG199**, 15°26'34,9720"S e 39°45'47,5140"WGr, **AOK-M-G200** 15°26'17,6480"S e 39°45'47,9960"WGr, **AOK-M-G201**, 15°26'09,2870"S e 39°45'48,1010"WGr, **AOK-MG202**, 15°26'07,8300"S e 39°45'48,2410"WGr, **AOK-M-G501** 15°25'45,5750"S e 39°45'48,8320"WGr, **AOK-M-G203** 15°25'31,0870"S e 39°45'49,2470"WGr, **AOK-M-G204** 15°25'28,7030"S e 39°45'49,2140"WGr, **AOK-M-G500**, 15°25'20,9850"S e 39°45'49,4490"WGr (no trecho compreendido entre os marcos **AOK-M-G198** e **AOK-MG500**, confronta-se com a Fazenda Socorro), **A7P-M-056G** 15°25'10,4068"S e 39°45'49,6262"WGr, **A7P-M-VX18** 15°24'37,5251"S e 39°45'50,4132"WGr, **A7P-M-VW34** 15°24'04,7404"S e 39°45'51,4770"WGr, **A7P-M-VW36** 15°23'30,0149"S e 39°45'52,6948"WGr, **A7P-M-057G** 15°22'57,5068"S e 39°45'53,2842"WGr, **A7P-M-VW37** 15°22'24,6799"S e 39°45'53,9980"WGr, **A7P-M-VW38** 15°21'52,2875"S e 39°45'54,4346"WGr, situado na faixa de domínio da estrada que liga as cidades de Pau Brasil e Itajú do Colônia e limite entre os municípios de Pau Brasil e Itajú do Colônia; daí, segue pelo limite municipal entre os Municípios de Pau Brasil e Itajú do Colônia até o ponto PIMICP, ponto início, da descrição deste perímetro; Base cartográfica utilizada na elaboração deste memorial descritivo: **MI-2187 - SD.24-Y-D-II** e **MI-2231 - SD.24-Y-D-V** - Escala 1:100.000 - DSG - 1987; Todas as coordenadas geográficas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, representadas no Sistema UTM e referenciadas ao Datum SIRGAS 2000; Limites municipais de acordo com a Base geográfica do IBGE. A Oficial, *Luauco Oliveira Mendes*

Figura 10: Continuação da Descrição do perímetro do T.I no município de Pau Brasil/BA. Fonte: 1º Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas-Camacan-Bahia. Matrícula nº 5348 de 10 de dezembro de 2018.

Claro que esses números não seriam apresentados como material didático pedagógico. Mas sim ponderados a partir da nossa forma originária de medir o território.

Uma medida muito usada há um tempo e que ainda utilizamos é a medida deubar terra. Essa medida não é padronizada e nem eurocentrada. Ela carrega consigo valores culturais fundamentais de nossa comunidade.

Para medir a terra usa-se a braça, seguindo as orientações contidas no diagrama abaixo:



1º passo – somar: 25 braças + 30 braças. (I + III)

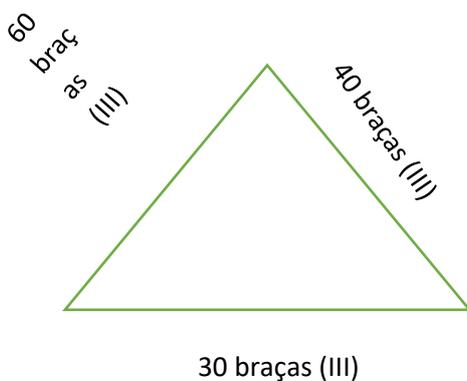
2ª passo – somar: 25 braças + 40 braças (I + IV).

3º Passo – Multiplicar os dois resultados  $55 \times 65 = 3570$ .

4º Passo dividir o resultado da multiplicação por 4 ( $3570/4 = 892,5$ )

5º passo dividir 900. (Porque 1 tarefa = 900 quadrinhos).

Terreno com 3 lados:



1º passo – somar: 60 braças + 60 braças. (I + III)

2º passo – somar: 30 braças + 0 braças.

3º passo – Multiplicar os dois resultados  $120 \times 30 = 3600$ .

4º Passo dividir o resultado da multiplicação por 4 (  $3600/4 = 900$  )

5º passo dividir por 900. (porque 1 tarefa = 900 quadrinhos).  $900 / 900 = 1$ , ou seja, uma tarefa

Assim, através dessa forma de medir, ainda utilizada pelos mais velhos da comunidade, ensinamos às pessoas da comunidade através dos marcos observando a geometria, matemática e história da nossa forma de medir e demarcar a terra.

#### **4.2.2. ACERVO EDUCACIONAL: AS CERÂMICAS PATAXÓ HĀHĀHĀE – HĀHĀM HAMPÔTXIG (TERRA DURA) DE PAULO ROSA TITIÁH**

Paulo Rosa Titiáh do Povo Pataxó HĀhĀhĀe mora na região de Água Vermelha dentro de nossa Terra Indígena. Esse nosso parente é portador de necessidades especiais. Sua etnia de origem é o Baenã.

Paulo Rosa Titiáh faz trabalhos com cerâmicas com objetivo de “guardar, nesses objetos o conhecimento da mãe terra”. Trabalhou muitos anos na educação escolar Indígena, contribuindo com os projetos de autoafirmação da identidade étnica da comunidade.

Porém, agora se dedica a cerâmica, mas sem deixar de lado a educação. Como artesão ele também faz trabalho educacional com as crianças que se interessarem em apreender a arte em cerâmicas. Realiza também algumas palestras sobre este tema em algumas universidades e em espaços não formais de aprendizagem como na própria aldeia como aparece na imagem que segue.



Fotografia 31: Paulo Rosa Titiáh (Alapity Titiáh) falando numa Cabana, região Água Vermelha. Fonte: Associação Hãhãhãe Indígena de Água Vermelha. Data: 03/03/2021.

Esse indígena artesão educador em seus ensinamentos, instrui que a argila tem que ser retirada em uma localidade sagrada. Explica Titiáh:



Fotografia 32: Paulo Rosa Titiáh ensinando a retirada da Argila. Fonte: Associação Hãhãhãe Indígena de Água Vermelha. 03/03/2021.

Tem que cavar e preparar, tirar do mato. Tirar toda a impureza. Lavar com bastante água, coando sempre que possível (PAULO ROSA TITIÁH – ALAPITYTITIÁH. Arquivo de Áudio. Fonte: Arquivo de - Associação Hãhãhãe Indígena de Água Vermelha. Data: 2020

Nosso parente explica que depois da argila coada e bem lavada ela é assenta. Isto é para retirar aquela água e colocar outra. De acordo com ele, se faz de três a cinco lavagens para tirar todos os pigmentos da argila. Depois vai amassando até chegar ao ponto de fazer as peças.

Com o passar do tempo, cerca de 20 a 30 dias, faz um fogo no terreno mesmo, usando a lenha por cima dela. Acende o fogo e vai queimando as peças.

Depois de 18 horas de fogo, “nem menos ou mais”, as peças ficam assadas. Em seguida é esperar esfriar e fazer os colares, alguns cachimbos. Titiáh diz que tem que ser na lua minguante e não se pode ter relação sexual três dias antes. Por fim, observa que mulheres menstruadas não podem retirar argila do solo.

As falas a seguir, de Dona Maura Rosa Titiá e Dona Judite de Jesus, reforçam ainda mais a importância da argila e do barro para uma comunidade indígena como a nossa:

COM O SANTO BARRO (argila) fazemos pote, panela, moringa, forno, construímos nossas casas e fazemos o nosso fogão. A argila também tem propriedades medicinais, serve para a cura de várias enfermidades do corpo, seja no órgão, no sangue, no nervo ou no osso. O BARRO tem um poder milagroso, mas não é qualquer barro, ele deve ser retirado de um ambiente limpo, onde não andam pessoas direto, e que fique próximo de uma mata, ou dentro da mata, onde não é jogado cadáveres de animais. E também só deve ser usado se for coletado depois de cavar três palmos de fundura. É uma matéria que para nós índios tem valor incalculável (TITIÁ, Dona Maura Rosa e JESUS, Dona Judite de, 2011).

Seguem algumas peças produzidas por Paulo Rosa Titiáh – nosso parente indígena, artesão e educador.



Fotografia 33:  
Representação da  
pena. Fonte:  
Associação  
Hãhãhãe Indígena  
de Água Vermelha.



Fotografia 34:  
Amuleto de peixe.  
Fonte: Associação  
Hãhãhãe Indígena  
de Água Vermelha.

Esta arte criada na argila é o simbolo de uma pena. A pena sempre está nos artesanatos,colares,flechas,cocares.

Significa uma “mandala” de proteção. A pena protege todas as aves da chuva, sol e sereno. Mantem a temperatura desses animais ideais, controla sua hidratação, auxilia no voo e permite fazer a camuflagem para se proteger de predadores. Apesar de ser bastante leve, ela é forte. Faz os pássaros saírem de um lugar baixo para um de altitude mais elevada. O Amuleto de peixe em que aparece uma pena em sua transversal. Quando as penas se abrem ou caem é sinal de que a ave está velha e o formato dela se assemelha a de um peixe tilápia que é muito comum na nossa região(PAULO ROSA TITIÁH –ALAPITY TITIÁH. Arquivo de Áudio. Fonte: Arquivo de - Associação Hãhãhãe Indígena de Água Vermelha. Data: 2020).

Os povos Indígenas,em especial os Pataxós Hãhãhãe,sempre usaram os cocares,colares com penas de aves.As penas também aparecem nas pinturas corporais.É uma forma de proteção.



Fotografia 35:  
Representação  
Urnas Funerária.  
Fonte: Associação  
Hãhãhãe Indígena  
de Água Vermelha.



Fotografia 36:  
Representação  
folha de arruda.  
Fonte: Associação  
Hãhãhãe Indígena  
de Água Vermelha.

Potezinho, modelo de uma urna funerária, os grafismos imitam de uma panela que David Vieira dos Santos (membro da comunidade Pataxó Hãhãhãe e morador da Região da Água Vermelha, dentro do T.I) encontrou enterrado na frente da casa dele. Com borda ao redor. Já o pote representando uma folha de arruda, serve de pingente para usar no pescoço afim de livrar de “olho ruim. ” Nas bordas tem grafismo de um pássaro, de um sol e de um peixe.

O artista faz isso no sentido de está transmitindo conhecimentos desses animais, à medida que eles ficaram extintos na Terra Indígena devido à ação dos fazendeiros que invadiram o nosso território a mando do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) no início da criação da reserva.

Só agora que o território está garantido é possível realizar ações de preservação dos animais e das florestas. Encontra sempre desenhos de peixes, de pássaros e de algumas folhas de ervas medicinais nestas cerâmicas, encontram-se os registros.



Fotografia 37: Representação  
braço indígena. Fonte:  
Associação Hãhãhãe Indígena de  
Água Vermelha.

Estas cerâmicas representam pingentes, pequenas medalhas, representando o braço de um índio sacudindo um maracá. Nelas tem, uma cabaça, um pau e um braço de um índio que segura fortemente no maracá. Os baenã tem uma história sobre a cabaça.

Segundo os anciões da aldeia, o maracá é um instrumento sagrado porque a origem do homem veio de uma cabaça. Quando um grande mestre que criou este mundo, colocou a semente na terra, nascendo um pé de cabaça que deu uma grande cabaça. Quando esta cabaça explodiu saiu muitos casais de pessoas. Cada casal pegava um destino na terra, de onde se originou diversas etnias, onde os Baenã vieram no meio (PAULO ROSA TITIÁH –ALAPITY TITIÁH. Arquivo de Áudio. Fonte: Arquivo de - Associação Hãhãhãe Indígena de Água Vermelha. Data: 2020).

Na maioria de seus trabalhos, figuras dos animais que existem na Terra Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu são desenhadas e colocados nas cerâmicas para não perder a imagem desses animais que ainda existem no Território. Em todas as peças, observa-se um grafismo de animais, pássaros, desenhos de folhas, coisas que tem na natureza, que servem para transmitir conhecimentos originais do povo Pataxó Hãhãhãe.

Esses desenhos encontram-se nas laterais dos potezinhos, das painéis, dos pingentes. Esses grafismos aparecem também nas pinturas corporais, com desenhos de folhas, de insetos, de sapos, de cobras, dos besouros, dos que temos nas matas. Os adereços usados nas festas e rituais muitas vezes vem desses animais. Encontramos painéis, potes, cachimbos com esses desenhos. Outro grafismo vem do imaginário do artista.



Fotografia 38: Pingentes de sapos. Fonte: Associação Hãhãhãe Indígena de Água Vermelha.

Nesses pingentes de sapos encontramos o traço vertical, horizontal, inclinado. Esses traços oferecem vida ao material do artista. Este sapo representa um capturador de insetos. Estes amuletos possuem uma abertura por dentro deles onde se colocam folhas de arruda, folhas de guiné e outras ervas que impedem “olhos gordos” nas crianças. Estes amuletos são usados no pescoço das crianças para não pegarem mau olhado”.

O sapo pula e o macaco pula e salta em árvores. Segundo o pensar de nossos ancestrais fala que crianças usando um amuleto do sapo e do macaco, tem possibilidade de ficar veloz no meio do mato e das matas, pular de uma pedra para outra, saltar de uma árvore para o chão. Quando uma criança come uma banana, os mais velhos dizem “o menino está comendo banana igual a um macaco, o dente dele vai ser sadio, vai ser forte pra ele rasgar carne”. O pingente do macaco ajuda a pessoa a ser esperto, ter rapidez no pensar de capturar as coisas. Temos que registrar tudo isso. O homem está colocando fogo em tudo. Então esses insetos vão morrendo. Eu já coloco na cerâmica, na argila e vai guardando. Fica uma peça bonita, uma peça riquíssima que não vai ser nunca destruída e vai ser guardada até o apagar da luz do nosso sagrado sol. (Fonte/Oralidade: PAULO ROSA TITIÁH – ALAPITY TITIÁH. Arquivo de Áudio. Fonte: Arquivo de - Associação Hãhãhãe Indígena de Água Vermelha. Data: 2020).



Fotografia 39: Amuleto das patas do pé direito da onça. Fonte: Associação Hãhãhãe Indígena de Água Vermelha.

Amuleto de pés de onça se entende por que as pessoas da comunidade, sente que a onça tem uma força e uma energia muito positiva para alcançar os objetivos.

Uma vez Bahetá traduziu o conceito de "Deus" usando a palavra para "onça", e em outro momento o traduziu com a palavra para "chuva". Em vez de ser erro ou falta de palavra, talvez isso nos dá mais informação sobre a crença tradicional Baenã-Pataxó (PATAXÓ HÃHÃHÃE,2017, p11, notas de rodapé).



Fotografia 40: Representação de um índio dentro da Urna Funerária. Fonte: Associação Hãhãhãe Indígena de Água Vermelha.



Fotografia 41: Desenho indígena.  
Fonte: Associação Hãhãhãe Indígena de Água Vermelha.

A primeira mandala é a representação de um indígena numa urna funerária encontradas em nosso território e como veremos no próximo tópico. Na segunda imagem representação de desenhos encontrados num caco de panela descoberto na região de Água Vermelha. Não se sabe ainda o que significam esses traços.

Percebe-se assim que são variados os temas das cerâmicas produzidos pelo artesão Paulo Rosa Titiáh – Alapity Titiáh. Cada peça de cerâmicas transmite mensagens de preservação e conservação do meio ambiente. Outras peças trazem à memória e a história de existências e (re)existências indígenas ao longo do tempo, contada pelos ancestrais. Assim, as peças desse nosso parente constituem também nosso acervo educacional e permitem trabalhar conteúdos da botânica, fauna, biologia, geologia, desenho, linguagens, geometria, geografia, história, entre tantos quase imagináveis.



Fotografia 42: Alapity Paulo Titiáh, ceramista indígena. Fonte: Associação Hãhãhãe Indígena de Água Vermelha.

#### 4.2.3. ACERVO EDUCACIONAL: AS URNAS FUNERÁRIAS PATAXÓ HÃHÃHÃE

No final de janeiro de 2011, a comunidade indígena Pataxó Hãhãhãe, ao fazer aração de terras para o plantio de milho e feijão na região de Água Vermelha, encontrou três potes e vários pedaços de cerâmicas antigas.

O cacique Gerson de Souza Mello avisou a direção do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru que viria uma equipe de arqueólogos e antropólogos da Universidade Federal da Bahia (UFBA) para analisar a situação. No início de março, a coordenação do Colégio deslocou para acompanhar a equipe de pesquisadores, juntamente com a comunidade local, o processo de desenterrar os potes e fazer suas observações, os seguintes professores Agnaldo Francisco dos Santos, Margarida Pataxó Rocha de Oliveira, Edilson Jesus de Souza, Célia dos Anjos, Raimundo Alves dos Santos, Alessandra Lima Santos, Flávio Fernandes Barbosa, Maria José Muniz de Andrade e outros, com alunos das turmas do Ensino Médio

A equipe coordenada pelo professor e pesquisador do Departamento de Antropologia da UFBA, Carlos Etchevarne, com a professora Maria do Rosário e representantes do Conselho Indigenista Missionário, descobriram que se tratava de urnas funerárias e restos de objetos de uso diário. Para o coordenador da equipe, tratava-se de objetos pertencentes a grupos indígenas pré-coloniais de aldeamento do passado.



Fotografia 43: Desenterrando os potes. Fonte: Indiosonline/Fabio Titiáh. Data: 2011.



Fotografia 44: Desenterrando os potes. Fonte: Indiosonline/Fabio Titiáh. Data: 2011.



Fotografia 45: Os potes encontrados. Fonte: Indiosonline/Fabio Titiáh. Data: 2011.

Segundo Carlos Etchevarne, nossos parentes ancestrais produziam estas cerâmicas para uso domésticos e para realizar seus rituais. Ele descreveu que essas urnas funerárias devem ser consideradas como elementos materiais diacríticos. As peças têm o formato de pera ou jambo invertido (piriformes) fechadas com opérculos coniformes.

As suas superfícies eram alisadas com bordas simples. Existiam uma faixa corrugada circundando a boca do objeto. Essas faixas eram espatuladas com forma de telhado ou casco de tatu.



Fotografia 46: Urna funerária com faixa corrugada circundando a boca. Fonte: Indiosonline/Fabio Titiáh. Data: 2011.

Os relatos a seguir da comunidade possibilitam compreender a importância dessas peças para nossa comunidade, que na época ainda aguardava decisão do STF. Além disso, pode se acompanhar o significado espiritual por nos remeter às memórias ancestrais de longas datas.

Aqui no setor de Água Vermelha, tem vários setores que a gente acha caco, garfo. Aqui nós temos uma terra, que nós fez uma retomada, tem dois anos que nós ocupamos, pedaço de manga, nós achamos potes,..., só que lá era pasto e quando nós entremos, fazemos barraco. Quando nós começamos a cavar, fomos achando cacos de panelas, de potes. Achamos dois potes, por sinal, meu marido fez o barraco e quando terminou de fazer o barraco, começamos ver coisas diferentes, quando nos foi ver, o pote na frente da porta, que nós passa toda hora (Fonte/Oralidade: DONA MAURA ROSA TITIÁ. Data: 28/02/2022).

No passado, quando nós entramos aqui em Água Vermelha, os fazendeiros daqui diziam que aqui não tinha índio. Então Deus mostrou que no passado morava índio aqui, mostrou que aquilo que o nosso povo mais velhos diziam, que aqui moravam índio, que aqui era terra de índio, e está mostrando que é terra de índio, porque tem esses potes aí, este tesouro que é nosso. (Fonte/Oralidade: CACIQUE CAÇULA. Arquivo de Vídeo. Data: 28/02/2022).

De acordo com Carlos Etchevarne, as formas dos fragmentos de vasilhames utilizados para fins domésticos e também para os rituais eram simples, semiesféricos e conoidais. Estes objetos cozinhavam bem os alimentos.

Tinham paredes bem alisadas e com tratamento à base de grafite para dar maior vedação da porosidade para a cerâmica. Na parte interna encontrava fina película de grafite. Os opérculos das urnas eram revestidos internamente com grafites e possuíam algumas técnicas decorativas encontradas nos formatos corrugado em faixa que eram simples ou espatuladas, roletado/acordelado e ungulado/inciso com vários motivos.

A forma de deposição dos indivíduos mortos, integrantes do grupo, em urnas parece ter sido fortemente predominante, havendo enterramentos de idosos, adultos, jovens, adolescentes, crianças e até de recém-nascidos. Todos eles foram colocados em recipientes cerâmicos com a mesma morfologia, variando, unicamente, de tamanho conforme a idade do indivíduo a ser enterrado (ETCHEVARNE,2012, p. 55).



Fotografia 47: Ossos dos parentes indígenas encontrados nas urnas funerárias. Fonte: Indiosonline/Fabio Titiáh. Data: 2011.



Fotografia 48: Embalando as Urnas Funerárias para estudos. Fonte: Indiosonline/Fabio Titiáh. Data: 2011.

#### 4.2.4. ACERVO EDUCACIONAL: COCAR, COLAR, MARACÁ

Começo este último tópico da dissertação apresentando a fala de um parente que faz cocares, colares e maracás. A fala do parente já é uma verdadeira aula de linguagens, artes, história.

Diz o seguinte este meu parente:

Sou Edésio de Jesus Pereira (Kokai Pataxó) nasci no dia 6 de janeiro de 1980. Venho hoje refletir um pouco da história do nosso povo antepassado e falar sobre a luta para resistir os ataques dos opressores desde a luta de 1980, que foi na década em que eu nasci sobre esse território brasileiro. Venho ouvindo verdade sobre nossos pais e avós, venho crescendo, vendo e vivendo a grande realidade da vida: os nossos troncos sofreram muitas afrontas dos inimigos, muitos morreram e outros sobreviveram para contar sobre a resistência. Os opressores quiseram proibir até mesmo o uso da cultura do nosso povo antepassado. Devido ao preconceito e a discriminação, muitos índios ficaram assustados, mas a esperança de um dia vencer não morreu. Hoje nosso cotidiano é tentar resgatar tudo que o nosso antepassado perdeu ao longo do tempo inclusive os nossos artesanatos, matérias indígenas como colares, cocares, arcos e flechas, bordunas. Tudo isso representava a nossa luta no dia a dia, a tinta vermelha que é um símbolo que dá a característica de povos guerreiros e tinta de jenipapo que representava reflexão e luta. Cada modelo de colar que trabalhamos representa a característica de cada parente que partiu lutando pela terra. Vamos resgatar o que é nosso (Fonte/Oralidade: KOKAI PATAXÓ, Edésio de Jesus Pereira Arquivo de Áudio. Fonte: Arquivo de Áudio do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 2020).

Nosso artesanato é uma das dimensões mais expressiva do nosso acervo educacional. Com essa arte podemos trabalhar conteúdos os mais diversos possíveis de quase todas as disciplinas que formam uma grade curricular. Desde a escolha dos materiais (sementes, cascas, madeira, ossos, dentes, penas), passando pela montagem e chegando na sua utilização.

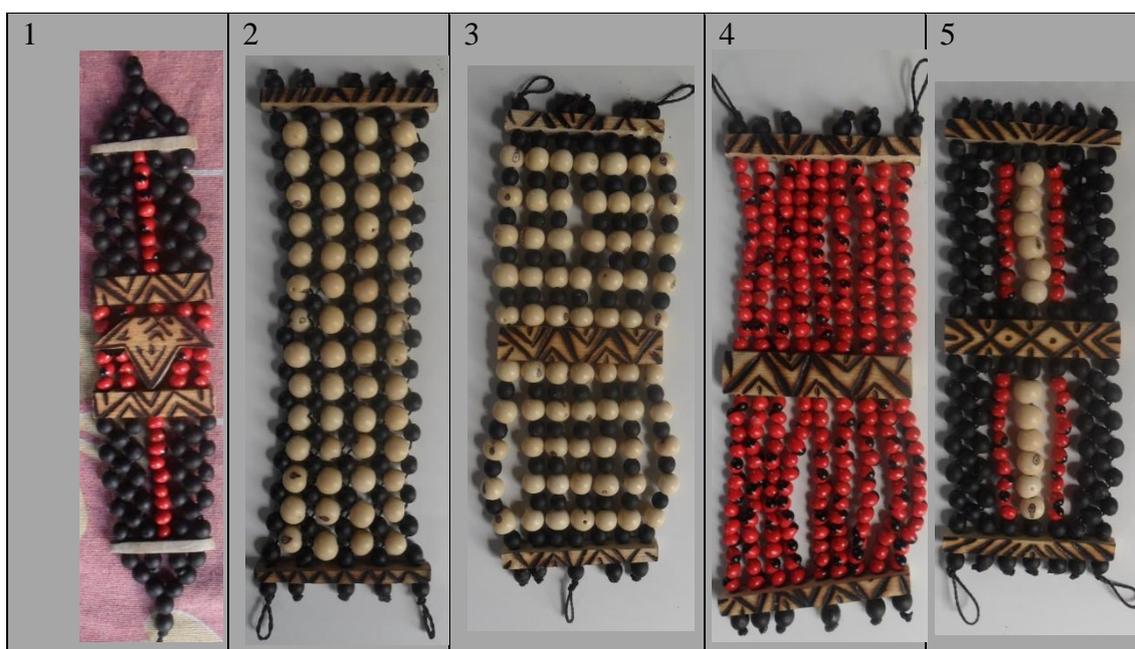
Utilizamos sementes de berú, semente de açai, sementes de saboneteira, pau brasil, madeira de joerana. A semente de berú dá em quase toda época do ano em nosso território. As cores brancas e pretas das sementes representam respectivamente a luta e paz. As sementes de açai são encontradas nas regiões vizinhas do T.I. Caramuru Catarina Paraguaçu.

Perceba quantos conteúdos matemáticos podemos trabalhar ao confeccionarmos um colar. Para exemplificar veja os procedimentos para realizar o colar que aparece na primeira imagem:

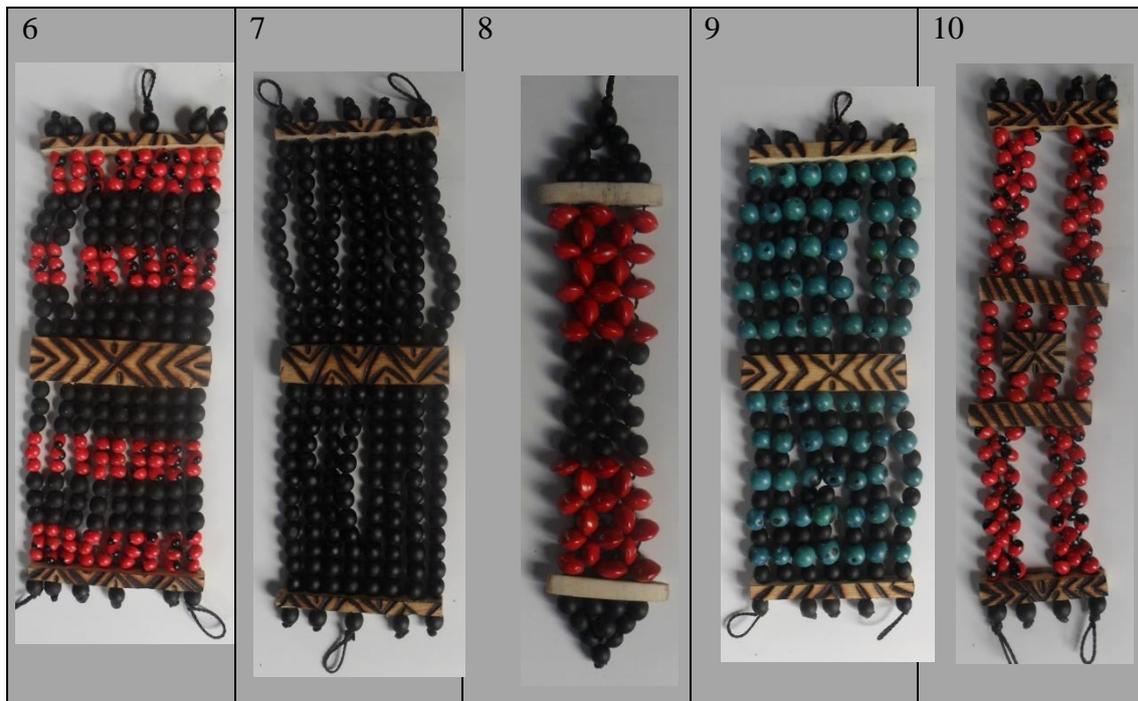
Pegar a madeira de Joerana e cortar 4 pedaços de 5cm x 0,8cm x 1,5 cm cada um . Cortar um pedaço de madeira de Joerana de tamanho de 11 cm x 0,8 cm x 1,5 cm. Riscar a madeira com traços da pintura indígena. Essas pinturas representam a característica da identidade indígena. Nos quatro pedaços de madeira de tamanho de 5cm. x 0,8cm x 1,5 cm observa se 8 traços. O colar representa 6 colares em 1 que significa 6 etnias na luta de um só povo. O colar completo representa a luta pela paz de nosso Povo Pataxó Hãhãhãe (Fonte/Oralidade: KOKAI PATAXÓ, Edésio de Jesus Pereira Arquivo de Áudio. Fonte: Arquivo de Áudio do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data:02/01/2014).



Fotografia 49: Colar de Braço - 6 etnias na luta de um só povo.  
Fonte: Kokai Pataxó. Data:02/01/2014.



Fotografia 50: Colares de Braço. Fonte: Kokai Pataxó. 02/01/2014



Fotografia 51: Colares de Braço. Fonte: Kokai Pataxó. Data:02/01/2014.



Fotografia 52: Colares de Pesçoço. Fonte: Kokai Pataxó. Data:02/01/2014.



Fotografia 53: Colares de Pescoço. Fonte: Kokai Pataxó. 02/01/2014.

Essa produção de conhecimento geométrico/matemático nos colares ocorre nas atividades cotidianas de alguns artesões Pataxó Hãhãhãe e envolve os processos de medidas, contagens e relações geométricas. Contar as sementes que deverão ser usadas em cada colar envolve a administração do tempo pois é preciso esperar o momento certo das plantas produzirem os caules e as sementes necessárias para a confecção desses artesanatos.

As relações geométricas que aparecem nesses artesanatos expressam elementos essenciais da cultura e traz informações das etnias que compõem o povo Pataxó Hãhãhãe. Por exemplo, em alguns colares se faz referência à língua indígena expressando o número um (abakatxe), dois (abatxe), três (mounhí), dependendo do número de ossos que tem esses elementos.

Desta forma, observamos procedimentos diferenciados de ordenar, classificar, quantificar, contar e medir dos artesões Pataxó Hãhãhãe. O que desejo para as escritas futuras é detalhar os ricos elementos culturais expressivos nestes artesanatos e transformá-los em materiais didático-pedagógicos para o trabalho em sala de aula no Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru.

Portanto, observamos que os processos de análise da etno-matemática Pataxó Hãhãhãe nem sempre são fáceis de entender à medida que nossos

pensamentos e ações ainda permeiam a colonialidade do saber. É preciso decolonizar esses pensamentos e ações para um entendimento profundo das culturas indígenas em geral e da existência e (re) existências de meu povo e dos princípios pedagógicos, filosóficos, políticos e metodológicos da autoconstrução da Educação Escolar Pataxó Hãhãhãe e de sua forma de ensinar.



**CONSIDERAÇÕES FINAIS**  
**SOMOS PESSOAS EDUCADORAS PATAXÓ HÃHÃHÃE DE NÓS MESMAS**

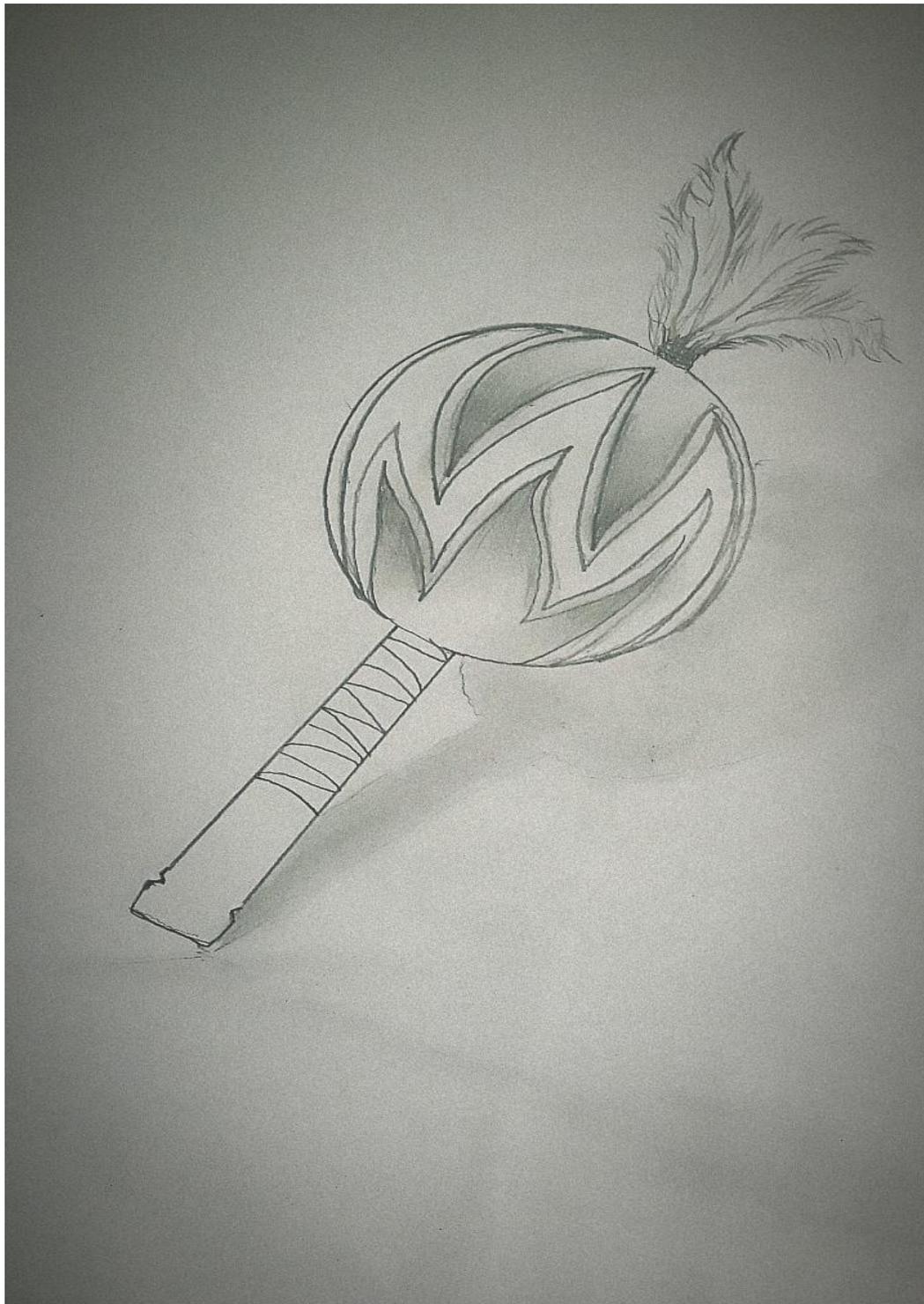


Figura 11: Maracá Pataxó Hãhãhãe. Fonte/autoria: Iranildo Silva Souza. Data: 23/11/2020.



O Povo Pataxó Hãhãhãe em suas vivências indígenas cotidianas já produz e utiliza conhecimentos apresentados como formais ou curriculares numa educação escolar. Deste modo, reitero que existe uma educação escolar indígena Pataxó Hãhãhãe com formas próprias de ensinar porque parte dos saberes ancestrais interagindo com o conhecimento curricular numa relação de troca e nunca de submissão ou omissão.

Espero que os capítulos que constituíram o presente trabalho possibilitem esta compreensão. Desejo também que colaborem com a nossa autoconstrução de acervos educacionais profundamente relacionados à longa história de resistência, (re)existência e luta pelo território do nosso povo.

O meu próprio percurso (individual, familiar e coletivo) aqui apresentado, bem como das pessoas indígenas que constituem nossa comunidade, compõem esta cotidiana história, marcada também pela violência dos que são contra os nossos direitos. Nossas vivências em si constituem um dos acervos educacionais mais valiosos que possuímos.

Por isto a intenção é que as narrativas aqui feitas sirvam de inspiração para outras pessoas da comunidade contarem suas trajetórias. Essas narrativas seriam algumas das bases para construirmos materiais pedagógicos. Uma das principais intenções desta dissertação é contribuir para continuarmos construindo suportes pedagógicos e didáticos que valorizem nossa identidade, ancestralidade, cultura, luta e a autoconstrução da educação escolar Pataxó Hãhãhãe e de sua forma de ensinar.

A ideia foi/é fortalecer o que já fazemos, como bem assinalam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica:

[...] as escolas indígenas possuem autonomia para, na definição de seus projetos político-pedagógicos, organizar o Ensino Fundamental de acordo com as especificidades de cada contexto escolar e comunitário (BRASIL, 2013a, p. 367).

Neste sentido, acredito que os conteúdos da educação escolar indígena Pataxó Hãhãhãe devem continuar considerando os saberes cotidianos produzidos e praticados no dia a dia de nossa comunidade. Voltando às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica:

[...] as brincadeiras, as danças, as músicas e os jogos tradicionais de cada comunidade e das diferentes culturas

precisam ser considerados componentes curriculares ou instrumentos pedagógicos importantes no tratamento das “questões culturais”, tornando mais prazeroso o aprendizado da leitura, da escrita, das línguas, dos conhecimentos das ciências, das matemáticas, das artes (BRASIL, 2013, p. 367).

O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) também assinala nesta direção:

Saber matemática é um pré-requisito para o desenvolvimento de atividades administrativas, de proteção ambiental e territorial, e de atenção à saúde, entre outras. Reivindicar a posse do território imemorial e vigiar as fronteiras, por exemplo, exige a compreensão de aspectos cartográficos, como escala e área (BRASIL, 1998, p. 160).

Somos indígenas estudiosos de nós mesmos porque assim também exigiu a luta pelo território. Da mesma forma, somos pessoas educadoras Pataxó Hãhãhãe de nós mesmas num constante processo de autoconstrução educacional. Assim, desejo que a presente dissertação fortaleça o que já fazemos e deveríamos aprofundar cada vez mais: a autoconstrução da educação escolar Pataxó Hãhãhãe, da nossa forma de ensinar, produção de suportes pedagógicos e didáticos específicos como os nossos acervos educacionais. Espero ter aqui contribuído com a valorização da nossa identidade, ancestralidade, cultura, luta e maneira de ensinar.

Por fim, reitero que este trabalho foi produzido durante a pandemia de covid-19. Sua escrita terá continuidade nas vivências cotidianas com meu povo e em nossa luta por direitos, entre eles: o direito a autoconstrução de uma educação escolar indigenamente decolonial, comunitária, autônoma, intercultural e diferenciada.

Afinal, como nos ensina nosso parente Paulo Rosa Titiáh –Alapity Titiáh:

*... tem que cavar e preparar ...*

Este trabalho “cava e prepara” o terreno da Universidade para outras escritas futuras minhas, de meus parentes Pataxó Hãhãhãe e de outros Povos. Pessoas indígenas que também são coletivas, trazendo valores culturais fundamentais e que partilham histórias de exclusão, marginalização pelo opressor/colonizador, mas também de muita resistência e (re)existência.



## BIBLIOGRAFIA



ANGATU, Casé (SANTOS, Carlos José F.). Carama suí: Carubas Moema sî e'engas - (Re)Existências Indigenamente Decoloniais. In: DORRICO, Julie; DANNER, Fernando; DANNER, Leno Francisco (Orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: autoria, autonomia, ativismo**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. Disponível em: [https://3c290742-53df-4d6f-b12f-6b135a606bc7.filesusr.com/ugd/48d206\\_68ccdefa44724e7aaf3feacd956ecb11.pdf](https://3c290742-53df-4d6f-b12f-6b135a606bc7.filesusr.com/ugd/48d206_68ccdefa44724e7aaf3feacd956ecb11.pdf) . Acesso em 21 de dezembro de 2020.

\_\_\_\_\_. “Decolonizar o conhecimento e o ensino para enfrentar os desafios na aplicação da lei 11.645/2008: por uma história e cultura indígena decolonial!”. In: MATTAR, Sumaya, SUZUKI, Clarissa e PINHEIRO, Maria. **A lei 11.645/08 nas artes e na educação: perspectivas indígenas e afro-brasileiras**. São Paulo: ECA-USP, 2020. Link: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/525/463/1803-1>.

\_\_\_\_\_ & AYRA TUPINAMBÁ, Vanessa Rodrigues Santos. Protagonismos Indígenas: (Re)Existências Indígenas e Indianidades. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci e ROSSI, Mirian Silva (Orgs.) **Índios no Brasil: Vida, Cultura e Morte**. São Paulo: IHF; LEER/USP; Intermeios: 2019.

\_\_\_\_\_ & AYRA TUPINAMBÁ, Vanessa Rodrigues Santos. Decolonialidades Indígenas. In: MESQUITA, Marcos R. e COSTA, Frederico A. (Org.). **Psicologia Política no Brasil e Enfrentamentos a Processos Antidemocráticos**. Maceió: EDUFAL, 2019, p. 231-241. Disponível em: <https://abpsicologiapolitica.files.wordpress.com/2019/08/psicologia-politica-completo-divulgado.pdf> . Acesso em 26 de setembro de 2019.

\_\_\_\_\_ & KATU TUPINAMBÁ (AMARAL, Admilson Silva). Mãe Terra Olivença: Território de Nossa Ancestralidade Sagrada. In: COLETIVO INDÍGENA (Kariri-Xocó, Karapotó, Xokó, Pataxó, Pankararu, Pataxó Hãhãhãe, Tupinambá). **Memória da Mãe Terra**. Território Indígena de Olivença/Ilhéus: Thydêwá, 2014, p. 28-31. Disponível em: <http://www.thydewa.org/wp-content/uploads/2014/12/livro-mae-terra-web.pdf> . 2014.

\_\_\_\_\_ & KATU TUPINAMBÁ (AMARAL, Admilson Silva). Marcelino Vive em Nós. In: COLETIVO INDÍGENA (Kariri-Xocó, Karapotó, Xokó, Pataxó, Pankararu, Pataxó Hãhãhãe, Tupinambá). **Índios na visão dos índios: Memória**. Território Indígena de Olivença/Ilhéus: Thydêwá, 2012, p. 6-9. Disponível em: <http://www.thydewa.org/wp-content/uploads/2012/07/memoria.pdf> . 2012.

\_\_\_\_\_. ANGATU, Case. **Perfil no Instagram: @caseangatu**. Disponível em: <https://www.instagram.com/caseangatu/>. Acesso em 22/01/2021.

AYRA TUPINAMBÁ, Vanessa Rodrigues dos Santos. **Território e (Re)Existência na Educação Escolar indígena Tupinambá Decolonial**. TI Tupinambá de Olivença (Ilhéus/BA): Dissertação Apresentada junto Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sula da Bahia (PPGER/UFSB), Outubro/2010.

BOSI, Éclea. **Memória e sociedade: lembranças de velhos** (3a ed.). São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CIMI, Conselho Indigenista Missionário. **Informe nº 1.010: Povo de Galdino Pataxó Hã-Hã-Hãe segue firme na luta pela Terra Sem Males**. Itabuna/BA. CIMI, 23/04/2012. Disponível em: <https://cimi.org.br/2012/04/33438/> . Acesso em 23/04/2012

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Pesquisa em Etnomatemática**. Disponível em: <http://phoenix.sce.fct.unl.pt/GEPEm/ubi.htm>. Acesso em 03 de abril de 2006.

\_\_\_\_\_. **Etnomatemática – elo entre as tradições e a modernidade**. Belo Horizonte: Editora Autêntica. 2001.

\_\_\_\_\_. **Etnomatemática – Arte ou técnica de explicar e conhecer**. São Paulo: Editora Ática. 1990.

\_\_\_\_\_. **Etnomatemática: um programa. Educação Matemática em Revista**. Publicação SBEM, ano 1, n.1, p. 5-11, 2º sem. 1993.

DEHEVEHE SAPUYÁ, Wendeuslelei Alves de Souza. Ilhéus/BA. **“Exploração de Conhecimentos Indígenas nas Aulas de Geometria: exemplos da cultura Pataxó Hãhãhãe”**. Trabalho de Conclusão de Curso Apresentado ao Curso de Licenciatura em Matemática da UESC, Orientação Prof. Dr. Marcos Rogério Neves, 2011.

DUARTE, Constância Lima, CÔRTEZ, Cristiane, PERERIRA, Maria do Rosário A. (Organização). **Escrevivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo**. Belo Horizonte: Ideia, 2016.

ETCHEVARNE, Carlos Alberto. O sítio de tradição Aratu de Água Vermelha, Reserva Indígena Caramuru Paraguaçu, e suas implicações arqueológicas e etno-políticas. In : **Caderno de Arte e Antropologia Vol. 1, No 1 | 2012**. Salvador: Núcleo de Antropologia Visual da Bahia, 2012, p. 53 - 58. Disponível em: <file:///C:/Users/casea/Downloads/cadernosaa-721.pdf>. Acesso em 01/05/2012.

EVARISTO, Conceição. Conceição Evaristo: a invisibilização paira sobre o negro. In: DAMASCENO, Vitória. **Carta Capital**, São Paulo, 25 julho 2017, Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/conceicao-evaristo-a-invisibilizacao-paira-sobre-o-sujeito-negro> Acesso em: 26 de julho de 2017.

\_\_\_\_\_. **Becos da Memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Org.). **Ideias Matemáticas de Povos Culturalmente Distintos**. São Paulo: Global, 2002.

FERREIRA, Talita Almeida. **Posto Indígena Paraguaçu: Território de Conflitos e Resistências Indígena (1926-1936)**. Ilhéus/BA: Monografia

apresentada junto ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em História do Brasil da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Orientação: Prof. Dr. Casé Angatu (Carlos José F. Santos), 2012.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. In: **Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xpNFtGdzw4F3dpF6yZVVGgt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 13 de abril de 2016, p. 25 – 49.

ISA, Instituto Socioambiental. Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: [https://img.socioambiental.org/v/publico/pataxo-ha-ha-hae/pataxoh\\_5.jpg.html](https://img.socioambiental.org/v/publico/pataxo-ha-ha-hae/pataxoh_5.jpg.html). Acesso em 22/12/2020.

KOPENAWA YANOMAMI, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. Antes, o mundo não existia. In: NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 202–205.

\_\_\_\_\_. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.

\_\_\_\_\_. **Entrevista concedida à exposição Muros de Ar: Pavilhão do Brasil na XVI Bienal de Arquitetura de Veneza**. Rio de Janeiro: Entre. 2018.

\_\_\_\_\_. Vozes da Floresta. - A aliança dos Povos da Floresta de Chico Mendes a nossos dias. In: **Le Monde Diplomatique Brasil [Produtora Memória Viva, 14 de abril de 2020]. 1 vídeo (59 min 38 seg)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KRTJlh1os4w>. Acesso em: 24 de junho de 2020.

MEMMI, Albert. **Retrato do Colonizado Precedido de Retrato do Colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

OLIVEIRA e CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. In: **Educação em Revista**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 21 Maio 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/TXxbbM6FwLJyh9G9tqvQp4v/?lang=pt>. Acesso em: 05/02/2021.

PARÁISO, Maria Hilda Baqueiro. **Os Kiriri Sapuyá de Pedra Branca**. Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFBA, 1985.

\_\_\_\_\_. **Relatório Sobre a História e Situação da Reserva dos Postos Indígenas Caramuru e Catarina Paraguassu apresentado à Fundação Nacional do Índio**. Salvador: Convênio FUNAI-UFBA, 1976.

POVO PATAXÓ HÃHÃHÃE. **Índios na Visão dos Índios – Pataxó-Hã-hã-hãe**. Terra Indígena Pataxó HãHãHãe/BA. Thydêwá, 2004.

\_\_\_\_\_. **Dicionário Pataxó Hãhãhãe**. Salvador: s/e, 2017, p11. notas de rodapé.

SANTOS, Alex Jamari Souza dos Santos. **Posto Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu: Precedentes, Legislação e Arrendamentos - Sujeitos, Ações e Conflitos (Entre as Décadas De 1920-1960)**. Ilhéus/BA: Monografia apresentada junto ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em História do Brasil da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Orientação: Prof. Dr. Casé Angatu (Carlos José F. Santos), 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das línguas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2010.

SANTOS, Reginaldo Ramos dos. Kuin Kahab Mikahab: Hãhãhãe Pataxó Hãhãhãe Ûglêlkhãlkô Tâypâk Anekö. Quero comer, quero viver: a luta pelo reavivamento da língua Pataxó Hãhãhãe. In: ABRALIN, Associação Brasileira de Linguística. **Cadernos de Linguística**, v. 1, n. 3, p. 01-14. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/253>. Acesso em 29 de dezembro de 2020.

SEBASTIANI, M. T. **Fundamentos Teóricos e metodológicos da educação infantil**. Curitiba: IESDE, 2003.

SENGER, Márcia. **Educação Infantil Indígena na Creche Oka Katuana: Afetiva entre Parentes no Ensino-Aprendizagem das Crianças Tupinambá de Olivença (Ilhéus/BA)**. Itabuna/BA: Dissertação de Mestrado Apresentado ao PPGER/UFSB, Orientação: Prof. Dr. Casé Angatu, Setembro/2020.

SOUZA, Adriana Silva, SOUSA, Ana Cristina de, CAMUSO, Carla Sandra Silva e SILVA, Leonardo Thompson da Silva. Etnomapeamento na Reserva Indígena Caramuru Paraguaçu. In: Espacialidades: Revista Eletrônica dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UFRN. Natal, Programa de Pós-Graduação em História da UFRN, 2020. Disponível em: <https://www.sumarios.org/artigo/etnomapeamento-na-reserva-ind%C3%ADgena-caramuru-paragua%C3%A7u> . Acesso, 23/11/2020.

SOUZA, Jurema Machado de Andrade. **Os Pataxó Hãhãhãe e as Narrativas de Luta por Terra e Parentes, no sul da Bahia**. Brasília: Tese de Doutorado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, 2019.

TITIÁ, Dona Maura Rosa e JESUS, Dona Judite de. Texto: Fabio Titiá-Baenã Pataxó Hãhãhãe, Gerlic, Sebastián (Org.) **Índios na visão dos índios: Somos Patrimônio**. Salvador: Thydêwá, 2011.

VIEIRA, Sandra Nascimento. **Pataxó HãHãHãe de Pau Brasil: do Posto Caramuru Paraguaçu ao Direito às Terras Indígenas**. Ilhéus: Monografia apresentada junto ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em História do Brasil da Universidade Estadual de Santa Cruz - Ilhéus/BA. Orientação: Prof. Dr. Casé Angatu (Carlos José Ferreira dos Santos), Setembro/2016

WALSH, Catherine (Org.). **Pedagogías decoloniales**: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

\_\_\_\_\_. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria. **Educação Intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009



**FONTES E**

**DOCUMENTOS OFICIAIS**



BAHIA, Governo do Estado da. **Decreto nº. 8.471 de 12 de março de 2003, criando a categoria de Escola Indígena, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Estado da Bahia, e dá outras providências.** Salvador: Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Disponível em: <[https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/77390/decreto-8471-03#:~:text=Cria%20a%20categoria%20de%20Escola,Ver%20t%C3%B3pico%20\(1%20documento\)&text=PAL%C3%81CIO%20DO%20GOVERNO%20DO%20ESTADO,12%20de%20mar%C3%A7o%20de%202003.](https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/77390/decreto-8471-03#:~:text=Cria%20a%20categoria%20de%20Escola,Ver%20t%C3%B3pico%20(1%20documento)&text=PAL%C3%81CIO%20DO%20GOVERNO%20DO%20ESTADO,12%20de%20mar%C3%A7o%20de%202003.)>.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº. 106 de 19 de outubro de 2004, estabelecendo diretrizes e procedimentos para a organização e oferta da Educação Escolar Indígena, no Sistema Estadual de Ensino, e dá outras providências.** Salvador: Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Disponível em: <[http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/arquivos/File/Resolucao\\_CEE\\_N\\_106\\_2004\\_e\\_Parecer\\_CEE\\_N\\_286\\_2004.pdf](http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/arquivos/File/Resolucao_CEE_N_106_2004_e_Parecer_CEE_N_286_2004.pdf)>.

\_\_\_\_\_. **Lei Estadual nº. 18.629/2010, alterada pela de nº. 12.046 de 04 de janeiro de 2011, criando a carreira de Professor Indígena, no Grupo Ocupacional Educação, do Quadro do Magistério Público do Estado da Bahia.** Salvador: Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://escolas.educacao.ba.gov.br/legislacaoeducacaoindigena>>. Acesso em: 20 de março de 2020.

\_\_\_\_\_. **Edital SAEB/4/2013 de 29/11/2013.** Disponível em: <[http://consultec.com.br/download/EDITAL\\_SAEB\\_PROF\\_INDIGENA4\\_2013.PDF](http://consultec.com.br/download/EDITAL_SAEB_PROF_INDIGENA4_2013.PDF)>. Acesso em 19 de março de 2020.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº. 3.918/2012 de 13 de abril de 2012, sobre a reorganização curricular das unidades escolares da Educação Escolar Indígena, integrantes da rede pública estadual.** Disponível em: <<http://escolas.educacao.ba.gov.br/legislacaoeducacaoindigena>>. Acesso em 20 de março de 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei Estadual do Poder Executivo da Bahia, nº. 1.916, criando a Reserva Indígena Caramuru Catarina Paraguassú.** Salvador/BA: Governo do Estado da Bahia, 9 de agosto de 1926.

BRASIL, República Federativa do. **Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988.** Brasília: República Federativa do Brasil, 05 de outubro de 1988. Disponível em: <Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)>. Acesso em 19 de janeiro de 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº. 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Brasília: República Federativa do Brasil, 29 de agosto de 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)>.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº. 26, de 04 de fevereiro de 1991.** Brasília: Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0026.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0026.htm)>.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.001 de 19/12/1973 – Estatuto do Índio.** Brasília: Disponível em:

<[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=0DA671C140AF6BCB4D5D901A5BD51021.proposicoesWebExterno2?codteor=670971&filename=LegislacaoCitada+-PL+5560/2009](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=0DA671C140AF6BCB4D5D901A5BD51021.proposicoesWebExterno2?codteor=670971&filename=LegislacaoCitada+-PL+5560/2009)>.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 5051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e tribais.** Brasília/ DF, 2004.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº. 734, que institui, no âmbito do Ministério da Educação (MEC), a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI).** Brasília, 08 de junho de 2010. Disponível em: <<http://capes.gov.br/36-noticias/3862-mec-institui-comissao-nacional-de-educacao-escolar-indigena>>. Acesso em 4 de abril de 2020.

\_\_\_\_\_. **Criação das Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena.** Brasília, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/gbeei.pdf>>. Acesso em 25 de abril de 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 9.394 de 20 de dez. 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).** Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em 20 de fevereiro de 2020.

\_\_\_\_\_. **Parecer 14/1999 regulamentando a Resolução 03/1999 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0399.pdf>> Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 10.172/2001, 09 de janeiro de 2001, instituindo o Plano Nacional de Educação (PNE).** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LEIS\\_2001/L10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10172.htm)>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.** Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em: 27 de abril de 2020.

\_\_\_\_\_. **Referenciais para a Formação de Professores Indígenas.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Livro.pdf>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº. 10.088 de 05 de novembro de 2019. Dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho – OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm#art5](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm#art5)>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 11.645/2008. Altera a Lei nº. 9.394, de 20/12/1996, modificada pela Lei nº. 10.639, de 09/01/2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm)>. Acesso em 21 de fevereiro de 2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 6.861, de 27 de maio de 2009. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências – I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena em Brasília (CONEEI).** Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2007-2010/2009/Decreto/D6861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2009/Decreto/D6861.htm)>. Acesso em 22 de fevereiro de 2020.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº. 5, de 17 de dezembro de 2009, fixou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9769-diretrizescurriculares-2012&category\\_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9769-diretrizescurriculares-2012&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 25 de abril de 2020.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº. 05 de 22 de junho de 2012, fixando Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Parecer do CNE/CEB Nº. 13 de 10/05/2012.** Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&category\\_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 26 de abril de 2020.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação.** Secretaria de Educação Fundamental. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília, DF: MEC, SEB, DICEI, 2013

\_\_\_\_\_. **Portaria do MEC nº. 1.061, de 30/10/2013, e Portaria nº. 98, de 6/12/2013, que regulamenta a ação Saberes Indígenas na Escola.** Disponível em: <[http://.inep.gov.br/educacaosuperior/censosuperior/legislacao/2013/portaria\\_n\\_699\\_06122013censoeduc.pdf](http://.inep.gov.br/educacaosuperior/censosuperior/legislacao/2013/portaria_n_699_06122013censoeduc.pdf)>. Acesso em: 27 de abril de 2020.

\_\_\_\_\_. **LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394.** Brasília: República Federativa do Brasil, Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).** Brasília: MEC, 26 de junho de 1998.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº. 3 de 10 de novembro de 1999. Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências.** Brasília: MEC, 1999.

\_\_\_\_\_. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/03 /**

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

\_\_\_\_\_. (Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental). **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI)**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

STF, Supremo Tribunal Federal. **Ação Cível Originária 312 (ACO, 312)**. Brasília: STF, 02 de maio de 2012.

## CANÇÕES

- CANÇÃO: AGNALDO Ramos dos Santos (Autor). **Tohé Pataxó Hãhãhãe**. Fonte: Associação Indígena Hãhãhãe da Aldeia Bahetá (AIHAB). Data: s/d.

- CANÇÃO: TOHÉ Pataxó Hãhãhãe. **Tem Meu Tupã**. Fonte: Povo Pataxó Hãhãhãe. Data: s/d.

- CANÇÃO: TOHÉ Pataxó Hãhãhãe. **Vamos, Vamos Minha Gente**. Fonte: Povo Pataxó Hãhãhãe. Data: s/d

## DOCUMENTOS OFICIAIS TRANSCRITOS

- SPI – Serviço de Proteção ao Índio. **Serviço de Proteção ao Índio criado pelo Governo Federal em 20 de junho de 1910, através do Decreto-Lei n.º 8.072**. Disponível em: <<http://funai.gov.br/index.php/nossas-acoes/politica-indigenista>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2020.

## FIGURAS

FIGURA 01: Localização dos marcos através do Google Maps. Fonte: Google Maps. Data: 10/01/2021.

FIGURA 02: Localização dos marcos através do Google Maps. Fonte: Google Maps. Data: 10/01/2021.

FIGURA 03: Alguns marcos com o emplacamento região Itajú do Colônia. Fonte: Google Maps. Data: 11/01/2021

FIGURA 04: Alguns marcos com emplacamento região Rio Pardo. Fonte: Google Maps. Data: 11/01/2021

FIGURA 05: Descrição do perímetro do T.I no município de Camacan/BA.

Fonte: 1ºOfício do Registro de Imóveis e Hipotecas-Camacan-Bahia. Matrícula nº 5347 de 10 de dezembro de 2018.

FIGURA 06: Descrição do perímetro do T.I no município de Itajú do Colônia/BA. Fonte: Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas Títulos e Documentos e das Pessoas Jurídicas-Comarca de Itororó. Matrícula nº 6906, livro ficha 53, pasta 09, em 08/11/2018.

FIGURA 07: Continuação da Descrição do perímetro do T.I no município de Itajú do Colônia/BA. Fonte: Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas Títulos e Documentos e das Pessoas Jurídicas-Comarca de Itororó. Matrícula nº 6906, livro ficha 53, pasta 09, em 08/11/2018.

FIGURA 08: Continuação da Descrição do perímetro do T.I no município de Itajú do Colônia/BA. Fonte: Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas Títulos e Documentos e das Pessoas Jurídicas-Comarca de Itororó. Matrícula nº 6906, livro ficha 53, pasta 09, em 08/11/2018.

FIGURA 09: Descrição do perímetro do T.I no município de Pau Brasil/BA. Fonte: 1ºOfício do Registro de Imóveis e Hipotecas-Camacan-Bahia. Matrícula nº 5348 de 10 de dezembro de 2018.

FIGURA 10: Continuação da Descrição do perímetro do T.I no município de Pau Brasil/BA. Fonte: 1ºOfício do Registro de Imóveis e Hipotecas-Camacan-Bahia. Matrícula nº 5348 de 10 de dezembro de 2018.

FIGURA 11: Maracá Pataxó Hãhãhãe. Fonte/autoria: Iranildo Silva Souza. Data: 23/11/2020.

## **FOTOGRAFIAS**

- FOTOGRAFIA/CAPA: Cacique Gerson Pataxó Hãhãhãe. Fonte: Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data:08/03/1997.

- FOTOGRAFIA/EPÍGRAFE: Maria Senhora Camacã - Pataxó Hãhãhãe. Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=1782227555275437&set=a.115301088634767> Acesso em 17/06/2021.

- FOTOGRAFIA 01: Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 20/09/2021. Fonte: Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru

- FOTOGRAFIA 02: O Indígena Leocádio José de Souza – meu Bisavô. Data: entre 1960-1970. Fonte: Acervo particular - Dehevehe Sapuyá.

- FOTOGRAFIA 03: Antônio José de Souza. Data: 20/12/2009.Fonte:AHIAV - Associação Hãhãhãe Indígena de Água Vermelha.

- FOTOGRAFIA 04: Darci Cardoso de Souza. Data: 10/10/2019. Fontes: Acervo particular- Dehevehe Sapuyá.

- FOTOGRAFIA 05: O Indígena Leocádio José de Souza – meu Bisavô. Data: entre 1960-1970. Fonte: Acervo particular - Dehevehe Sapuyá.

- FOTOGRAFIA 06: Índios Pataxó Hãhãhãe. No lado direito, finado Zequinha. Data: 25/08/2002. Fonte: AIC - Associação Indígena de Desenvolvimento Ambiental Rural e Sustentável.

- FOTOGRAFIA 07: Bahetá, Índia Pataxó Hãhãhãe com uma de nossa lanças. Como veremos no terceiro capítulo, Bahetá é exemplo de resistência e (re)existência de meu Povo, especialmente por seu manejo originário que resultou em frutos em nossa comunidade. Data: 1982. Fonte: CPI-SP, Comissão Pró-Índio de São Paulo. Bahetá, Índia Pataxó Hãhãhãe. São Paulo: CPI-SP, 1982. In: ISA, Instituto Socioambiental. Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: [https://img.socioambiental.org/v/publico/pataxo-ha-ha-hae/pataxoh\\_5.jpg.html](https://img.socioambiental.org/v/publico/pataxo-ha-ha-hae/pataxoh_5.jpg.html) . Acesso em 22/12/2020.

- FOTOGRAFIA 08: Defesa do TCC/Licenciatura em Matemática –UESC. Aparecem na foto da esquerda para direita: Prof. Dr. Augusto Marcos Fagundes Oliveira, Dehevehe Sapuyá, Prof. Dr. Marcos Rogério Neves e Profa. Dra. Eliene Barbosa Lima. Fonte: Acervo particular de Dehevehe Sapuyá. Data: 2011.

- FOTOGRAFIA 09: Reunião de Supervisão no Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Da esquerda para direita - Professoras(es): Luzineth Muniz de Andrade, Edenísia Pereira dos Santos, Antônio Carlos Santos de Souza e Dehevehe Sapuyá. Fonte: Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 14/12/2011.

- FOTOGRAFIA 10: Maria José Muniz de Andrade. Primeira Professora Indígena do Povo Pataxó Hãhãhãe. Fonte: Perfil de Maria Muniz no Facebook - <https://www.facebook.com/photo?fbid=1130042574046901&set=picfp.100011235064668>. Data: 30/06/2020.

- FOTOGRAFIA 11: Local onde foram as primeiras salas de aula, ao lado membros do povo Pataxó Hãhãhãe. Fonte: Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Ano: 1982.

- FOTOGRAFIA 12: Professora Maria José Muniz de Andrade dando aula sobre a cólera. Fonte: Associação Nacional de Ações Indigenistas – ANAÍ. Data: 1992.

- FOTOGRAFIA 13: Pessoas Educadoras Agnaldo Francisco dos Santos, Margarida e Maria José Muniz de Andrade na Escolar Indígena Pataxó Hãhãhãe, localizada ... (acrescentar). Na foto aparecem as crianças da Escola. Data: Sabe a data ou ano aproximado da foto? Fonte: SOUZA, 2019.

- FOTOGRAFIA 14: Professor Agnaldo Francisco dos Santos. (Ele está onde? Sabe?). Data: Sabe a data ou ano aproximado da foto? Fonte: (Caso seja de seu Acervo ou do acervo particular de alguém, colocar o seguinte: Acervo Particular de Dehevehe Sapuyá)

- FOTOGRAFIA 15: Índia Bahetá Pataxó Hãhãhãe. Data: s/d. Fonte: CIMI Regional Leste. Diocese de Itabuna/BA

- FOTOGRAFIA 16: Pessoas estudantes e educadoras fazendo o ritual tohé na Escola Indígena da Aldeia Bahetá. Data: 2016. Fonte: CIMI Regional Leste. Diocese de Itabuna/BA

- FOTOGRAFIA 17: Professor Reginaldo Ramos dos Santos. Data: 02/05/2021. Fonte: Arquivo do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru.

- FOTOGRAFIA 18: Professora Margarida Pataxó Rocha de Oliveira. Data: 15/01/2014. Fonte: Arquivo do Colégio Estadual da Aldeia Indígena

- FOTOGRAFIA 19: Antiga sala de aula na Escola Indígena Pataxó Hãhãhãe. As cadeiras foram trazidas de um lixão próximo à cidade de Pau Brasil. Data: 1999. Fonte: Arquivo do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru.

- FOTOGRAFIA 20: Dia de Planejamento entre pessoas educadoras da escola indígena. Data: 03/03/1997. Fonte: Arquivo do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru.

- FOTOGRAFIA 21: Professora Gildnai Gualberto Gomes. Data: 19/03/202. Fonte: Arquivo do Colégio Estadual da Aldeia

- FOTOGRAFIA 22: Comemoração da liminar favorável à comunidade Indígena. Data: 15/11/1999. Fonte: Arquivo do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru.

- FOTOGRAFIA 23: Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 20/09/2021. Fonte: Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru.

FOTOGRAFIA 24: Confecção de esteiras para uso nas retomadas. Nas esteiras para a retomada na Iracema. Povo kamakã. Fonte: Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 24/05/2002.

- FOTOGRAFIA 25: Wilson Jesus de Souza, Chefe de Posto do T.I Caramuru. Fonte: Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru.

- FOTOGRAFIA 26: Confecção de esteiras para uso nas retomadas. Nas esteiras para a retomada na Iracema. Povo kamakã. Fonte: Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 24/05/2002.

FOTOGRAFIA 27: Marco Testemunhal que confirma que ocorreu ali uma medição. O marco testemunha, portanto, é temporal e de localização. Foto/Fonte: Kairo Khrystyan de Souza Barbosa. Data: 2021.

FOTOGRAFIA 28: Liderança Domingos Francisco Muniz. Fonte: Acervo do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 18/12/2018.

FOTOGRAFIA 28: Marco A7P-M-046G. Fonte: Acervo do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: :19/04/2021

FOTOGRAFIA 30: Marco A7P-M-VX08. Fonte: Acervo do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: :19/04/2021.

FOTOGRAFIA 31: Paulo Rosa Titiáh (Alapity Titiáh) falando numa Cabana, região Água Vermelha. Fonte: Acervo do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 03/03/2021.

Fotografia 32: Paulo Rosa Titiáh ensinando a retirada da Argila. Fonte: Associação Hãhãhãe Indígena de Água Vermelha. Data: 2020.

FOTOGRAFIA 33: Representação da pena. Fonte: Associação Hãhãhãe Indígena de Água Vermelha.

FOTOGRAFIA 34: Amuleto de peixe. Fonte: Associação Hãhãhãe Indígena de Água Vermelha.

FOTOGRAFIA 35: Representação Urnas Funerária. Fonte: Associação Hãhãhãe Indígena de Água Vermelha.

FOTOGRAFIA 36: Representação folha de arruda. Fonte: Associação Hãhãhãe Indígena de Água Vermelha.

FOTOGRAFIA 37: Representação braço indígena. Fonte: Associação Hãhãhãe Indígena de Água Vermelha.

FOTOGRAFIA 38: Pingentes de sapos. Fonte: Associação Hãhãhãe Indígena de Água Vermelha.

FOTOGRAFIA 39: Amuleto das patas do pé direito da onça. Fonte: Associação Hãhãhãe Indígena de Água Vermelha.

FOTOGRAFIA 40: Representação de um índio dentro da Urna Funerária. Fonte: Associação Hãhãhãe Indígena de Água Vermelha

FOTOGRAFIA 41: Desenho indígena. Fonte: Associação Hãhãhãe Indígena de Água Vermelha.

FOTOGRAFIA 42: Alapity Paulo Titiáh, ceramista indígena. Fonte: Associação Hãhãhãe Indígena de Água Vermelha.

FOTOGRAFIA 43: Desenterrando os potes. Fonte: Indiosonline/Fabio Titiáh. Data: 2011.

FOTOGRAFIA 44: Desenterrando os potes. Fonte: Indiosonline/Fabio Titiáh. Data: 2011.

FOTOGRAFIA 45: Os potes encontrados. Fonte: Indiosonline/Fabio Titiáh. Data: 2011.

FOTOGRAFIA 46: Urna funerária com faixa corrugada circundando a boca. Fonte: Indiosonline/Fabio Titiáh. Data: 2011.

FOTOGRAFIA 47: Ossos dos parentes indígenas encontrados nas urnas funerárias. Fonte: Indiosonline/Fabio Titiáh. Data: 2011.

FOTOGRAFIA 48: Embalando as Urnas Funerárias para estudos. Fonte: Indiosonline/Fabio Titiáh. Data: 2011.

FOTOGRAFIA 49: Colar de Braço - 6 etnias na luta de um só povo. Fonte: Kokai Pataxó. Data: 01/02/2014

FOTOGRAFIA 50: Colares de Braço. Fonte: Kokai Pataxó. Data: 01/02/2014

FOTOGRAFIA 51: Colares de Braço. Fonte: Kokai Pataxó. Data: 01/02/2014

FOTOGRAFIA 52: Colares de Pescoço. Fonte: Kokai Pataxó. Data: 01/02/2014

FOTOGRAFIA 53: Colares de Pescoço. Fonte: Kokai Pataxó. Data: 01/02/2014

## **LIVROS E TEXTOS PRODUZIDOS PELO POVO PATAXÓ HÃHÃHÃE**

- POVO PATAXÓ HÃHÃHÃE. **Índios na Visão dos Índios – Pataxó-Hã-hã-hãe.** Terra Indígena Pataxó HãHãHãe/BA. Thydêwá, 2004.

- TITIÁ, Dona Maura Rosa e JEUS, Dona Judite de. Texto: Fabio Titiá-Baenã Pataxó Hãhãhãe, Gerlic, Sebastián (Org.) **Índios na visão dos índios: Somos Patrimônio.** Salvador: Thydêwá, 2011.

## **IMAGENS DE DOCUMENTOS**

- IMAGEM/DOCUMENTO 01: Registro de Contrato Particular de Arrendamento no Posto Indígena Paraguaçu realizado com a anuência do SPI. Fonte: SANTOS, 2012, p. 62 Data: 09 de abril de 1947.

- IMAGEM/DOCUMENTO 02: Registro Civil de Leocádio José de Souza. Fonte: Terceiro Distrito do Município de Itabuna-BA, sob as folhas 587 do Livro de Número 15. Data: 13 de janeiro de 1955.

- IMAGEM/DOCUMENTO 03: Registro Civil de Maria Juliana de Jesus. Fonte: Terceiro Distrito do Município de Itabuna-BA, sob as folhas 587 do Livro de Número 15. Data: 13 de janeiro de 1955.

- IMAGEM/DOCUMENTO 04: Carta de recomendação. Fonte: Comissão Técnica Local -CTL. FUNAI-PB. Data: 17 de dezembro de 1956.

## JORNAIS

- FSP, Folha de São Paulo. Ônibus da Funai é incendiado na Bahia. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo: FSP, 25/10/2003. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/10009>. Acesso em 04/05/2021. Acesso em 25 de outubro de 2003.

- CB, Correio Braziliense. Pataxós são alvo de ataque. In: **Correio Braziliense**. Brasília: CB, 13/11/2003. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/37878>. Acesso em 13 de novembro de 2003.

## MAPAS

- MAPA 1 - Terra Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu. Fonte: Arquivo do Conselho Indigenista Missionário- CIMI - Regional Leste. Diocese de Itabuna-BA. **Data:** 2000.

- MAPA 2 - Retomada Pataxó Hãhãhãe por região e período. Fonte: Arquivo do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. **Data:** 2012.

## ORALIDADES

- ORALIDADE: ANTÔNIO Jose de Souza. **Entrevista gravada em 29 de dezembro de 2009 por Fábio Titiáh**. Fonte: Fábio Titiáh da Associação Hãhãhãe Indígena de Água Vermelha (AHIAV). Data: 29 de dezembro de 2009.

- ORALIDADE: AGNALDO. Francisco dos Santos **Arquivo de Áudio**. Fonte: Arquivo de Áudio do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 2020.

- ORALIDADE: DORA Lucia Alves de Almeida & FERNANDO Antônio de Souza. **Manuscrito**. Fonte: Manuscrito do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 2020
- ORALIDADE: FERNANDO Antônio de Souza. **Arquivo de Áudio**. Fonte: Arquivo de Áudio do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 06/06/2017.
- ORALIDADE:MAYA TUPINAMBÁ HÃHÃHÃE, Maria José Muniz de Andrade. **Carta Memória / Minha História**. Fonte: Arquivo do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 29/04/2009.
- ORALIDADE:MAYA TUPINAMBÁ HÃHÃHÃE, Maria José Muniz de Andrade. **Diálogos com Maya Pataxó Hãhãhãe, realizados por Dehevehe Sapuyá**. Fonte: Diálogos registrados na Memória do Autor desta dissertação (Dehevehe Sapuyá) em suas vivências com Maya Pataxó Hãhãhãe. Data: Diferentes Datas.
- ORALIDADE: REGINALDO Ramos dos Santos. Arquivo de Áudio. Fonte: Arquivo de Áudio do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 2020.
- ORALIDADE: MARGARIDA PATAXÓ Rocha de Oliveira. Arquivo de Áudio. Fonte: Arquivo de Áudio do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 2020.
- ORALIDADE:GILDINAI Gualberto Gomes. Arquivo de Áudio. Fonte: Arquivo de Áudio do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 2020.
- ORALIDADE: GERSON DE SOUZA Mello. Fonte: PODCAST - Língua, Território e Sociedade/UFSB. Data: 2016.
- ORALIDADE: DOMÍNIO POPULAR Frase de. Fonte: Domínio Popular. Data: 2007.
- ORALIDADE: PAULO ROSA TITIÁH – ALAPITY TITIÁH. Arquivo de Áudio. Fonte: Arquivo de - Associação Hãhãhãe Indígena de Água Vermelha. Data: 2020.
- ORALIDADE: DONA MAURA ROSA TITIÁ. Arquivo de Vídeo. In: **Urnas Funerárias Pataxó Hãhãhãe**. Fonte: Vimeo. Disponível Online: <https://vimeo.com/24093848>, acessado .Data: 28/02/2022.
- ORALIDADE: CACIQUE CAÇULA. Arquivo de Vídeo. In: **Urnas Funerárias Pataxó Hãhãhãe**. Fonte: Vimeo. Disponível Online: <https://vimeo.com/24093848>, acessado .Data: 28/02/2022.
- ORALIDADE: KOKAI PATAXÓ, Edésio de Jesus Pereira Arquivo de Áudio. Fonte: Arquivo de Áudio do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data: 2020

- ORALIDADE: MARCOS BISPO SANTOS. Fonte: Manuscrito do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Data:2012.